



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 35 - Nº 700 - DE 22 DE OUTUBRO A 4 DE NOVEMBRO DE 2023 - R\$ 5,00

Viva o Jornal Massas nº 700!

Em defesa da revolução e ditadura proletárias

CONSTRUIR O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



Basta de massacre na Faixa de Gaza!

Combater a política genocida do Estado sionista de Israel e dos Estados Unidos

CONSTRUIR A FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA

106 *da Revolução Russa*
Assimilar e aplicar
os ensinamentos
anos *do Partido Bolchevique*



Viva o número 700 do Jornal Massas!

Desde seus primeiros números, o jornal Massas cumpriu a função de guia para a ação revolucionária, assimilar as experiências da luta de classes e desenvolver a linha programática do Partido Operário Revolucionário (POR). Está de acordo com a concepção marxista-leninista do partido, vanguarda da revolução e do internacionalismo proletários. Boa parte de seus números está à disposição no site do partido. É necessário que os operários, os camponeses, os demais trabalhadores e a juventude oprimida tenham total acesso à linha classista desenvolvida ao longo dos 34 anos de construção do POR.

É por intermédio do jornal Massas, porta-voz do partido, que se pode avaliar seu posicionamento diante das crises econômicas, dos confrontos políticos, das inúmeras manifestações da luta de classes, da defesa das reivindicações dos explorados, da aplicação dos métodos e das táticas de ação do proletariado, do trabalho organizativo no seio das massas, da defesa dos fundamentos e dos princípios do marxismo e do desenvolvimento da estratégia da revolução social. Nos seus 700 números, o jornal Massas materializa o conjunto dessas condições que diferenciam o seu caráter proletário, revolucionário, em relação aos jornais burgueses e pequeno-burgueses.

O jornal Massas se distingue por subordinar e desenvolver a sua linha política, suas ações e suas medidas organizativas à estratégia da revolução e ditaduras proletárias. Os seus métodos e táticas são extraídos das condições concretas da luta de classes e do desenvolvimento das tendências revolucionárias do proletariado, como a classe capaz de se colocar à frente da maioria oprimida e exercer a direção das lutas.

O jornal Massas esforça-se por caracterizar corretamente o oportunismo e o ultraesquerdismo, duas faces da mesma moeda da política pequeno-burguesa, tendo por base a prática militante. As condições de desenvolvimento embrionário do POR inevitavelmente têm exigido um longo percurso de propaganda revolucionária. Ambas as expressões da dominação burguesa se levantam como obstáculo à luta pela constituição de uma fração revolucionária intimamente vinculada e soldada com os instintos revolucionários da classe operária e do conjunto dos trabalhadores brutalmente oprimidos.

Pode-se encontrar no jornal Massas um enorme e sistemático esforço de se colocar na dianteira da agitação pelas reivindicações por onde os explorados iniciam sua marcha de combate à exploração capitalista e ao domínio de classe da burguesia.

O jornal Massas, como se pode constatar, se guia pelo internacionalismo proletário. Fundamenta-se na orientação do Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels, que foi o primeiro programa mais acabado que expressa a natureza do partido como materialização do programa regido pelas leis da história, leis das transformações sociais, que levam à superação da sociedade de classes pelo comunismo. A tese do Manifesto de que “por sua forma, ainda que não pelo seu conteúdo, a luta do proletariado contra a burguesia é primeiramente uma luta nacional” expressa a íntima e indissociável relação entre a revolução que se inicia em determinados países e se desenvolve internacionalmente. Esse fundamento do internacionalismo proletário alicerça o programa e a política do POR, que se pode reconhecer em seu desenvolvimento nos 700 números do jornal Massas.

A Revolução Russa, que completa 106 anos, e o processo restauracionista, que desembocou no desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), demonstram absolutamente essa lei histórica da transformação do capitalismo em comunismo. Continuamente, o jornal Massas reflete e de-

envolve o programa e assimila as experiências que se condensam na linhagem do marxismo-leninismo-trotskismo.

Nas condições de profunda crise de direção e de confusão ideológica, as páginas do jornal Massas servem de terreno para expor, defender e aprender com a edificação do Partido Bolchevique, que se distingue pela completa fusão entre o programa da revolução proletária e a organização de militantes dedicados inteiramente à causa do socialismo científico.

Ao lado desse trabalho, o POR tem procurado expor e lutar pelas posições de Trotsky, em particular, quanto ao seu combate ao revisionismo estalinista do marxismo-leninismo e às tendências restauracionistas encarnadas pela burocracia terdioriana. A publicação de inúmeros escritos de Trotsky, voltados a compreender e responder programaticamente às novas manifestações da luta de classes, se mostra imprescindível para a vanguarda com consciência de classe combater todas as expressões da contrarrevolução e criar as condições subjetivas que exigem a retomada dos elos das revoluções proletárias forjados pela Revolução Russa, edificação da URSS e constituição da III Internacional, cujo programa foi aprovado nos seus Quatro Primeiros Congressos.

O máximo de esforço em explicar as leis da revolução por meio das conquistas do marxismo-leninismo-trotskismo, construindo o POR em meio ao capitalismo que se desintegra, que eleva a patamares mais altos a pobreza das massas, que intensifica as guerras de dominação, que, enfim, empurra a humanidade à barbárie e que acirra a luta de classes nacional e mundial, é parte da luta pela formação da direção revolucionária.

A derrocada da URSS não se limitou a uma contrarrevolução nacional, seu conteúdo e consequências foram e continuam sendo de ordem internacional. A própria direção da IV Internacional, que tinha em suas mãos a tarefa de continuar a obra de construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, dando continuidade a tarefa de superar a crise de direção, após o assassinato de Trotsky, sucumbiu às tremendas pressões dos aparatos estalinistas, interrompendo o seu funcionamento. Esse é o motivo pelo qual o jornal Massas recorrentemente levanta a bandeira de reconstruir a IV Internacional, aplicando em nossa realidade nacional o Programa de Transição.

O jornal Massas procura evidenciar que os profundos retrocessos são passageiros, cuja durabilidade depende de elevar a capacidade programática da vanguarda proletária em forjar o partido marxista-leninista-trotskista no fogo da luta de classes, das guerras e da escalada bélica.

O POR se constituiu como seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI). O jornal Massas, diuturnamente, serve de seu porta-voz no Brasil. A potenciação do CERQUI impulsionará o POR como instrumento das lutas nacional e internacional das massas oprimidas, bem como as seções na Bolívia, Argentina e Chile.

A guerra na Ucrânia vem sendo tratada com a máxima atenção, uma vez que concentra a luta internacional do proletariado contra a aliança imperialista dirigida pelos Estados Unidos e pela retomada da revolução proletária sufocada pelo processo de restauração que liquidou a URSS. A recente guerra do Estado sionista contra os palestinos na Faixa de Gaza reforça a tarefa de superar a crise de direção, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. Os 700 números do jornal Massas estiveram e estão dedicados a esse objetivo internacionalista. É o que nos permite chamar os explorados e sua vanguarda combativa a levantar o punho esquerdo e gritar alto “Viva os 700 números do jornal Massas!”

Tarcísio impõe o plano de privatização dos serviços públicos - Metrô, Sabesp, CPTM e educação

Greve unificada de 3 de outubro desnudou o plano privatista de Tarcísio

Após a suspensão da greve, o governador encaminha a privatização da Sabesp

Desde as primeiras horas da deflagração da greve do Metrô, Sabesp e CPTM, Tarcísio de Freitas foi obrigado a justificar seu plano de privatização. Totalmente na defensiva, o governador realizou inúmeras entrevistas, condenando o apressamento do movimento grevista e rejeitando a reivindicação de promover um plebiscito popular oficial junto à população. Apoiou-se na farsa das audiências públicas, rito parlamentar limitado a discursos favoráveis e contrários, para mostrar que faria no momento certo a consulta popular. Como todo governo burguês, utilizou a população pobre, vitimando-a com a paralisação do transporte público. Logo após a greve, ordenou ao presidente do Metrô que punisse as lideranças, para dificultar uma nova greve.

Como seu plano já estava pronto, no dia 17 de outubro enviou à Assembleia Legislativa o projeto de privatização da Sabesp. Fez parte dos preparativos da entrega da estatal, além de inúmeras reuniões com prefeitos que utilizam os serviços da Sabesp, a imposição de um decreto que modifica o funcionamento das Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAE), visando a adesão do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes. Pesou na escolha do dia 17, a avaliação de que o movimento grevista unificado de que seria difícil retomar a greve unificada, num patamar superior ao de 3 outubro.

Por outro lado, o acordo entre as direções sindicais do Metrô, Sabesp e CPTM de limitar a greve a uma paralisação de um dia resultou no desmonte do movimento unificado. Nas assembleias do Metrô, ocorrida nos dias 3 e 5, os trabalhadores se dividiram e, finalmente, com uma margem pequena de votos, aprovou-se a não continuidade da greve. Restou convocar um ato contra a medida de Tarcísio de terceirizar parte dos serviços do metrô, e continuar com a denúncia da privatização. O ato do dia 9, assim, foi o retrato da incapacidade das direções dos metroviários, ferroviários e dos trabalhadores da Sabesp. Mostrou que não houve nenhum esforço para retomar o movimento de rua, limitando-se às denúncias e à continuidade do plebiscito até 5 de novembro.

O PT, por meio de um de seus parlamentares na Assembleia Legislativa, diante do protocolo do projeto de Tarcísio de venda da Sabesp, respondeu que não é contra a privatização, que vender ou não vender uma empresa pública não é “questão de princípios”. Enfatizou que “tem de ser empresa que não dá lucro, que tem baixa eficiência e que não presta serviço de qualidade”. Mas, ressaltou que essa não é a condição da Sabesp. Concluiu que a Assembleia Legislativa pode não aprovar o projeto, desde que haja uma pressão popular e institucional. Acaba, assim, reforçando o método petista de conduzir o movimento de rua para a chamada pressão parlamentar – conversas com deputados aliados do governador, visita aos gabinetes etc. E de recorrer às ações judiciais. Trata-se de uma velha tática petista, que só trouxe derrotas para os trabalhadores e arrefecimento dos métodos próprios dos explorados, que são a greve, as manifestações de rua etc.

A experiência da greve unificada de 3 de outubro tem de ser o pilar para erguer a luta contra a privatização. O que depende

de rearmar o movimento grevista, intensificar a campanha junto aos trabalhadores e da população em geral, constituir os comitês de luta nos bairros e convocar assembleias presenciais e democráticas. Portanto, rejeitar as assembleias híbridas e restrita aos representantes sindicais.

Tarcísio corta recursos da educação pública

Faz parte do plano do direitista Tarcísio o avanço da privatização e terceirização da educação gratuita. Deu seus primeiros passos com a nomeação do secretário da Educação, Renato Feder, conhecido empresário e exímio vendedor de serviços privados aos governos do Paraná e, agora, de São Paulo. Desde o primeiro momento, tratou de adotar as plataformas digitais em substituição dos livros didáticos, de impulsionar a terceirização dos serviços no interior das escolas e de ampliar o fechamento de salas e turnos. Em pouco tempo, Tarcísio e Feder determinaram o corte de 5% dos recursos à educação, ou seja, de 30% para 25%. O corte de 5%, significa diminuir quase R\$ 10 bilhões destinados à educação, que já vive na penúria.

Na mesma semana que protocolou o projeto de privatização da Sabesp, também enviou o projeto de Emenda Constitucional, alterando as verbas constitucionais à educação.

Tudo que o governador está fazendo foi prometido em sua campanha eleitoral. Corre contra o tempo para privatizar a Sabesp, denominado por ele de joia da coroa, antes das eleições municipais do próximo ano. Certamente, a adesão do município de São Paulo a URAE tem por trás o apoio de Tarcísio à reeleição de Ricardo Nunes. No caso da educação, já implementou várias investidas privatistas e, agora, corta verbas, piorando ainda mais as condições de ensino e trabalho nas escolas públicas. Conta a seu favor com a maioria de deputados na Assembleia Legislativa e com a política do PT e aliados, que dirige grande parte dos sindicatos, que se recusam a organizar um poderoso movimento grevista, envolvendo educação, saúde, trabalhadores do metrô, Sabesp e CPTM.

Como se vê, a derrota do plano privatista do bolsonarista Tarcísio depende unicamente da força coletiva dos trabalhadores, por meio de seus próprios métodos de luta.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

AS ESQUERDAS NO BRASIL
O trotskismo diante da tarefa de construir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL





NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Outubro de 2023

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Boletim Nossa Classe – Outubro de 2023 - Política Operária

Todo apoio ao povo palestino pelo direito à autodeterminação nacional Não à matança provocada pela opressão do Estado sionista de Israel

Os operários de todo o mundo não devem acreditar nas falsificações e mentiras históricas sobre o confronto entre o povo palestino e o Estado sionista. A imprensa tem feito uma campanha contra o “terrorismo” do Hamas quando o Estado sionista tem transformado os palestinos em escravos e farrapos humanos.

O Estado de Israel, que é de fato um Estado da burguesia sionista, se impôs desde 1948 pela via do poder econômico dos banqueiros e das armas. Sobre o sangue, a pobreza e a miséria do povo palestino, se ergueu um Estado criado pelas potências que venceram a segunda guerra mundial, sob a direção dos Estados Unidos.

A Faixa de Gaza e a Cisjordânia foram divididas pela ação dos Estados Unidos, das potências europeias e pelo Estado sionista. A Faixa de Gaza se tornou um campo de concentração, onde imperam a miséria e a fome. A Cisjordânia, por sua vez, está sendo anexada por meio de assentamentos judeus, que se apropriam do território palestino.

A promessa de formar um Estado palestino não passou de uma

farsa montada pelos Estados Unidos e demais potências. Aos palestinos não restou senão lutar corpo a corpo com uma potência militar, ou se submeter à escravidão colonialista. A guerra que no momento se passa na Faixa de Gaza está mostrando a prepotência do Estado sionista com o apoio dos Estados Unidos e da União Europeia. Os palestinos são massacrados por bombardeios aéreos sem ter como se defenderem. As forças sionistas estão para iniciar a invasão terrestre.

A classe operária do mundo inteiro deve se unir e dizer: Basta de opressão sionista e imperialista sobre o povo palestino! Esse é o ponto de partida para acabar com a matança e avançar na luta pela autodeterminação do povo palestino.

O Boletim Nossa Classe chama as centrais, sindicatos e movimentos a se levantarem em defesa da expulsão das forças sionistas sobre os territórios palestinos. O Boletim Nossa Classe considera que a única forma de unir os trabalhadores judeus e os palestinos é a constituição de uma República Socialista da Palestina.

Denúncia: Volkswagen está demitindo trabalhadores com doenças adquiridas no trabalho, por justa causa.

Os operários da Volks denunciaram ao Boletim Nossa Classe, que, nos últimos 15 dias, a empresa demitiu cerca de 20 trabalhadores por justa causa, todos com doenças adquiridas no trabalho, portanto, com estabilidade no emprego segundo a Convenção Coletiva.

Um companheiro informou que o encarregado, o representante do RH e o médico da empresa estão mandando os companheiros trabalharem em postos que não são compatíveis, e quando os trabalhadores dizem que não podem realizar o trabalho devido a sua lesão, a empresa os demite por justa causa, alegando indisciplina.

Outro companheiro falou “estamos vendo a firma mandar embora trabalhadores lesionados lá dentro, por justa causa, porque não tem posto compatível e ainda coloca a culpa nos trabalhadores e o sindicato não fala nada, não faz nada. O sindicato e a comissão de fábrica não estão acompanhando esses companheiros para

saber se o posto é compatível ao seu problema ou não”. O companheiro perguntou: “até quando nós vamos aceitar esses traidores na comissão e na direção do sindicato? Hoje são os companheiros lesionados, amanhã pode ser nós, é isso que devemos colocar em nossa cabeça”, e concluiu dizendo “o chão de fábrica precisa voltar a ser forte, unido, para numa situação dessa reagir, bater de frente com a pelegada do sindicato e não deixar isso acontecer, porque todos somos pais de família e necessitamos de nossos empregos”.

Diante dessas graves denúncias, o Boletim Nossa Classe mostra que é fundamental a organização de uma Oposição classista e de luta no interior da fábrica. A direção do sindicato e a comissão de fábrica vêm fazendo o jogo dos patrões. É hora de dar um basta. É preciso impor as assembleias democráticas para que todos tenham o direito de expressar. Não podemos permitir que mais companheiros sejam demitidos por justa causa. Somente a luta é possível barrar o plano de demissão da Volks.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).

Só depende das contribuições da classe operária.

Seu objetivo é organizar a lutados explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Alerta aos companheiros da Volks!

Rejeitar o acordo de demissão, terceirização e redução de salários

No dia 08/10, o sindicato metalúrgico do ABC realizou uma plenária para apresentar aos trabalhadores pontos da proposta de acordo que está sendo negociado com a Volks. Vejamos alguns pontos para entender que seu objetivo é mais uma vez, demitir, reduzir salários e direitos. Eis: 1º ponto exigido pela a Volks é “não aplicação da data-base e congelamento de mais 12 meses na progressão da tabela salarial”. Significa que se aprovado, os trabalhadores não terão o reajuste da inflação, INPC do período nos salários e não terão os aumentos de salários previstos na tabela salarial. 2º “PDI para trabalhadores em áreas insourcings”. Ou seja, a empresa quer demitir os trabalhadores destes setores. 3º “terceirizações em áreas diretas e indiretas”. A empresa vai avançar na terceirização de setores diretos da produção e indiretos, causando a demissão dos trabalhadores efetivos. 4º “PDI para trabalhadores a partir de 55 anos”. Como a reforma da previdência tornou mais difícil a aposentadoria, a empresa quer demitir os trabalhadores

antes da aposentadoria. 5º “cláusula para recusa de posto de trabalho”; 6º “fim da cláusula B94”. Tudo para passar por cima da Convenção Coletiva, demitir os metalúrgicos com doenças adquiridas e prestes a aposentar e os que possuem estabilidade.

Vejam a traição! A direção do sindicato dos metalúrgicos deveria estar organizando a luta para responder a mais esse ataque da montadora à classe operária. Mas o que vemos é o contrário. Negocia acordos de demissão e terceirização. Alerta, companheiros!

O Boletim Nossa Classe denuncia esse acordo traidor. Chama os companheiros a exigir que a direção do sindicato convoque uma assembleia verdadeiramente democrática para rejeitar esse brutal ataque da Volks e preparar a luta para derrotar essa ofensiva patronal. Defende que o sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, porque a imposição dessas medidas na Volks atinge toda a classe operária. E levanta a bandeira da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.

São Paulo - ABC

Trabalhadores da Zanettini rejeitaram o acordo de PLR Mas só a luta poderá quebrar a decisão patronal

O sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo realizou uma assembleia na empresa Zanettini Barosi para votar a proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A assembleia reuniu cerca de duzentos trabalhadores. O dirigente informou que na ZB, ele tem um acordo para cobrar 10% do PLR dos não associados e que a proposta atual da empresa, já melhorada, era de R\$ 3.200,00, paga em duas parcelas, uma em novembro e outra em maio, 7% a mais que os R\$ 2.800,00 de 2022, que já é o limite. Como bom representante do patrão, disse que quem faz proposta e paga é a empresa, que também passa por dificuldades. O dirigente então colocou a proposta em votação e a grande maioria votou contra a proposta. O dirigente então, elaborou outra proposta e voltou a colocar em votação. Mais uma vez a grande maioria votou contra. Visivelmente contrariado, porque acreditava que os trabalhadores iriam aprovar a proposta, o dirigente falou que iria voltar a negociar com a empresa e convocaria uma nova assembleia.

Os operários rejeitaram a proposta, porque certamente sabem que a empresa tira o couro dos trabalhadores, enchendo o bolso de dinheiro e que esse valor de PLR não dá para nada. Além, disso os sindicatos deixaram de organizar uma verdadeira campanha salarial, e passaram a negociar os PLR's, que não contam para o pagamento de férias, 13º, aposentadorias, além do patrão exigir metas, que colocam trabalhadores contra trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe apoia a atitude dos operários que rejeitaram a manobra da direção do sindicato de aceitar um PLR vergonhoso e de reproduzir a choradeira de patrão. Mostra que é preciso exigir que o sindicato convoque nova assembleia para organizar a luta por um aumento do valor do PLR, a ser pago de uma única vez e que seja incorporado aos salários.

Mais uma traição da burocracia sindical

Sindicato dos borracheiros aprova acordo de lay-off

A Bridgestone vai colocar 1608 trabalhadores de lay-off, suspensão do contrato de trabalho, divididos em quatro turmas durante um ano. Na assembleia convocada pelo sindicato dos borracheiros, o presidente Marcio Ferreira fez de tudo para que o acordo foi aprovado. Dos mais de 3 mil trabalhadores da Bridgestone, na assembleia havia cerca de 800. Ao colocar em votação, Ferreira perguntou quem era a favor da proposta, e somente uma pequena quantidade de trabalhadores levantou a mão. Ao perguntar quem era contrário, a mesma quantidade ou mais levantou a mão. Sem hesitar, o presidente do sindicato falou que a proposta havia sido aprovada e colocou fim a assembleia.

O que fez o burocrata dos borracheiros é o mesmo que vem

sendo feito por outros burocratas dos sindicatos, que se recusam a organizar a luta contra o layoff e as demissões. É preciso organizar as comissões de fábrica classistas e de luta.

O Boletim Nossa Classe denuncia esse acordo traidor. Defende que nova assembleia seja convocada na porta da Bridgestone, que os operários contrários ao acordo tenham o direito de expressar e que se aprove a luta contra essa medida patronal. Que o sindicato levante a palavra de ordem: Nenhuma demissão! Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Emprego não se negocia, se defende com a greve, com a ocupação da fábrica e o controle operário da produção.

Correios

Trabalhadores terceirizados em Contagem paralisam suas atividades

Os trabalhadores terceirizados dos Correios, em Contagem Minas Gerais, paralisaram no dia 10. As razões se devem ao atraso no pagamento dos salários, vales transporte e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). São 500 trabalhadores contratados pela GO2B, que estão vivendo as penúrias da terceirização. O que ocorre com os terceirizados dos Correios em Minas Gerais é o mesmo que se passa com os terceirizados que prestam serviços nas escolas públicas em São Paulo. As empresas terceirizadas contratam, pagam salários miseráveis e não cumprem os direitos trabalhistas elementares.

O Boletim Nossa Classe denuncia a terceirização. Defende que os sindicatos convoquem assembleias para unificar a luta dos terceirizados, exigindo o cumprimento imediato das reivindicações e levantando a bandeira da efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Trata-se de uma luta contra a Lei da Terceirização, que impôs esse contrato temporário e precário para todas as funções e setores.

Boletim Nossa Classe – extraordinário – Volks - Política Operária

É preciso lutar contra o fechamento de postos de trabalho, as demissões e a terceirização

Reproduzimos os pontos que não constam do Boletim mensal Nossa Classe, distribuído em outras fábricas, porque publicamos acima. Cabe ressaltar que o objetivo do Boletim extraordinário era denunciar o violento acordo entre a Volks e a direção do sindicato, a Carta com as moções pela readmissão dos companheiros da Volks e mostrar o resultado da campanha salarial, que se resumia à convocação de dois grupos metalúrgicos para a assembleia.

A grande indústria e, em particular, a indústria automotiva vem passando por grandes mudanças. O problema está em que os capitalistas fecham postos de trabalho, impõem planos de demissão e avançam com a terceirização.

Nossos salários têm sido diminuído, direitos trabalhistas são eliminados e as condições de trabalho sofrem dia a dia a precarização. Inúmeros operários que de tanto trabalhar e serem expostos a funções que causam lesões físico-mentais são descartados como lixo humano. Vivemos esse drama constante na Volks. Os acordos de flexibilização capitalista do trabalho servem para a multinacional fazer sua mudança e proteger seu lucro.

Nós operários pagamos caro com os Lay-offs, PDVs, PDIs etc. Nem bem esse tipo de acordo maldito acaba de ser assinado pela direção do sindicato, logo a Volks anuncia um novo ataque ao emprego, aos salários e aos direitos. Isso também se passa nas demais

montadoras, sem que as direções sindicais organizem a luta grevista para defender os postos de trabalho, que são a única fonte de existência da família operária.

Não podemos aceitar nenhum acordo de demissão, terceirização e redução salarial. Devemos exigir da direção do sindicato a luta pela revogação dos acordos que ferem as necessidades dos trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe vem perante os operários da Volks defender a rejeição do plano da Volks, que amplia a terceirização, demite os sequelados, abre o PDI e quebra direitos trabalhistas. O Boletim Nossa Classe defende também que os trabalhadores da Volks exijam do sindicato a convocação de uma assembleia geral, para organizar a luta em todas as fábricas.

Entrega das moções no Sindicato Metalúrgico do ABC

No dia 9 de outubro, uma comissão de operários esteve na sede do Sindicato Metalúrgico para entregar as moções em apoio aos companheiros José Parane e Eduardo Marques demitidos por justa causa e exigir da direção do sindicato uma posição firme pela readmissão imediata. A diretoria não recebeu a comissão, mas enviou um representante para receber as moções e a Carta, que abaixo publicamos. O companheiro Eduardo Marques fez parte da comissão e entregou os documentos à direção do sindicato. Mostrou que as demissões se tratavam de uma violenta perseguição política e que o sindicato tem o dever de condenar a Volks pela arbitrariedade. O fato da direção não receber a comissão deixou claro que não se importou com a injusta demissão por justa causa de dois operários, que sempre exerceram sua profissão de forma que a Volks não tinha nada que desabonasse os anos de trabalho.

Trata-se de uma campanha do Boletim Nossa Classe junto aos sindicatos e movimentos. O conjunto de moções foi protocolado, e

até o momento não há nenhuma resposta da direção do sindicato.

Reproduzimos abaixo a Carta que foi anexada às moções, para que os trabalhadores tomem conhecimento e se coloquem pela readmissão dos companheiros.

“É do conhecimento da direção do sindicato que os companheiros José Parane e Eduardo Marques foram demitidos pela Volkswagen, que se utilizou da justa causa, em clara perseguição política. Diante da arbitrariedade patronal, realizamos uma campanha pela readmissão de José Parane e Eduardo Marques.

Vimos até o sindicato, porque é a organização da classe operária que pode condenar as demissões e exigir a reintegração dos companheiros. Não é correto do ponto de vista da classe operária que a direção do sindicato não tenha realizado a defesa dos dois metalúrgicos, que trabalharam anos a fio na Volks sem que nada desabonasse suas condutas.

Os patrões têm o poder de demitir, amparados pelo seu poder econômico. Os trabalhadores têm o poder de se defender, amparados pelo poder de seu sindicato e de sua organização coletiva. Se o sindicato fecha os olhos para demissões, motivadas por razões políticas, significa que fecha os olhos ou colabora com todo tipo de demissão que penaliza a classe operária. A luta pelo emprego é um dos bens mais caros aos trabalhadores. Se o sindicato admite uma demissão por justa causa, claramente fraudada pela montadora para ocultar a motivação política, então a direção do sindicato deve ser responsabilizada por não cuidar do bem mais caro aos trabalhadores, que é o emprego, o salário e os direitos trabalhistas.

Esse é o conteúdo de classe que amparou e ampara a nossa campanha pela readmissão de José Parane e Eduardo Marques. Em nome dos inúmeros sindicatos e sindicalistas que assinaram a moção pela readmissão dos companheiros da Volks, entregamos à direção do sindicato, esperando que tenha uma atitude positiva em defesa de José Parane e Eduardo Marques.

O Boletim Nossa Classe reafirma: Empregos não se negocia! Se defende com a greve, com a ocupação das fábricas, aplicando a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e o controle operário da produção”.

Chamado do Boletim Nossa Classe

Operários da Volks, lutem contra a demissão dos companheiros José Parane e Eduardo Marques. Exijam que a direção do sindicato denuncie as demissões arbitrárias e políticas. Mais de 100 sindicatos assinaram a moção pela readmissão dos companheiros.

O Congresso da CUT estadual de São Paulo (CECUT), o Congresso da CSP-Conlutas e o Congresso da Apeoesp aprovaram a moção contra a demissão dos dois operários. Não às demissões de José Parane e Eduardo Marques! Pela readmissão imediata!

Todo apoio à luta dos metalúrgicos na Campanha Salarial

A campanha salarial está praticamente encerrada. Mas, falta ainda um acordo com os grupos 2 (máquinas, aparelhos elétricos e eletrônicos) e Grupo 3 (autopeças, forjaria e parafusos). São 45 mil metalúrgicos que esperam o reajuste do INPC de 4,06% e aumento real de 2%. Como se vê, essa reivindicação está muito aquém das necessidades dos trabalhadores. No entanto, nem mesmo a migalha de 2% foi aceita. Uma parcela dos patrões oferece 1% e outra zero. A assembleia geral de 6 de outubro aprovou o aviso de greve.

Trata-se, portanto, de organizar a greve e convocar todos os metalúrgicos para a sua defesa.

O Boletim Nossa Classe defende que a direção do sindicato convoque os metalúrgicos que já tiveram os acordos fechados a apoiarem ativamente a luta dos demais metalúrgicos. A unidade da classe operária é a condição para vencer a resistência do patrão em atender as reivindicações.

Relato da entrega das moções no Sindicato Metalúrgico do ABC

No dia 09/10, militantes do POR e um grupo de operários estiveram no Sindicato Metalúrgico do ABC, para entregar as moções assinadas por vários sindicatos, exigindo a readmissão dos companheiros José Parane e Eduardo Marques, demitidos por justa causa pela Volkswagen.

A direção do sindicato estava em reunião e mandou o advogado do sindicato para saber o que queríamos. O companheiro Eduardo Marques, então, explicou que ele havia sido demitido por justa causa, por ter compartilhado uma mensagem que circulava em grupos de Whatsapp. O advogado perguntou se ele havia procurado os representantes da Comissão de Fábrica da Volks e o jurídico do sindicato. Eduardo respondeu que sim, que havia procurado a Comissão de fábrica e o Gustavo, advogado do sindicato, e que estes ficaram de verificar a situação, mas até o momento não deram nenhuma resposta.

Os companheiros falaram que não se tratava apenas de dois companheiros demitidos. Denunciaram que, na última semana, a Volks já havia demitido 20 trabalhadores com doenças ocupacionais, com estabilidade no emprego, por justa causa, alegando indisciplina por não terem aceitado trabalhar em postos incompatíveis com sua lesão. O advogado, fingindo de tonto, falou que não sabia das demissões, quando é o sindicato que assina todas as demissões. Mostraram que a Volks está demitindo os trabalha-

dores com doenças adquiridas no trabalho, passando por cima da convenção coletiva, que lhes garante estabilidade no emprego. Depois de ouvir as denúncias, o advogado falou que juridicamente nada mais poderia fazer, que iria encaminhar o problema para os representantes da Comissão na Volks. Portanto, nada fará.

Enquanto falávamos com o advogado, a direção do sindicato estava reunida, debatendo como empurrar de goela abaixo dos trabalhadores mais um acordo que, além de permitir a Volks demitir, terceirizar, reduzir salários, também permite demitir os trabalhadores com doença ocupacional, que rejeitem trabalhar em postos não compatíveis.

Essa foi mais uma experiência com uma direção do sindicato que é pró-patronal. A multinacional explora ao máximo os operários, lesiona uma camada de trabalhadores, demite, terceiriza e lança mão da justa causa para os trabalhadores doentes e para os que denunciam as arbitrariedades que ocorrem no interior da fábrica. Por outro lado, os operários não têm uma direção sindical classista, capaz de organizar a luta para enfrentar os patrões. Fica, mais uma vez evidente a urgência de constituir as comissões de fábrica e uma oposição classista e revolucionária, capaz de enfrentar a ofensiva dos capitalistas contra os empregos, salários e direitos trabalhistas.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Ato de 9 de outubro contra as privatizações

O POR interveio no ato de 9 de outubro, convocado pelos sindicatos dos trabalhadores do Metrô, Sabesp e CPTM. Usou sua fala para defender a luta unitária grevista contra as privatizações do governador bolsonarista, Tarcísio de Freitas. Destacou o papel importante que teve a greve de 3 de outubro. E pôde mostrar que somente a greve, mais

forte, com apoio efetivo das centrais, será possível convencer a população da justeza da luta contra a privatização e derrotar o plano entreguista de Tarcísio. Durante a manifestação, os militantes distribuíram o Manifesto que reproduzimos abaixo.

Manifesto distribuído no ato

Toda força ao ato de 9 de outubro contra as privatizações Somente a greve, unificada e apoiada pela população, pode derrotar o plano privatista de Tarcísio

A greve do Metrô, Sabesp e CPTM de 24 horas foi assumida quase que plenamente pelos trabalhadores. Tarcísio e toda a imprensa serviçal aos capitalistas se viram obrigados a recorrer judicialmente à Justiça do Trabalho e politicamente à população. A greve de quase 100% de adesão foi uma demonstração clara de que as privatizações são contrárias aos interesses dos trabalhadores e da população oprimida. A multa de 1,5 milhão aos sindicatos volta a pôr à luz do dia a ausência do direito de greve.

A forma de enfrentar a ditadura burguesa contra as greves é a de fortalecer a capacidade de mobilização dos trabalhadores. Qualquer recuo diante dessa ação patronal da Justiça favorece a permanência da Lei antigreve, e, assim, reforça a capacidade de ataque do Estado, dos governos e da burguesia às necessidades mais elementares da maioria explorada.

A privatização serve aos objetivos parasitários da burguesia, que se apossa das estatais obtendo grandes vantagens financeiras. Eis por que fatalmente recuperará o montante transferido para o Estado, elevando as tarifas, reduzindo o número de trabalhadores, terceirizando e precarizando os serviços.

A população trabalhadora ainda não tomou consciência do conteúdo antinacional e antipopular do processo de desestatização, porque as próprias direções sindicais e os partidos que se dizem reformadores do capitalismo se curvaram diante dos monopólios, dos credores da dívida pública, da pressão do imperialismo e dos planos montados pelos mais distintos governos. Mas, vimos que o discurso de Tarcísio, voltado a jogar a população contra a greve, fracassou.

O ato do dia 9 contra a terceirização dos serviços do Metrô tem de ser um ato pela retomada da greve. Vimos o quanto importante foi a unidade entre os sindicatos dos metroviários, ferroviários e trabalhadores da Sabesp. Mas vimos também o perigo do corporativismo sindical, que pode comprometer a retomada do movimento grevista. É necessário que o ato faça um chamado à manutenção da unidade grevista.

É preciso evitar a divisão que leva a enfraquecer o movimento e a favorecer o governo. Na assembleia de 5 de outubro, vimos o perigo da divisão no interior do sindicato dos metroviários, que se ergueu como pilar da luta contra a privatização. Vimos, também, os perigos da transformação das assembleias presenciais em virtuais. É assim que a camada mais conservadora dos próprios

trabalhadores acaba se impondo à camada que está na linha de frente da luta contra a privatização. Esse ato deve assinalar a volta das assembleias presenciais, de forma a garantir a unidade grevista e afastar o divisionismo corporativista.

Trata-se de defender a convocação imediata de uma assembleia unificada e que o comitê de luta dos três sindicatos esteja sujeito à decisão soberana da assembleia unificada.

Se esse conteúdo estiver presente no ato e ter consequência prática, a retomada da greve poderá vir mais forte e acuar o governador. Ainda é preciso criticar as centrais sindicais que não saíram em defesa da greve, convocando suas bases trabalhadoras a apoiarem ativamente a greve e a rechaçar Tarcísio. O governo Lula, por sua vez, assiste comodamente ao choque dos sindicatos contrários à privatização e, assim, acena com o apoio ao bolsonarista Tarcísio, que vem comprando os prefeitos e deputados para impor seu plano antinacional e antipopular.

A greve na USP e Unicamp está sendo bombardeada pela burocracia universitária, para esvaziá-la e assim impedir que conflua com o movimento dos metroviários, ferroviários e trabalhadores da Sabesp.

O obstáculo político mais poderoso à greve e à vitória da luta antiprivatização não se encontra, por enquanto, nas ações repressivas de Tarcísio, mas sim na atitude contemplativa das direções das centrais sindicais e do corporativismo que impede a unidade grevista entre trabalhadores e estudantes.

Estudantes e trabalhadores da USP e Unicamp devem comparecer massivamente ao ato antiprivatização. Se assim fizerem, o ato será uma resposta massiva às arbitrariedades da Justiça e às ações político-repressivas do governador. Por outro lado, mostrará o caminho de continuidade da luta na universidade em defesa do ensino público e gratuito.

Está claro para o movimento que somente com a volta à greve, mais forte, com apoio das centrais e maior convencimento da população sobre a justeza da luta contra a privatização será possível derrotar o plano de Tarcísio.

Essa é a condição para colocar a luta contra a privatização, parceria público-privada e terceirização em um patamar mais elevado, que é nacional. Os trabalhadores do metrô do Recife continuam resistindo à privatização. Em Belo Horizonte, o triunfo



da privatização do metrô se deu nas condições da ausência de um movimento unitário contra o processo geral de desestatização. São bem conhecidas as consequências catastróficas para a população do Rio de Janeiro, cujos governantes levaram às últimas consequências a privatização dos serviços públicos. A privatização da Eletrobras se deu sem que houvesse um verdadeiro combate contra o governo Bolsonaro, devido à adaptação das direções das centrais, sindicatos e movimentos ao capitalismo em decomposição. A Petrobras foi esquartejada e continua a sofrer brutal pressão privatista. O pré-sal foi entregue, em boa parte, aos monopólios internacionais do petróleo.

O que se passa em São Paulo é parte desse processo geral de desnacionalização e entreguismo. A resistência dos três sindicatos que foram à greve no dia 3 de outubro é ponto de partida de uma resistência geral, que já é bastante tardia.

Nesse preciso momento, depois do Arcabouço Fiscal e da Reforma Tributária, retoma-se a reforma administrativa. Trata-se de um conjunto de defesa dos interesses do capital parasitário e dos monopólios, e de ataque às condições de existência da maioria oprimida.

Como se vê, não se pode isolar as privatizações de Tarcísio desse quadro geral de desmonte dos serviços públicos, do avanço da terceirização em todas as áreas, do aumento da informalidade e, portanto, da desvalorização da força de trabalho.

São Paulo

Assembleia dos ferroviários de São Paulo Continuidade da luta contra a privatização

No dia 19/10, o sindicato dos ferroviários Central do Brasil convocou uma assembleia para fazer um balanço da greve do dia 03/10 e aprovar um plano de luta contra a privatização da CPTM, metrô e Sabesp. Participaram cerca de 30 trabalhadores. O POR, EM e a presidente do sindicato dos metroviários Camila Lisboa estiveram presentes. O presidente do sindicato Múcio fez um balanço positivo da greve, informando que, mesmo com muita pressão da direção da CPTM, houve adesão de 85% dos trabalhadores. No metrô a adesão foi de 100%. Em seguida informou que os três sindicatos – CPTM, Metrô e Sabesp – marcaram uma reunião para o dia 25/10, para debater e aprovar um plano de luta contra a privatização.

Abriu-se então a palavra para as intervenções dos trabalhadores e correntes. A presidente do sindicato dos metroviários Camila Lisboa, falou que iria propor na reunião conjunta com os sindicatos que acontecerá no dia 25/10, a proposta de substituir a greve pela catraca livre, com o argumento pelego de que, segundo ela, “greve em setor de serviço por muito tempo queima o filme com a população”, deixando claro que não tem nenhuma disposição de fazer uma luta, uma greve consequente contra a privatização. A EM propôs encaminhar uma carta aos demais sindicatos para unificar a greve, federalizar a greve, unificando com os trabalhadores de Recife, Rio Grande do Sul e demais sindicatos. Um maquinista e coordenador do Comitê contra a privatização defendeu que a luta deve ser contra a privatização, pelo fim da terceirização, pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e a abertura de concurso público.

O militante do POR defendeu em sua intervenção que a greve contra a privatização deve ser nacional. Que existe disposição de luta dos trabalhadores e apoio da população, portanto os sindicatos dos metroviários, CPTM e Sabesp, devem aprovar uma greve por tempo indeterminado, para lutar contra a privatização e pela reestatização de todas as linhas do metrô, CPTM e demais

O ato de 9 de outubro deve se colocar pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios e manifestações de rua, para derrubar as contrarreformas, o Marco Temporal, pela terra aos camponeses, pelo fim das privatizações e pela reestatização, sob o controle operário, pela erradicação da terceirização e da informalidade, pela recomposição salarial, por um salário mínimo vital, pela defesa dos empregos, exigindo a redução da jornada sem redução dos salários, por saúde e educação públicas.

Esse programa de reivindicações é próprio da classe operária e demais trabalhadores. Um Dia Nacional de Luta que mobilize nacionalmente a maioria oprimida, certamente, é ponto de partida para desencadear um grande movimento unitário das massas, que tem como método as greves, manifestações e bloqueios, cuja força permitirá à classe operária liderar uma greve geral. Somente potenciando a luta de classes é possível vencer a ofensiva dos capitalistas, de seu Estado e dos governantes contra a vida da população trabalhadora.

Pela retomada da greve unificada!

Pela unidade do movimento do Metrô, CPTM e Sabesp com a greve da USP e Unicamp!

Por um Dia Nacional de Luta, em defesa do programa próprio de reivindicação da classe operária e demais explorados!

Abaixo as privatizações do governo Tarcísio!

empresas privatizadas, sem indenização e sob o controle operário.

Feito o debate, foram aprovadas as seguintes propostas para serem encaminhadas para a reunião com os demais sindicatos:

1. Continuar a greve contra a privatização da CPTM, Metrô e Sabesp, até a retirada de todos os pregões e leilões de privatização e terceirização. Reestatização das linhas privatizadas. Acabar com a terceirização e efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Abertura de concurso público.
2. Propor para os demais sindicatos Federalizar/Nacionalizar a luta contra a privatização.
3. Encaminhar uma carta aos demais sindicatos para unificar a luta.
4. Estado de greve permanente.
5. Contra a retaliação aos trabalhadores do metrô, ferroviários e demais setores em luta. A direção do sindicato apresentou e foi aprovado a proposta de fazer um certificado de agradecimento para entregar a algumas personalidades, como deputados, entidades que estão apoiando a luta.

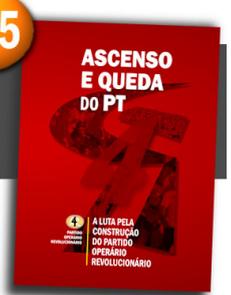
O presidente do sindicato, nesse momento, falou que entregariam um certificado para o POR, por está apoiando a greve. O militante do POR se anotou e falou que não poderia aceitar nenhum certificado de agradecimento, porque, para nós do POR apoiar e dedicar todos os nossos esforços para a vitória das lutas é uma obrigação, é um dever dos revolucionários.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Rio Grande do Norte

Terceirizados capinadores da UFRN rejeitam cobrança abusiva de empresa

A empresa Servite, responsável pelo serviço de capinagem da UFRN, tentou cobrar de cada um dos trabalhadores um pagamento de 5 reais em dinheiro vivo para arcar com o conserto de um celular da empresa, utilizado para bater o ponto.

Essa situação não é a primeira. Há algumas semanas, os trabalhadores tiveram de pagar cerca de 10 reais cada um para arcar com os custos de um acidente de trabalho com a máquina roçadeira.

Na terça (17/10), o Comitê em Defesa dos Terceirizados da UFRN, ao saber da cobrança abusiva, realizou uma reunião de emergência para planejar uma intervenção no dia seguinte, a fim de convencer os trabalhadores a não pagarem os 5 reais. Foi feito um planejamento detalhado, considerando a desvantagem de não contarmos com o sindicato da categoria (limpeza urbana), o SINDLIMP.

Na quarta (18/10), o Comitê em Defesa dos Terceirizados esteve presente às 06h30 no alojamento e reuniu os trabalhadores, antes que batessem o ponto da entrada, para explicar que a empresa estava errada em fazer essa cobrança ilegal, e que ninguém deveria pagar os 5 reais. Alguns dos argumentos foram: 1) a cobrança em dinheiro vivo é a prova de que a empresa sabe que isso é ilegal; 2)

está sendo reincidente, e é preciso parar a empresa agora, senão ela irá realizar mais outras cobranças abusivas; 3) que eles já são superexplorados e recebem baixos salários, que mal dão pra sobreviver.

Na ocasião, o Comitê abriu uma votação e os trabalhadores deliberaram coletivamente por REJEITAR essa cobrança injusta, e que a empresa arque totalmente com os custos do celular.

Em seguida, os trabalhadores gritaram a palavra de ordem “trabalhador unido, jamais será vencido”, seguindo o exemplo dos seus colegas do canteiro de obras.

Por fim, foi assinada a ata por todos os presentes, que foi entregue à empresa para que tomasse ciência da decisão coletiva dos trabalhadores.

Esse acontecimento traz lições importantes. Pela primeira vez o Comitê, sem a presença de um sindicato, conseguiu, apesar das limitações, construir uma deliberação coletiva entre os terceirizados para enfrentar a empresa. No combate à ditadura patronal e a convivência da Reitoria, aos poucos o Comitê tem ganhado inserção e se tornado referência entre os terceirizados. Certamente, são passos importantes para construir uma luta geral pela efetivação imediata dos terceirizados e demais reivindicações.

São Paulo – ABC

UFABC: Debate sobre a precarização do trabalho colocou a necessidade de enfrentar a burocracia acadêmica para defender a universidade pública

No dia 18/10/2023 ocorreu o evento “Trabalhadores da educação e a precarização do trabalho”, como parte do Ciclo de Formação Política do SinTUFABC realizado no campus Santo André. A discussão coletiva demonstrou que, em diferentes níveis, a precarização atinge o conjunto dos trabalhadores da educação: docentes, técnico-administrativos em educação, e terceirizados.

Além dos problemas gerais da educação superior, a Universidade Federal do ABC (UFABC) possui várias características peculiares. Sua criação e desenvolvimento é parte da expansão da educação superior brasileira sem o devido aporte de recursos de pessoal e infraestrutura, e da relação histórica de Lula/PT com o ABC Paulista. O fato de a instituição ser nova (17 anos) constantemente é usado como subterfúgio sugestivo de que talvez os problemas sejam solucionados nas próximas décadas.

Uma das suas características é a excessiva valorização do indivíduo, baseada no discurso da autonomia discente, pela qual cada um possui um percurso formativo, e da opção do trabalhador, por exemplo, em escolher entrar no teletrabalho, o que contribui para o isolamento e à alienação dos processos e do próprio espaço físico-social da instituição. Esse isolamento é próprio do projeto da UFABC, em que não há turmas fixas, intervalo entre as aulas e espaços de socialização e, ao mesmo tempo, expressão das relações de trabalho atuais em que muitos trabalhadores não possuem um local de trabalho específico e/ou carecem de espaços compartilhados.

O corpo docente é constituído, fundamentalmente, por pessoas de origem pequeno-burguesa. Em muitos casos, a docência na UFABC é o primeiro emprego do professor, dificultando que identifique problemas constantes como o desvio de função e o arro-

cho salarial. Apesar do maior prestígio e poder dos professores no âmbito institucional, quando comparados com profissionais com o mesmo nível de formação, nota-se que também sofrem com os baixos salários. Contudo, o papel social muitas vezes dificulta que se coloquem na luta por melhores condições de trabalho.

É comum que os técnico-administrativos em educação e os terceirizados sejam desvalorizados em função de uma valorização elitista do trabalho intelectual acadêmico, expressão da ideologia burguesa que separa os que pensam dos que fazem. Exemplo disso é que na UFABC os TAEs são conhecidos simplesmente como ‘TAs’, que para muitos docentes comparece como sinônimo de administrativos/“faz tudo”, ignorando as especificidades dos diversos cargos. Na verdade há uma série de diferenciações entre as categorias de trabalhadores da instituição referentes à carreira, jornada de trabalho (dedicação exclusiva, controle de frequência), salários, direitos, poder decisório, etc.

Adquira com o distribuidor de Massas:

“ A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.



A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pós-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.

Ocorre que os governos burgueses aplicam uma política privatista, extinguem cargos, terceirizam, não financiam integralmente o orçamento e comprometem o pleno funcionamento da instituição. Exemplo disso é que o anfiteatro, a academia e a piscina que foram construídos, mas nunca abriram devido à ausência de profissionais e recursos. Com o financiamento insuficiente e os cortes, governo e Reitoria atacam a educação pública deteriorando as condições de estudo e trabalho, sobrecarregando setores e trabalhadores. Assim se passou com a zeladoria que, em função dos cortes orçamentários e das demissões, deixou de acompanhar a distribuição de giz/canetão, a manutenção dos projetores das salas de aula, a abertura e preparação de auditórios para eventos, etc. Tais funções foram repassadas à comunidade, obrigando outros trabalhadores a desviarem suas funções e absorverem as atividades. Cita-se esse exemplo pelo fato de atingir diretamente o ensino e, portanto, os estudantes.

Colocou-se que os espaços institucionais de decisão coletiva, como os órgãos colegiados constituídos por membros natos e maioria docente não passam de formalidade democrática. A burocracia acadêmica domina a estrutura de poder e comanda a universidade respondendo ao Estado-burguês, e não às necessidades da comunidade. Essa casta burocrata administra a instituição de forma antidemocrática e anticientífica, definindo arbitrariamente prioridades e procedimentos e agindo de forma formal, evasiva e/ou negligente com os problemas. Em consequência disso, geram-se desigualdades e falta de isonomia entre as unidades (Centros, Pró-Reitorias, campus, etc), tanto com relação à distribuição de recursos, como pessoal e infraestrutura, quanto em relação a procedimentos/fluxos de trabalho. Há unidades que sequer exist

tem oficialmente. É ilustrativo o caso da Enfermaria em que apenas mudaram o nome para “Promoção à Saúde”, sem garantir as condições para o funcionamento do setor, que carece de insumos básicos como band aid. Os burocratas se mostram incapazes de expressar a autonomia universitária. Chegaram a interditar o espaço do DCE, exigindo o fechamento da cantina para atender a empresa terceirizada, passaram a cobrar aluguel das sedes das entidades sindicais e agora estão cobrando a compensação de horas nas paralisações. Apoiada no Reitorado, um sistema medieval, elitista e pseudo meritocrático, a burocracia acadêmica administra a precarização, aplicando a flexibilização do trabalho e empurrando os trabalhadores à angústia, cansaço, insatisfação e adoecimento. Quando questionados respondem com assédio, ameaças e perseguição. Apesar da política educacional burguesa encarnada pela burocracia acadêmica, observou-se que o trabalho, a educação e a política são processos que funcionam coletivamente.

Considerou-se a atividade como um ponto de partida para erigir um movimento unitário, de funcionários, estudantes e professores, em defesa do pleno funcionamento da instituição. Não cabe à comunidade resolver os problemas causados pela classe dominante e seus capachos. Trata-se de formular um programa de reivindicações e exigir o seu atendimento. O desafio está em superar o modus operandi institucional, fundado no isolamento. É preciso ter claro que nenhum governo burguês garantirá as condições plenas para o trabalho e para o estudo. Só a aliança entre o movimento universitário, sobretudo o movimento estudantil, e a classe operária permitirá tal conquista. A luta contra o individualismo, o corporativismo e a burocracia acadêmica está na ordem do dia.

São Paulo

Boletim da Corrente Proletária

No dia 20, ocorrerá a assembleia dos professores estaduais. A Corrente Proletária/POR divulgará o Boletim com uma nota central sobre a situação política do momento e notas referentes às reivindicações e métodos para enfrentar o governador bolsonarista Tarcísio de Freitas. Reproduzimos abaixo a nota que encabeça o Boletim.

Três duros acontecimentos para a maioria trabalhadora Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações e rua

Esse início de outubro, os trabalhadores estão sob o impacto da brutal ofensiva de Israel sobre o povo palestino. Uma santa aliança foi constituída pelas potências para defender o Estado sionista sanguinário, para isso utilizam a velha denúncia de que a ação do Hamas é terrorista. Contam com os meios de comunicação para diuturnamente realizarem uma ampla campanha, mostrando a justiça dos bombardeios israelenses à Faixa de Gaza, corte de energia elétrica, alimentos e água. Rapidamente, os Estados Unidos reforçaram o envio de mais recursos e armamentos poderosos para esmagar a resistência palestina. Os países da Europa proibiram o envio de alimentos para mais de 2 milhões de palestinos da vivem em Gaza, na mais profunda miséria, fruto de 75 anos de opressão nacional. Por sua vez, o governo Lula se alinha aos países imperialistas, que fazem campanha contra o Hamas, qualificando de “terrorista”.

Os trabalhadores do mundo inteiro devem se unir contra a opressão sionista e imperialista sobre o povo palestino! Ganhar as ruas sob a bandeira da autodeterminação do povo palestino. A Corrente Proletária defende a constituição de uma frente única anti-imperialista pela expulsão das forças sionistas do território palestino. E se posiciona que o fim da opressão depende da revolu-

ção social e a constituição de uma república socialista da Palestina.

Esse violento acontecimento ocorre no momento em que a guerra na Ucrânia se prolonga e não há nenhum interesse dos Estados Unidos, aliados europeus e OTAN de colocarem fim à guerra de dominação. As consequências têm sido desastrosas para a população pobre do mundo inteiro, em particular a da Ucrânia. A Corrente Proletária se posiciona pelo fim da guerra, por uma paz sem anexação e pela autodeterminação da Ucrânia.

No Brasil, o governo Lula não revogou as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, entre elas o “Novo Ensino Médio”. Ao contrário, aprovou o Arcabouço Fiscal, o Marco Temporal e está prestes a concluir a Reforma Tributária. E anuncia a reforma administrativa. Trata-se, portanto, de um governo de continuidade aos ataques aos trabalhadores. A queda das taxas de desemprego se deu às custas da elevação do subemprego, do rebaixamento salarial e da eliminação de direitos trabalhistas. A maioria explorada, como se vê, está diante de um governo burguês, voltando a atender aos interesses do grande capital, nacional e estrangeiro.

Em São Paulo, Tarcísio de Freitas faz os últimos ajustes para privatizar a Sabesp, o Metrô e a CPTM. Foi a greve unificada desses três setores que forçou o governador ultradireitista a justificar seu

plano privatizante, que vinha sendo mantido a sete chaves. A chacinha de Guarujá escancarou a sua política de proteção as ações assassinas da polícia, o que causou rejeição de parte de seus eleitores de classe média. Na educação, as medidas privatizantes, sejam por meio da terceirização ou de plataformas digitais, e o aumento da exploração do trabalho e redução de direitos vêm gerando descontentamento generalizado dos professores e funcionários de escolas.

A situação, como estamos vendo, está cada vez mais grave. Por

Greve na USP expressa a crise de direção no movimento estudantil

A greve na USP, ao que tudo indica, entrou em sua etapa final. Diversos cursos já recuaram e votaram pelo retorno às aulas, os atos perderam força, a reitoria apresentou uma proposta daquilo que está disposta a fazer e encerrou as negociações, os professores retornaram. Mas o mais importante é que o refluxo cabe como inteira responsabilidade das correntes que dirigem o DCE e seus satélites, que nas últimas semanas trabalharam de diversas formas para colocarem fim ao movimento, mesmo com uma parcela dos estudantes mostrando disposição de luta. Isso expressa de maneira muito clara a crise de direção no movimento estudantil (ME).

Essa crise tem na USP uma manifestação, mas está expressa em diversos outros casos apontados pela Corrente Proletária Estudantil (CPE) nos seus boletins e manifestos. O caso recente que se destacou foi o Congresso da UNE, que foi montado para colocar o ME a reboque do governo burguês de Lula/Alckmin.

Como apontamos nos boletins da CPE para a USP, essa greve nasceu com um potencial muito forte, que foi desperdiçado ao ser dirigida por correntes centristas, corporativas, desvinculadas dos movimentos mais gerais dos trabalhadores, em especial aqueles que estão em luta no estado de SP, contra as privatizações. Essa direção falhou ao não expressar o verdadeiro conteúdo desse movimento, que era a luta contra todas as formas de privatização que se manifestam nas universidades, como as terceirizações, as fundações, os cursos pagos etc., pelo contrário acreditaram que as reivindicações de contratação e permanência tinham um fim em si mesmas, e que seriam suficientes para derrotar a reitoria.

A burocracia universitária percebeu a fragilidade dessa direção nas negociações, que foram desmarcadas quando era conveniente, e dirigidas pela própria reitoria, sem que a força da greve se manifestasse na correlação de forças que estava sobre a mesa de negociação. O controle da burocracia sobre todo o processo ficou sintetizado no documento que emitiram na última reunião, ao mesmo tempo que disseram que essa seria sua proposta final, encerrando assim as negociações. As vacilações do DCE em negar tal documento, que, pelo contrário, chamou de vitórias, serviram de combustível para que muitos estudantes nos cursos passassem a defender o fim do movimento, que neste momento sobrevive em letargia, aguardando um tal “festival da greve”, que ao que tudo indica marcará seu fim.

Numa das últimas reuniões de negociação, uma pequena delegação da ADUSP (sindicato dos professores) esteve presente e solicitou a entrada de uma representante, professora da EACH, na reunião. É forçoso lembrar que os professores se encontravam em greve naquele momento, e, portanto, faziam parte do movimento geral grevista. A reitoria negou sua entrada e os estudantes acatarem a decisão, deixando a ADUSP de fora. Esse pequeno exemplo mostra o profundo rebaixamento político de um movimento estudantil que não está à altura de defender os interesses da maioria oprimida. A atitude autoritária da Reitoria deveria ser respondida com a força coletiva do movimento, que naquela situação significaria ter se retirado imediatamente e anunciado que só voltaria às negociações com a ADUSP presente

outro lado, não tem havido uma resposta em favor das massas trabalhadoras.

É fundamental que esta reunião do Conselho Estadual da Apeoesp e a assembleia aprove um chamado às centrais, movimentos e demais sindicatos para que convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e poderosas manifestações, em defesa da Palestina do fim da guerra na Ucrânia e de um programa próprio de luta dos explorados.

(e de preferência também com o SINTUSP/funcionários).

Ao abaixar a cabeça para o autoritarismo da burocracia, o DCE e demais correntes que compunham a comissão de negociação deixaram claro para a Reitoria quem estava no controle da discussão, o que permitiu que o Reitor apresentasse um documento ultimista daquilo que estava disposta a aceitar. Assim, o documento, que foi apresentado pela direção do DCE como um avanço, expressou a vitória da Reitoria sobre o movimento, caso não se modifique o quadro que está se configurando.

Alguns pontos do documento devem ser analisados:

1. Em relação ao principal motivo da greve, a contratação de professores, a proposta da burocracia foi de reposição das vagas de 2022, 148 docentes, somando esse número ao de 879 que já estavam previstos sem prazo definido. Esse número está muito longe das perdas no quadro de docentes que beiram os 1500 desde 2014, sem contar o crescimento do número de alunos nesse período, que, caso fosse contabilizado, significa a necessidade de contratação de aproximadamente 1700 docentes para retomar a proporção docente/aluno daquele ano. Além disso, só se comprometeu com os professores exonerados, não com as vagas de aposentados e falecidos. Além disso, não revoga o “edital de mérito” que privilegia cursos voltados ao mercado e nada falou sobre o “gatilho automático”.

2. Sobre a reivindicação de acesso aos indígenas, vai implementar uma comissão para discutir o tema, forma bastante comum de prometer sem se comprometer com qualquer resultado concreto. Mas foi benevolente o suficiente para dizer que vai financiar “o transporte dos estudantes da USP para o Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas de 2023”.

3. Sobre a reivindicação dos estudantes para que sejam servidas refeições nos bandejões nos finais de semana, a reitoria afirmou que passará a disponibilizar café da manhã e almoço em todos os RUs aos sábados, sem, no entanto, assumir a contratação de mais funcionários. Esse ponto gerou indignação nos funcionários, não no DCE, que paralisaram suas atividades numa manhã da semana passada e foram à assembleia estudantil dar seu recado. Disseram o que deveria ser dito, ampliação do atendimento só é possível com mais contratação, não sobre a base de mais exploração dos trabalhadores. Pesa sobre isso, o crescimento da terceirização de diversos setores que prestam serviços na universidade. Eis o porquê de vincular a reivindicação pela ampliação do atendimento, com a reivindicação de contratação de mais funcionários e com a reivindicação de fim das terceirizações. Uma não pode estar desvinculada da outra. Esse ponto já seria o suficiente para que os estudantes rejeitassem a proposta do Reitor. Ainda sobre a contratação de funcionários, o documento informa que a reitoria faz reposição de funcionários exonerados, aposentados e falecidos, nada dizendo sobre o déficit de mais de mil funcionários desde 2014.

4. Sobre a permanência, outro pilar da greve, nada concreto foi conquistado. A Reitoria em diversos pontos da carta diz que “informará”, “explicitará”, “compartilhará os dados a respeito das bolsas”, “recomendará que os professores privilegiem os estudantes bolsistas (PAPFE) para serem selecionados na bolsa PUB”, “se dispõe a reanalisar as solicitações negadas para o recebimento de auxílio, desde que estas sejam justificadas” (procedimento que já existe), e que se “compromete com o monitoramento da política de permanência” etc. Como se pode ver, um conjunto de manobras retóricas sobre a base da arrogância de quem sabe que está no comando das negociações. Nada foi dito sobre a moradia estudantil, sobre o valor das bolsas e sua ampliação numérica.

5. A direção do DCE apresentou como uma grande conquista algo que sequer estava entre as reivindicações, a construção de um prédio para uma futura creche na EACH, como reconheceu um militante do JUNTOS/PSOL ao sair da negociação. Muito provavelmente isso já estava no planejamento da burocracia que aproveitou o momento para anunciar, e assim manobrar os estudantes.

6. Por fim, no último ponto, a reitoria afirma que não fará qualquer represália política aos estudantes do movimento, mas “não tem meios de impedir medidas administrativas e processuais no caso de dano ao patrimônio da Universidade”. Tais medidas, que certamente virão, são justamente uma forma de represália política, que poderá acontecer tanto no âmbito da reitoria como no das faculdades, onde ocorreram piquetes e confrontos com professores e diretores. Assim, a reitoria concluiu sua carta-proposta deixando claro que está livre para perseguir politicamente os estudantes.

A assembleia seguinte não aceitou essa carta, mas tampouco a rejeitou. Ficou em um limbo, como uma espécie de “garantia do que conseguimos até agora”, nas palavras do DCE, que afirmou que tentaria reabrir as negociações. Como se pode ver, a direção política do movimento percorreu uma linha de subordinação à burocracia universitária, em detrimento da força inicial que a greve atingiu, chegando a paralisar todos os cursos da universidade por alguns dias. A capitulação que está se configurando será vergonhosa para o DCE, e exigirá dos estudantes um profundo balanço político de suas direções, que neste caso foi eleita sob o argumento de responder à paralisia da direção anterior do PT/PCdoB.

Entre as correntes que dirigem o DCE, Correnteza/UP, UJC/PCB e Juntos/PSOL, além do Afronte/Resistência que nessa greve foi um braço dessa direção, é comum ouvir em suas intervenções a apresentação da greve como encerrada, “nossa greve foi histórica”, “nossa greve conquistou reivindicações importantes”, “Vamos entrar em estado de mobilização permanente” etc.

Existe um setor crítico da direção, encabeçado pelo PSTU e MRT, mas que não tem sido capaz de modificar os rumos da greve. Em especial o PSTU, que sob o manto da radicalização oral repete a ladainha exitista da direção do DCE, de que a greve tem tido grandes vitórias. Em uma intervenção na penúltima assembleia, o Rebeldia/PSTU declarou, “Aqui não tem dúvida de que as propostas concretas que nós conseguimos representam um avanço da nossa luta e da nossa mobilização” e chamou de “vitórias concretas que nós arrancamos da reitoria”. Uma falsificação grotesca que serve de base para o DCE enterrar o movimento.

Mas o PSTU foi além, e no dia 18, dia de assembleia, assinou uma nota vergonhosa junto com o Correnteza/UP, Afronte/PSOL, Juntos/PSOL e UJC/PCB, com o título “Por um novo estado de lutas na USP! Massificar para arrancar mais conquistas!”, onde se utilizam da falsificação descarada para colocar fim à greve. Alguns pontos dessa carta devem ser destacados aqui, para ver até onde chegou essas correntes na sua política traidora.

Entre as muitas “conquistas importantes” apresentadas por essas correntes na nota, estão: contratação de 1027 professores (879 já estavam nos planos da reitoria antes da greve); criação

de comissão indígena; contratação imediata de funcionários (reproduzindo a falsificação da reitoria que foi flagrantemente desmentida pelo Sintusp em nota, mostrando que não existe contratação automática e o déficit chega a mais de 1000 trabalhadores) etc. Segundo a nota, essas “conquistas impuseram um recuo nos interesses da reitoria e do governo do estado”, sem que esse suposto recuo fosse demonstrado materialmente. Onde está o recuo? Quais interesses da burocracia e do governo foram derrotados? O que vimos na verdade foi que a reitoria impôs seus termos, e o governo do estado sequer tomou conhecimento da greve, não foi afetado em absolutamente nada. Depois de discorrer sobre os cursos e estudantes que estão desmobilizados, ignorando os que estão em luta e ativos, a nota conclui avaliando que “o método da greve cumpriu seu papel, e agora é preciso voltar a envolver os institutos que não estão mais paralisados para reavivar as forças do movimento estudantil e não deixar nossas conquistas escaparem.”

Apesar desse apelo ao fim da greve, na assembleia do dia 18, os estudantes em sua maioria votaram pela continuidade grevista, indicando que para parte dos estudantes essa direção e junto a ela o Rebeldia/PSTU estão desmoralizadas. Certamente serão fruto de desconfiança da base no próximo período. O terreno se torna fértil para o crescimento de uma corrente revolucionária no ME, que leve a política proletária para dentro da universidade, nos seus métodos e no seu conteúdo.

A convocação de um festival cultural, como forma de salvar a greve, uniu a direção do DCE e a suposta oposição (MRT, PSTU etc.), colocando toda a força do movimento num evento distracionista que, ao que tudo indica, marcará os últimos momentos do movimento grevista, como já vimos em greves passadas.

De conjunto, essas correntes expressam a crise de direção no interior do ME, como expressão da crise geral de direção do proletariado. A CPE/POR teve até agora uma intervenção limitada nesse movimento, dada sua pouca penetração nos cursos e na luta cotidiana da USP. Está colocada a tarefa de superar essa dificuldade formando a Corrente Proletária Estudantil na USP, para vincular as reivindicações estudantis às dos trabalhadores em geral, e expressar no interior do movimento o conteúdo de classe das lutas, como única forma de combater a burocracia universitária, essa casta parasitária responsável por representar os interesses da burguesia no interior da universidade pública.



São Paulo

Direção do movimento enterra greve na ECA

No domingo, 15 de outubro, ocorreu uma assembleia virtual que reuniu os estudantes do Departamento do CRP, parte da Escola de Comunicações e Artes (ECA), que engloba os cursos de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Turismo. O propósito da assembleia foi deliberar sobre a greve.

A atividade contou com a participação média de 160 pessoas e foram disponibilizadas 20 intervenções aos estudantes. Posteriormente, uma enquete foi realizada através do grupo no WhatsApp, aberta a todos os membros do CRP (mesmo quem não havia participado da assembleia). A enquete ofereceu apenas duas alternativas de escolha: “A favor” e “Contra”. Não se concedeu a possibilidade de abstenção. Nesse contexto, 166 foram a favor da greve, enquanto 117 votaram contra.

A Corrente Proletária Estudantil/POR esteve presente na assembleia, onde expressou seu apoio à continuidade da greve, bem como a sua ampliação, radicalização dos métodos e união com outros setores em luta na universidade e fora dela. Além disso, denunciamos as táticas de desmobilização do movimento estudantil adotadas pela Reitoria e pela burocracia universitária, que iniciou com ações truculentas, como foi o caso na FFLCH, passando à falsificações e agora parte para ameaças de cancelamento de semestre, prejudicando os estudantes bem como assédios morais, conforme relataram outros colegas.

Na segunda-feira, 16 de outubro, a ECA convocou uma assembleia em dois turnos, um pela manhã e outro à noite. A Corrente Proletária Estudantil reiterou sua posição em defesa da continui-

dade da greve na assembleia da manhã. A mesa da assembleia da manhã foi composta pela UJS/PCdoB e Juntos/PSOL, que utilizaram cerca de 20 minutos para apresentar informes e esclarecimentos, embora esses informes tenham, em diversas ocasiões, representado uma manifestação velada pelo encerramento da greve.

Antes da votação sobre a permanência na greve, um membro da Faísca/MRT solicitou à mesa que fossem aceitas inscrições para defender a continuidade da greve, dado que a mesa havia se manifestado mais extensivamente em oposição à greve, ainda que de maneira indireta. Foi concedido um minuto para as intervenções em favor e contra a permanência da ECA na greve. A defesa da continuidade da greve foi articulada entre o Faísca, a Corrente Proletária Estudantil e um estudante independente. A defesa do fim da greve foi apresentada por um único estudante independente.

O resultado da assembleia no turno da manhã foi de 32 votos a favor da continuidade da greve e 37 pelo encerramento. Na assembleia da noite, a direção não conseguiu manobrar e a greve foi aprovada por contraste, indicando disposição de luta por parte dos estudantes da faculdade.

Como se pode perceber, as correntes que dirigem a movimento na USP trabalharam para pôr fim à greve sob a base de supostas conquistas. Estão expressando assim a crise de direção que atravessa o ME. É necessário construir na ECA e nos demais cursos uma oposição classista e revolucionária, que possa varrer com as direções traidoras que predominam no movimento.

Nesta edição:

Palestina:

- Em defesa da Faixa de Gaza
- Manifesto do CERQUI: A Declaração de Guerra do Estado Sionista procura mascarar o genocídio do povo palestino
- Manifesto do POR: Mais um capítulo de luta dos palestinos contra o Estado sionista de Israel
- Manifesto do POR: Pelo fim da matança na Faixa de Gaza!
- Introdução do folheto sobre a Palestina
- Massas nº 236: O Estado sionista e o imperialismo norteamericano unidos contra o povo palestino
- Massas nº 368: Todo apoio à resistência do povo palestino
- Massas nº 446: A ONU reconhece a Palestina como “Estado observador não membro”
- Massas nº 481: A solução está em dois Estados?
- Manifestações em apoio a Palestina
- Grupo de Estudos: Imperialismo, Estado sionista e a luta do povo palestino
- **Argentina:** Defender o direito dos palestinos à resistência. É preciso derrotar a política genocida do Estado sionista de Israel
- **Bolívia:** Risco de generalização do conflito freia momentaneamente a invasão terrestre da Faixa de Gaza, mas não o bombardeio criminoso
- **Revolução Russa:** 106 anos da Revolução de Outubro de 1917
- **Trotsky:** Lênin e a Guerra Imperialista

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Em defesa da Faixa de Gaza

Desde a decisão da ONU de criar o Estado Israel em 1948, se institucionalizou a violência colonizadora do sionismo. Anterior a essa data, as organizações paramilitares dos invasores da Palestina praticavam o terror para quebrar a resistência dos palestinos. Des-

de o momento em que os judeus sionistas se investiram da legalidade, puderam planejar e agir no sentido de criação de um Estado, no território onde a população autóctone não havia se constituído como nação, ou seja, como Estado. A resolução da ONU previa

dois Estados, que supostamente poderiam coexistir pacificamente. Mas, esse organismo, criado pelas potências imperialistas, não se responsabilizou pela edificação de um Estado palestino e pela convivência harmônica. Era do conhecimento, inclusive de Stálin, que o movimento sionista, concebido no final do século XIX, era amparado por uma fração da burguesia internacional, sendo o capital financeiro o seu maior apoiador. Eis por que a criação do Estado sionista se vincula historicamente ao nome do banqueiro inglês barão Edmund de Rothschild.

O fato decisivo, no entanto, foi a cobertura legal que a ONU conferiu à criação de um Estado, imposto por cima do povo palestino e dos árabes. Os financistas do sionismo, que se vestiam de filantropos, capacitaram material e militarmente os invasores, para arrancar pela força os camponeses palestinos de suas terras e ocupar territorialmente a Palestina na forma de um Estado judeu. A primeira guerra que os sionistas falsamente denominaram de “Independência” contra os árabes indicou que não seria possível edificar um Estado sem que fosse pela violência, cujo conteúdo expresso era e é o de colonialismo.

Não é o caso de descrever o caminho de sangue que os sionistas percorreram para derrotar a resistência da nacionalidade oprimida. É necessário assinalar apenas que a superioridade econômica e militar do movimento sionista se deveu ao apoio do imperialismo, principalmente inglês e norte-americano. Os Estados Unidos que emergiram como potência incontestada da Segunda Guerra Mundial ditaram as ordens à ONU, e assim se implantou um Estado na Palestina concebido como um enclave do imperialismo em meio a um Oriente Médio constituído de nações atrasadas, semicolônias e, portanto, oprimidas. Não seria viável estruturar um Estado e criar uma nação, nessas condições, sem que se erigisse como uma poderosa força militar e que contasse com a proteção das potências.

Os Estados Unidos desbancaram a Inglaterra como poder hegemônico na região, e ali se estabeleceram à base do poderio militar, aproveitando das divisões no interior da feudal burguesia árabe e da persa asiática e vizinha. O Estado de Israel, na realidade, nunca teve vida própria, depende dos Estados Unidos que pairam como potência sobre o Oriente Médio. Em todas as guerras e choque internos que envolvem o Estado sionista o governo norte-americano, seja dos democratas seja dos republicanos, o ampara imediatamente e aponta seu poderio militar àqueles que ameaçam romper a camisa de força do imperialismo na região.

Nem bem iniciou os ataques de Israel à Faixa de Gaza, Biden enviou seu mais potente porta-aviões para o Mediterrâneo, apontando suas armas para os três países mais próximos à resistência palestina e que poderiam se mobilizar contra o massacre na Faixa de Gaza, ou seja, Irã, Síria e Líbano. Essa rápida resposta aos acontecimentos de 7 de outubro também se volta contra qualquer movimentação da Rússia e China, que vêm ganhando terreno no Oriente Médio em detrimento da hegemonia norte-americana. Em particular, a China se mostrou capaz de negociar um acordo de

distensão entre a Arábia Saudita e o Irã. Essa aproximação dos dois rivais, que sustentam a longa guerra no Iêmen, contraria a posição dos Estados Unidos, que apoiados em Israel, procuraram liquidar o regime nacionalista islâmico, que ousou se colocar em posição de independência.

A decisão de Washington de incorporar a Arábia Saudita no Acordo de Abraão é parte da guerra comercial que os Estados Unidos travam com a China. A crise que eclodiu com a ação militar do Hamas em território de Israel, como se vê, faz parte de choques profundos no Oriente Médio, que, por sua vez, expressam a decomposição mundial do capitalismo, a guerra na Ucrânia, os abalos na África e a escalda militar impulsionada por meio da OTAN na Europa e na Ásia. Estão postas no Oriente Médio as tendências militaristas que crescem nas regiões conflagradas.

Israel promove calculadamente um massacre na Faixa de Gaza, tendo claro que provoca reações nos países árabes, não só no país persa. Os navios de guerra que vigiam o Mediterrâneo, Golfo Pérsico e o Mar Vermelho e os trinta mil soldados americanos implantados no Oriente Médio não representam apenas uma demonstração de força, mas também uma preparação para uma possível conflagração que ultrapasse a Faixa de Gaza. Biden conta com a demonstração de poder bélico para que os aliados do Hamas e os governos árabes premiados pelas massas revoltadas com a matança de palestinos não se lancem em defesa da Faixa de Gaza.

Os esforços diplomáticos no âmbito da ONU de limitar a ferocidade do governo de união nacional de Israel sob a ótica da Convenção de Genebra, que prescrevem crimes de guerra, têm fracassado e evidenciado a responsabilidade dos Estados Unidos pelo genocídio. Nem mesmo a resolução montada pelo representante do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, por meio de ampla negociação de seus termos, foi aprovada, apesar de contar apenas com o voto contrário dos Estados Unidos, sendo 12 a favor e 2 abstenções. A abstenção do Reino Unido, de fato, foi de reprovação, uma vez que justificou o voto com o mesmo conteúdo alegado pela representante dos Estados Unidos, de que não constava o “direito de Israel se defender”.

A classificação do Hamas como organização terrorista e o axioma do direito de defesa de Israel - desvinculados e colocados por cima da história de guerra pela implantação do Estado sionista, da violência colonizadora contra a resistência dos palestinos e do seu confinamento em um pequeno território anexado - são uma licença para as Forças Armadas de Israel bombardearem livremente a Faixa de Gaza, reduzirem a cidade a um monte de ruína e acabarem com a vida de milhares e milhares civis. Esse é o conteúdo de uma resolução que atenderia aos objetivos do imperialismo. Justamente quando se discutia uma resolução para dar uma pausa na matança, um míssil atingiu um dos hospitais mais importantes matando, estima-se, 475 palestinos, entre elas inúmeras crianças. Em seguida Biden faz um pronunciamento pedindo ao Congresso que lhe faculte U\$105 bilhões para continuar financiando a guerra na Ucrânia, apoiar o Estado sionista e conter os imigrantes que entram nos Estados Unidos pelo México.

A investida militar de Israel na Faixa de Gaza e o aumento exponencial de mortos vêm desencadeando um movimento de massas em várias partes do mundo. Milhares ganharam as ruas de Nova York, da Inglaterra, da França e, em particular, dos países árabes. Os manifestantes estão enfrentando a repressão dos governos pró-sionista, que se chocam com os explorados pela burguesia francesa, alemã, inglesa etc. Esse é o caminho para fazer frente ao poderio militar de Israel e dos Estados Unidos. A defesa da Faixa de Gaza com o armamento da população, os levantes massivos pelos árabes, as manifestações nos países imperialistas exigindo o rompimento de qualquer apoio ao Estado sionista, os bloqueios econômicos impostos pela luta da classe operária etc. podem levantar uma barreira revolucionária capaz de conter o genocídio e fortalecer o combate da nação oprimida pela sua autodeterminação e libertação da própria população judia do garrote da burguesia sionista e do imperialismo.

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário



2014

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Adquira já com o distribuidor Massas R\$ 5,00



Declaração do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui)

9 de outubro de 2023

Manifesto do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

A Declaração de Guerra do Estado Sionista procura mascarar o genocídio do povo palestino

Nossa total solidariedade ao povo palestino agredido violentamente por Israel há mais de 70 anos

Os meios de comunicação mundiais e a maioria dos governos apresentam de forma cínica e hipócrita a incursão da organização Hamas em Israel como um ato terrorista, como uma agressão. Os bandidos condenam este ato sem dizerem uma palavra sobre os contínuos atos terroristas, a violação brutal e sistemática dos proclamados “direitos humanos”, o abuso, a prisão ou o assassinato de homens, mulheres e crianças por parte de Israel, que conta com um dos exércitos mais poderosos do mundo e impõe uma política de verdadeiro apartheid à população não-judia.

O atual nível de beligerância do conflito entre palestinos e israelistas é o corolário de todas as ações de pressão sobre a população palestina, que as autoridades sionistas de Israel vêm executando de acordo com o imperialismo norte-americano e alimentados pelo reconhecimento, por parte de Trump, de Jerusalém como capital oficial e única do Estado de Israel e o incondicional apoio de Biden.

Ninguém diz que durante décadas a ONU apelou a negociações para reconhecer a autodeterminação da Palestina, para ter o seu Estado e que essas resoluções e condenações contra Israel são permanentemente ignoradas. A violência caracteriza toda a história da Palestina, desde o momento em que o seu povo foi privado do direito à autodeterminação nacional.

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou a Resolução 181, que pôs fim ao Mandato Britânico da Palestina (em vigor desde 1920) e apelou à criação de um Estado palestino e outro para os judeus, assim dividindo a Palestina. Em 14 de maio de 1948, David Ben Gurion proclamou o nascimento do Estado Judeu. Egito, Jordânia, Líbano, Iraque e Síria declaram guerra a Israel. O conflito durou até julho de 1949.

Os ataques do Hamas são uma resposta à política terrorista de conquista e usurpação territorial que o regime israelita, agindo em cumplicidade com os Estados Unidos e as potências da Europa, tem perpetrado contra o povo palestino. Agora, a Europa já se apressou em cortar toda a ajuda à Palestina. Os Estados Unidos anunciaram o envio de ajuda militar adicional a Israel.

As brigadas Al Qasam, o braço militar do Hamas, que lançaram um ataque surpresa, contra o Estado sionista de

Israel, não têm capacidade logística, nem armamento suficiente para derrotar militarmente o exército israelense, que conta com o apoio do imperialismo norte-americano. A inteligência militar de Israel é perfeitamente consciente dessa realidade. Por seu lado, o Hamas proclamou que os objetivos políticos do ataque foram alcançados, pondo em evidência que tem capacidade de burlar a vigilância da inteligência israelense.

O Hamas, desde 2007, governa a faixa de Gaza e tem uma grande influência na Cisjordânia. Um dos objetivos do Hamas com esse ataque, é obter também o controle do governo na Cisjordânia, além de boicotar o anunciado acordo de paz entre a Arábia Saudita e Israel. O que, na realidade, é uma traição da feudal burguesia árabe à causa palestina. O Hamas é a organização que depois da primeira intifada (levante insurrecional palestino em 1987) se colocou como direção das rebeliões populares na região. Essa organização político-militar não constitui um partido operário, se declara jihadista, nacionalista e islâmico, e proclama como seu objetivo alcançar a libertação da Palestina e criar um Estado palestino independente, e assim, se compromete a lutar contra a ocupação israelense por todos os meios.

Este fato coloca, mais uma vez, em primeiro plano as condições de submissão de um povo e a impossibilidade do capitalismo na sua fase de decomposição poder resolver pacificamente uma reivindicação histórica. A coexistência com o Estado terrorista é impossível.

Não se pode ficar surpresos, não se pode considerar inesperada qualquer reação de um povo encarcerado na maior prisão a céu aberto do mundo. É o mínimo que se pode esperar de um povo subjugado e submetido às piores condições. A Palestina não tem um exército regular, não pode ser obrigada a travar uma guerra regular, porque simplesmente não tem condições para realizá-la. Os opressores, que praticam o terrorismo a partir dos seus Estados, querem dar uma lição de moral àqueles que tiveram seus direitos arrancados, dizendo a eles como defendê-los.

Não vamos especular, como faz um setor da imprensa, se esta intervenção do Hamas convinha a Netanyahu e ao seu governo de extrema-direita, para obter algum apoio da sua população, depois de meses de mobilizações con-

tra ele, por querer proteger-se das acusações de corrupção que o cercam. Ou, então, porque acreditavam que nunca poderia acontecer que as milícias palestinas pudessem quebrar o muro e as fortificações israelenses, que os serviços de inteligência, os mais preparados do mundo, antecipassem sempre qualquer ataque e o desmantelassem de forma sangrenta antes que acontecesse. Estas falhas de inteligência e segurança são provavelmente o produto da crise política prolongada por que passa Israel.

Em dezembro de 2022, Netanyahu retomou as suas funções de primeiro-ministro à frente do governo mais religioso e ultranacionalista da história de Israel, prometendo dar prioridade à expansão da colonização dos territórios palestinos da Cisjordânia. Esse é o ponto fundamental a ser considerado.

O cambaleante e desacreditado governo de extrema direita de Netanyahu aproveitará o ataque do Hamas para conseguir a unificação interna e o apoio internacional. Com o aval dos Estados Unidos e Europa, a resposta das autoridades sionistas de Israel tem sido bárbara: vêm executando um massacre, um genocídio, procurando exterminar a população palestina, sob a justificativa de que esta não é uma “guerra convencional”, perante a qual se podem aplicar os tratados internacionais, mas sim que se trata de uma guerra contra o “terrorismo”. Dessa maneira, a declaração de guerra serve aos objetivos expansionistas do Estado sionista. A urgência de apresentar os verdugos como vítimas é parte da estratégia do imperialismo para assegurar o apoio internacional à presença de um enclave que serve aos seus interesses, que são os interesses do capital financeiro imperialista, principalmente o norte-americano, na região do Oriente Médio.

Rechaçamos os argumentos pacifistas e covardes daqueles que julgam esta ação negativamente, porque prejudicaria as negociações ou provocaria enormes represálias contra o seu próprio povo, incluindo uma invasão de terras por Israel. Já está ocorrendo os bombardeios sobre Gaza, que causaram mais de 600 mortos. Além disso, Israel cortou completamente o fornecimento de eletricidade, alimentos e combustível a Gaza. Rechaçamos a justificativa de que ação do Hamas permite que setores mais à direita entre os direitistas imponham um rumo militar mais agressivo. Os habitantes de Gaza escolheram o Hamas como seu governo desde 2007, precisamente pela sua atitude combativa face ao cerco dos carcereiros. Uma atitude completamente diferente da assumida pela Autoridade Palestina.

As denúncias dos palestinos incluem o longo cerco a Gaza, que se acha sitiada. O que demoliu sua economia interna. E que agora o Estado de Israel impõe o bloqueio ao longo da fronteira separada por uma cerca, impedindo a permissão para 20 mil explorados irem trabalhar em Israel.

A Cisjordânia sofre uma ocupação militar juntamente com o roubo permanente dos seus territórios e reservas de água por colonos judeus supremacistas. Em julho, a Autoridade Nacional Palestina suspendeu todos os conta-

tos e cortou a colaboração de segurança com Israel, num gesto de rejeição à expansão das colônias e a uma ofensiva militar israelense no campo de refugiados de Jenin. A isto acrescenta-se o grave aumento da violência na Cisjordânia, ocupada contra os seus vizinhos palestinos por parte dos colonos residentes em colônias consideradas ilegais pela maioria dos governos ocidentais. Os colonos atuam como esquadrões da morte, com a cumplicidade do governo israelense, assumindo a tarefa de aterrorizar os habitantes originais das terras que estão sendo roubadas.

Oficialmente, nos territórios invadidos por Israel, as Forças Armadas daquele país causaram a morte de 6.407 palestinos entre 1º de janeiro de 2008 e 19 de setembro de 2023, e 152.560 sofreram ferimentos de gravidade variável. As vítimas israelenses nesse período foram 308 mortos e 6.307 feridos. Só este ano, 36 crianças palestinas já foram mortas na Cisjordânia, num dos anos mais sangrentos. Há denúncia da “profanação” da mesquita Al-Aqsa em Jerusalém por colonos israelenses de extrema-direita.

As mortes de civis devem ser sempre lamentadas. Mas devemos compreender o que realmente aconteceu. Repudiamos as declarações dos governos e dos partidos patronais, lacaios dos Estados Unidos, sempre contra a luta popular. E de todos os meios de comunicação dominados pelo imperialismo.

A luta internacional pela causa palestina foi enfraquecida principalmente devido ao seu abandono pelos governos árabes e islâmicos, esta é uma questão fundamental que deve ser denunciada. O governo do Egito informa que teria avisado Israel sobre o ataque masivo que se avizinhava.

É necessária uma política comum dos oprimidos em todos os países da região, lutando pelas suas reivindicações elementares, por desarmar e expulsar o imperialismo, acabar com as multinacionais, socializar os grandes meios de produção, de forma que todos os recursos possam ser usados para resolver os problemas, os principais problemas e, sobre essa base, estabelecer um Estado Palestino comum e único, como uma república socialista, destruindo o Estado Sionista.

Diante do poder armado pelo Estado sionista e pelo imperialismo, está colocada a tarefa de armamento das massas palestinas e dos explorados árabes. Somente o proletariado organizado e em luta tem como pôr fim à guerra e à opressão nacional.

Outros conflitos militares na região mostram como a guerra se espalha e tende a tornar-se cada vez mais generalizada. A classe operária deve assumir a luta para acabar com as guerras com suas próprias mãos, dirigindo a sua luta para acabar com o militarismo, acabar com a dominação imperialista e seu objetivo de impor uma nova ordem mundial que substitua a que está em processo de desmontamento.

Em todos os lugares, se manifesta dramaticamente a necessidade de uma direção revolucionária, independente das frações burguesas e pequeno-burguesas em disputa.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário
À Classe Operária e aos demais explorados

Mais um capítulo de luta dos palestinos contra o Estado sionista de Israel Pelo fim da opressão nacional do povo palestino! Apoio incondicional ao direito à autodeterminação dos palestinos!

10 de outubro de 2023

O ataque do Hamas, no dia 7 de outubro, a Israel é mais um dos confrontos militares entre o Estado sionista opressor e a nação oprimida palestina. É velha e desgastada a denúncia de que se trata de um atentado “terrorista” contra um Estado democrático.

O Hamas é uma organização que governa a Faixa de Gaza, sob condições de opressão das mais brutais. Se formou vinculado à Intifada (revolta) de dezembro de 1987, e se ergueu em oposição à capitulação da OLP (Organização pela Libertação da Palestina), sucessora do Fatah (Movimento de Libertação da Palestina), que acabou por reconhecer o Estado sionista de Israel e abandonou a luta do povo palestino pela sua autodeterminação. A OLP também foi caracterizada como organização terrorista até 1991, quando os Estados Unidos conseguiram impor um acordo de abandono da resistência armada em troca da promessa de se chegar à constituição de um Estado Palestino, que também havia sido prometido pela ONU, em 1948, no momento da aprovação da criação do Estado de Israel. A Autoridade Palestina, que governa a Cisjordânia, se constituiu como um instrumento da política norte-americana de sustentação do Estado sionista, por meio da força das armas. Sendo assim, segundo o critério do imperialismo, deixou de ser terrorista. O Fatah criado em 1959 expressou a necessidade da resistência armada à dominação pelo Estado Judeu sobre a Palestina, imposto como resultado da nova partilha do mundo logo após o fim da Segunda Guerra.

Os sionistas e o seus defensores sempre recorrem ao argumento de que a violenta perseguição antisemita e o Holocausto nazista justificam a criação de um Estado na Palestina, uma vez que a diáspora do povo judeu o espalhou para várias partes do mundo. Essa falsificação histórica serviu e serve de máscara ideológica de que a criação do Estado, concebido pelo movimento burguês sionista, seria a redenção dos judeus, quando, na realidade, se impunha pela força da guerra a expulsão dos palestinos de seu território. Os Estados Unidos passaram a ocupar o lugar do imperialismo inglês, que até a Segunda Guerra exerceu o poder hegemônico no Oriente Médio, sobre os escombros do império Otomano.

A decisão da ONU de criar um país judeu na Palestina foi obra do capital financeiro e da aliança vitoriosa na Segunda Guerra, sob a égide dos Estados Unidos. Montou-se a farsa de dois Estados coexistindo pacificamente. Os sionistas foram muito bem armados e financiados, o que possibilitou erguer um Estado implantado de fora e por cima das terras palestinas. A população árabe-palestina cedeu seu espaço à custa de ações violentas das milícias sionistas. O imperialismo, por essa via, armou uma guerra interna entre judeus e árabes. De forma semelhante, os palestinos se viram diante de “pogroms”, um método terrorista que as forças antisemitas aplicaram contra os judeus, a exemplo do que passou no Império

Russo, até que revolução proletária abrisse caminho para a abolição da opressão nacional e, assim, do nacionalismo reacionário.

A presente investida do Hamas contra a opressão nacional exercida pelo Estado sionista se deu no dia seguinte às comemorações da vitória israelense na Guerra do Yom Kippur, ocorrida em outubro de 1973. O motivo do Egito e Síria se lançarem à guerra foi exatamente a disputa territorial em torno à Península do Sinai e à Colina de Golã, que os israelenses haviam se apossado na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Essas duas guerras, vencidas pelo Estado de Israel, que, para isso, contou com a retaguarda dos Estados Unidos – a ex-URSS, de outro lado, se pôs do lado contrário ao imperialismo, mas, em crise e sob as pressões restauracionistas, não teve capacidade de apoiar os árabes – selaram definitivamente o caráter colonialista da burguesia israelense.

As anexações de Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã, bem como o controle territorial da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, ampliaram as fronteiras do Estado Judeu. A política de assentamentos colonizadores sionistas se encarregou de penetrar fundo na Cisjordânia. Cercou-se a Faixa de Gaza e confinou sua população à condição de um gigantesco campo de concentração. A militarização das relações entre judeus e palestinos nunca foi arrefecida, apesar do acordo de Oslo, de setembro de 1993, ter prometido arrefecer a prepotência de Israel – o mais importante dos acordos.

Os palestinos de Gaza não têm condições elementares de desenvolver sua economia, imperando a pobreza e a miséria. Desde a origem do movimento sionista, esteve claro que implantar um Estado para resolver a diáspora judaica somente seria por meio da imposição imperialista. A decisão da ONU foi obra não do povo judeu, mas das potências imperialistas, guiadas inicialmente pela Inglaterra vencedora da Primeira Guerra e, finalmente, pelos Estados Unidos na Segunda Guerra.

Esse conteúdo de classe e de dominação nacional explica por que nunca cessou o estado de guerra da oligarquia burguesa is-



raelense com os palestinos, embora os países árabes, que enfrentaram o colonialismo sionista nas guerras de 1967 e 1973, tenham se curvado diante do poderio militar dos sionistas e das pressões dos Estados Unidos. As revoltas das massas na Faixa de Gaza iniciadas em 1987 foram em grande medida instintivas, conhecidas por Intifadas, voltando a ocorrer em 2000 e 2008, já impulsionadas pela resistência armada do Hamas. Foram esmagadas pelo poderio militar de Israel, que, por sua capacidade destrutiva, não encontra paralelo no Oriente Médio. Poder que cresceu em cada confrontação, impulsionado pelo financiamento norte-americano. A bandeira imperialista do direito à autodefesa de Israel contra as organizações terroristas – Hamas, Jihad Islâmica, Hezbollah etc. – é estendida a cada situação de confrontação com a resistência armada dos palestinos.

Nesse exato momento, Binyamin Netanyahu cumpre sua declaração de guerra bombardeando a Faixa de Gaza com os poderosos aviões norte-americanos, como preparação para uma invasão por terra. Por melhor organização militar que o Hamas tenha alcançado, não tem como enfrentar a máquina de guerra sionista que derrotou a aliança do Egito e Síria no enfrentamento de 1973, e que está preparada para uma guerra com o Irã.

A surpreendente ação do Hamas, que deixou centenas de judeus mortos – a maioria civis – e levou consigo dezenas de reféns, não significa capacidade de defender a Faixa de Gaza de uma chacina, entre tantas já ocorridas em décadas de choques. Somente um levante das massas palestinas e árabes poderá travar uma batalha de autodefesa à altura da violência dos sionistas. Mas, para isso, teriam de estar organizadas e armadas para a luta contra a opressão nacional. Essa é a tragédia do povo palestino. De um lado, o Fatah assiste à ofensiva de Israel sobre a Faixa de Gaza; de outro, o Hamas não armou as massas. Os países árabes, tendo a Arábia Saudita à frente, mantêm a população em posição de passividade, e colaboram com a prepotência sionista. O reconhecimento do Estado de Israel pela burguesia árabe significou enterrar a luta contra a opressão nacional e a utopia de erguer um Estado palestino.

A retomada da guerra de intervenção em um patamar mais elevado na Faixa de Gaza ocorre na situação em que os Estados Unidos promovem uma “normalização” de relações da Arábia Saudita e Israel, e a China, por seu turno, aproxima os sauditas com os iranianos. Trata-se de uma composição que se adota em meio à guerra da Ucrânia e à guerra comercial dos Estados Unidos com a China. A Casa Branca deslocou sua poderosa força naval para as proximidades de Israel. A Rússia arguiu com a hipocrisia de as partes “implementem um cessar fogo, renunciem à violência e exerçam a contenção necessária e estabeleçam, com a assistência da comunidade internacional, um processo de negociação destinado a estabelecer uma paz abrangente, duradoura e há muito esperada pelo Oriente Médio.” O presidente da Ucrânia, Zelensky, acusou a Rússia de “estar interessada em incitar a guerra no Oriente Médio”. É bem claro o propósito do serviço dos Estados Unidos, a União Europeia e da OTAN. O governo Lula declarou que ficou “chocado com os ataques terroristas”, repetindo assim a propaganda do imperialismo e de seus serviços.

Esse amplo alinhamento que condena diretamente o Hamas como organização terrorista, que o reprova indiretamente ou que o coloca no mesmo plano de responsabilidade pela escalada militar serve ao imperialismo ou acaba por auxiliá-lo a oprimir os povos semicoloniais e, em particular, a proteger o Estado sionista. Qualquer posição que não se coloque claramente pela derrota da ofensiva de Israel na Faixa de Gaza e, portanto, pela vitória da resistência dos palestinos, que estão sob a direção do Hamas, conclui como instrumento do imperialismo e da oligarquia burguesa judaica, que edificou, pela força das armas e do poder econômico, o Estado sionista.

Netanyahu estabeleceu como objetivo de sua guerra na Faixa de Gaza destruir o Hamas. Se conseguir - o que exigirá uma manobra sem precedentes de palestinos -, o Estado sionista aumentará

a sua capacidade de controlar completamente a Palestina e ampliar o domínio imperialista no Oriente Médio. Tudo indica que as forças israelenses não conseguirão esmagar totalmente a resistência da Faixa de Gaza, mas poderão debilitá-la por um período. Do ponto de vista militar, o Hamas não tem como fazer frente a Israel.

No momento, o problema do armamento da população volta a se colocar. Essa é a via de unir a Faixa de Gaza e a Cisjordânia em defesa de sua autodeterminação, pelo fim das anexações, dos assentamentos e pelo retorno de cerca de mãos de cinco milhões de palestinos que foram obrigados a migrar. Judeus e palestinos podem conviver perfeitamente na Palestina sob uma República Socialista.

O Hamas está pelo fim do Estado de Israel e pela retomada do território pelos palestinos, mas se apoia em um nacionalismo utópico e em fundamentos religiosos retrógrados, semifeudais. Por essa via, não tem como acabar com a condição dos palestinos como nacionalidade encarcerada.

A imposição do Estado sionista nos marcos da Segunda Guerra corresponde à decomposição do capitalismo e emergência da hegemonia imperialista dos Estados Unidos, muito superior à exercida pela Inglaterra até a Primeira Guerra Mundial, bem como a potenciação das contradições que empurravam a URSS para a restauração e dissolução. A responsabilidade da burocracia estalinista diante da criação do Estado sionista não tem como ficar oculta. O nacionalismo árabe, nas suas distintas variantes, por sua vez, se mostrou impotente e concluiu sucumbindo nas novas condições de domínio imperialista no Oriente Médio e no mundo do pós Segunda Guerra.

A opressão nacional sofrida pelo povos do Oriente Médio permaneceu como um grande problema que somente o proletariado, com seu programa de expropriação da grande propriedade, por meio da revolução social, pode resolver como dirigente da maioria oprimida. A recuperação da unidade territorial da Palestina é uma tarefa democrática que passou para o programa da revolução proletária. A brutal opressão de classe está na base da preservação e recrudescimento da opressão nacional. Não será o Hamas e demais organizações nacionalistas que derrotarão o Estado sionista, que se acha firmemente implantado e capacitado militarmente. A adaptação e a capitulação do Fatah-OLP, que levou à divisão dos palestinos, é um fenômeno que expressa a impotência do nacionalismo burguês e pequeno-burguês em libertar a nação oprimida da dominação imperialista.

A longa experiência de conformação do Estado sionista, sustentada pelo militarismo e assentada em guerras permanentes, demonstra que está esgotada a possibilidade de os palestinos conquistarem um Estado soberano ao lado do Estado de Israel, enquanto o ordenamento das relações econômicas forem ditadas pela dominação imperialista e pela tremenda sujeição à opressão de classe exercida pela oligarquia burguesa. A elevação do confronto dos palestinos, concentrado na Faixa de Gaza e espalhado na Cisjordânia, com o colonialismo do Estado de Israel, é mais um episódio da barbárie que impera no Oriente Médio, que expõe o atraso histórico das revoluções proletárias e dos retrocessos ocorridos nas entranhas da revolução socialista mundial.

A crise de direção comparece retratada de corpo inteiro na situação de saltos no processo de decomposição do capitalismo. A defesa dos palestinos e o combate contra a liquidação do Hamas pelas forças israelenses se coloca no terreno da luta de classes mundial e do programa da revolução social. A derrocada do Estado sionista virá por meio da unidade do proletariado e da maioria oprimida sob a tarefa de estabelecer os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esse combate passa pela luta anti-imperialista das nações oprimidas do Oriente Médio, sob o programa e a direção revolucionários. Está colocada a edificação da Frente Única Anti-imperialista. A vanguarda com consciência de classe tem de tomar a frente em todas as circunstâncias possíveis para trabalhar pela derrota da guerra travada pelo Estado sionista na Faixa de Gaza.

Chamado do Partido Operário Revolucionário à luta anti-imperialista

Pelo fim da matança na Faixa de Gaza!

Combater a gigantesca campanha do imperialismo em favor dos bombardeios e da ocupação militar do pouco que resta do território palestino!

Por uma frente única anti-imperialista em defesa da autodeterminação do povo palestino!

Somente a classe operária e os demais explorados em luta podem acabar com a opressão sionista sobre os palestinos

16 de outubro de 2023

A Faixa de Gaza se acha completamente arrasada pelos bombardeios do Estado sionista. Cresce o número de mortos dia a dia. É indiferente se são homens, mulheres, velhos ou crianças. Em poucos dias de bombardeio, já se contabilizam 2.670 mortos, número superior ao do confronto de 2014. Não importa se as potentes bombas atingem casas, prédios, escolas e hospitais. O objetivo é aterrorizar a população desarmada, indefesa e desorientada.

A resposta ao ataque do Hamas, preparada pelo governo de Netanyahu e apoiada pelos Estados Unidos, é a de destruir a “organização terrorista”. Para isso, as poderosas Forças de Defesa de Israel têm de transformar a Faixa de Gaza em escombros e passar por cima de incontáveis cadáveres palestinos. O Estado sionista pode cumprir essa tarefa facilmente desde o céu, com seus sofisticados aviões de guerra, cedidos pelos EUA.

O fato das massas palestinas não estarem organizadas e armadas favorece a incursão das tropas israelenses, como ficou demonstrado nas invasões anteriores da Faixa de Gaza. O Hamas conta com o apoio dos palestinos, mas não os arma para a guerra de libertação de seu território apropriado pela burguesia sionista, com o apoio do imperialismo norte-americano. O conteúdo nacional e de classe do confronto mortífero está em que, do lado dos judeus sionistas, se trava uma guerra de dominação, e, do lado dos palestinos, uma guerra de libertação. Esse conteúdo nacional expõe a dominação imperialista, encarnada pelo grande capital e voltada à exploração da maioria explorada.

A experiência de ocupação da Faixa de Gaza, de 1967 a 2005, demonstra que a burguesia sionista, desde sempre amparada pelo imperialismo norte-americano, necessita expandir o território, e, para isso, submeter os palestinos, custe o que custar. Na Faixa de Gaza, se concentra a mais pesada e nefasta opressão nacional.

A retirada da ocupação sionista há dezoito anos não resultou em descompressão do cerco econômico, militar e social. Os 2,5 milhões de habitantes da Faixa de Gaza não têm vida própria, dependem de autorização para tudo, a não ser para a procriação.

A divergência que rompeu a unidade da OLP e elevou o Hamas em 2007 ao poder esteve condicionada pela extrema opressão sofrida pela população da Faixa de Gaza. O que expressou o conflito histórico da implantação de um Estado sionista, decidida pelas forças vencedoras da Segunda Guerra, em um ato da ONU, sob a égide dos Estados Unidos.

O Acordo de Oslo, de setembro de 1993, nasceu morto. O Estado sionista não tinha como cumprir, e os Estados Unidos não pretendiam se impor na condição de seu fiador. A Autoridade Palestina, dirigida pelo Fatah/OLP, submissa e corrompida pela

“ajuda” do dinheiro das potências, capitulou, não estando disposta a reagir à altura diante do não cumprimento do Acordo, que em resumo previa: a retirada das forças de ocupação da Cisjordânia e Gaza, autogoverno na Cisjordânia e controle de Jerusalém Oriental, que seria a capital de um Estado palestino.

O Estado sionista e os Estados Unidos manobram para evitar uma resistência unida do povo palestino. Trabalharam para dividir o movimento pelo direito de existência da nacionalidade expropriada e expulsa de seu território, por meio de ações militaristas dos sionistas e de subvenções financeiras. Um caudaloso rio de sangue se formou desde a implantação à força do Estado sionista em 1948, a começar pela guerra entre sionistas (apoiados no imperialismo) e árabes, iniciada em maio desse ano e concluída somente em julho de 1949. Para os sionistas vencedores, se denominou “Guerra de Independência”; para os árabes “A Catástrofe”, cujo sentido histórico foi de uma “Guerra de Libertação”.

Judeus imigrantes e palestinos passaram a se confrontar violentamente, em uma correlação de força completamente favorável ao movimento sionista de ocupação da Palestina. Instalou-se na região um colonialismo promovido pelo capital financeiro e por oligarcas judeus. Diante dessa força social exógena, os palestinos, atrasados economicamente e sem recursos militares, perderam suas terras e acabaram espremidos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Esse foi o resultado da vitória sionista na guerra de dominação de 1948-1949.

O processo de dominação evidenciou que sem o armamento da nação oprimida, portando, da população oprimida não havia como resistir à potência militar do capital financeiro. O armamento popular na guerra de libertação depende de uma direção revolucionária, que em nossa época é expressão e encarnação do programa da revolução social do proletariado.

O Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) se distinguiu do Fatah (Movimento de Libertação da Palestina) por ter uma base religiosa, por não aceitar o Estado sionista e por dar continuidade à resistência armada, abandonada pela direção do Fatah/OLP. O Hamas rompeu, em 2006, a hegemonia da Autoridade Palestina sobre a Faixa de Gaza. Constituído em 1989, passou a expressar a revolta instintiva dos palestinos, tendo os jovens à frente, com a Intifada desse ano. As forças sionistas usaram as armas da guerra para esmagar uma revolta massiva, munida apenas de pedras, paus e rebelião.

Na revolta das massas contra a opressão nacional, se encontram os germes da revolução social. A organização armada, o Hamas, que emergiu diante dos acordos de “pacificação”, que levou à

capitulação do Fatah/OLP, no entanto, se limitou e se limita ao nacionalismo, que preserva a opressão de classe que subjaz à opressão nacional.

O Hamas tem, historicamente, como progenitora a Irmandade Muçulmana, um movimento religioso cuja propulsão se encontra na resistência ao avanço das relações capitalistas impulsionadas, em última instância, pela penetração e domínio do imperialismo no Oriente Médio. Sua força na Faixa de Gaza está em que emergiu no seio da população sofrida e em posição de revolta contra seu colonizador.

A constituição das brigadas Izz ad-Din al-Qassan se deu como parte de um movimento político e social de expulsão dos traidores do Fatah/OLP e de resistência ao cerco colonialista do Estado sionista. A orientação nacionalista-religiosa impossibilita o Hamas de confluir com a revolução social e realizar o armamento das massas oprimidas, sem o qual não tem como enfrentar o poderio militar do Estado sionista.

A retirada das forças de Israel da Faixa de Gaza, mediante a resistência das massas, não significou a entrega do pequeno pedaço do território palestino ao governo do Hamas. O cerco montado não possibilitou que sua população tivesse um mínimo de liberdade econômica e autossuficiência na constituição de uma infraestrutura urbana, nem mesmo o acesso próprio à água e à energia. É o que assistimos, agora, com o corte desses insumos como arma de guerra utilizada pelo Estado sionista.

As intifadas e os ataques do Hamas a Israel com seus foguetes caseiros, facilmente abatidos pelos “Domos de Ferro” - municiados pelos Estados Unidos a um custo elevadíssimo - foram sempre respondidos com massacres. Os números elevados de palestinos mortos no percurso de resistência ao colonizador sionista são bem conhecidos, não é o caso de repeti-los.

O Estado sionista impôs um isolamento aos palestinos da Faixa de Gaza, que deve ter poucos precedentes na história das opressões nacionais. O Egito, dirigido por uma ditadura golpista e sanguinária, fechou sua fronteira com mãos de ferro, tornando-se um agente dos interesses do Estado sionista e do imperialismo. A presente discussão na ONU de como abrir o tal “corredor humanitário” depende do Egito aceitar. Os militares israelenses soltaram uma nuvem de panfletos, dando um ultimado para mais de um milhão de palestinos abandonarem suas casas e se dirigirem ao sul, onde a fronteira está fechada pelo governo egípcio. Um enorme contingente se amontoa no sul de Gaza como ratos premidos na ratoeira. O pânico das massas, provocado pelos incessantes bombardeios, é acrescido com a espera da invasão por terra que está prestes a ocorrer.

Na ONU, se montou a farsa e se propagou a hipocrisia da proteção de civis e do humanitarismo. Estimam-se que já morreram, em menos de uma semana de ataques israelenses, mais de 700 crianças.

Como se vem justificando essa barbárie? Toda a imprensa servicial aos Estados Unidos repete sem cessar que a responsabilidade é do Hamas, por ter desfechado um ataque terrorista, por usar a população como escudo humano e por atentar contra a segurança de Israel. É tão flagrante o massacre que tem recaído sobre as massas palestinas que a imprensa mostra sempre menos que meia verdade da hecatombe, de forma a livrar a responsabilidade do Estado sionista e dos Estados Unidos. Assim, deforma e oculta a raiz histórica da atual situação sangrenta.

O imperialismo se escora na falsa caracterização de que o Hamas é uma organização terrorista, que não representa o povo palestino e que o usa como escudo humano para seus fins particulares. Essa falsificação é repetida pela imprensa à exaustão. Como a própria ONU, que é uma organização controlada pelas potências, não assumiu essa fórmula, que serve à dominação

sionista, os Estados Unidos e aliados pressionam para que mais países adiram a essa falsificação histórica.

O Hamas tem raízes profundas no islamismo, e, portanto, nas heranças obscurantistas do feudalismo, mas, sem dúvida, sua constituição é produto da opressão nacional sofrida pelos árabes palestinos na época imperialista do capitalismo. O sionismo também tem suas raízes no obscurantismo religioso, mas, da mesma forma, é produto do capitalismo da época imperialista. Essa é base sobre a qual o Estado sionista pôde se viabilizar depois das duas grandes guerras, que levaram a dois momentos de partilha do mundo e de reordenamento das forças imperialistas. Ocorre que se implantou um Estado de fora para dentro e por cima da Palestina, patrocinado pelo capital financeiro. A imensa maioria da população formada de palestinos não poderia ceder lugar ao movimento sionista a não ser pela violência reacionária do colonizador. Na medida em que foi ganhando corpo, a implantação do Estado sionista passou a colidir com as nações árabes, que tomaram forma com o fim do Império Otomano e a partilha da Primeira Guerra, o que as viria sedimentar - não pacificamente -, com as mudanças impostas na Segunda Guerra Mundial.

A imposição do Estado sionista por meio de guerras e conflitos armados permanentes agravaram as velhas contradições do atrasado Oriente Médio. Os Estados Unidos exercem seu poder na região em boa parte alicerçado no Estado sionista, que se constituiu, não como uma nação independente - historicamente não poderia ser diferente -, mas como um enclave do imperialismo. Eis por que, no presente conflito, o envio da armada mais potente dos Estados Unidos para as imediações de Israel, no Mediterrâneo, representa, para as forças mais profundas em choque - Irã, Síria, Líbano, Arábia Saudita, Egito etc. -, suscetíveis à influência da China e da Rússia, que ali está um poder decidido a proteger o Estado sionista em sua guerra de dominação na Faixa de Gaza.

Somente tendo em vista esse marco histórico e o percurso das guerras e confrontos entre Israel, os palestinos e outras nacionalidades, é possível explicar a evasão circunstancial do confinamento da Faixa de Gaza pelo Hamas e seu surpreendente ataque que deixou cerca de 1,3 mil judeus mortos. O fuzilamento de civis e atrocidades se destacaram no sábado sangrento de 7 de outubro. Mas, não podem ser desvinculados da violência histórica sofrida pela nação oprimida e que chega agora ao extremo do Estado sionista arrasar a Faixa de Gaza para manter a sua dominação. Mais uma vez, se coloca a necessidade do armamento popular das massas palestinas.

A guerra de Israel contra os palestinos é parte dos choques permanentes no Oriente Médio resultantes do capitalismo em decomposição e da dominação imperialista. Não há como desvincular a luta de libertação do povo palestino com a luta anti-imperialista que se concentra na quebra do poderio dos Estados Unidos na região conflagrada e potencialmente tendente a guerras e revoluções.

A orientação política e militar do Hamas, que extrai sua força da extrema opressão nacional, expressa a crise de direção. Os explorados terão de construir os partidos revolucionários, que orientem a luta de libertação nacional para a revolução social, para conquistar a unidade entre trabalhadores palestinos e judeus na luta por uma República Socialista da Palestina, que faça parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esse caminho depende de a vanguarda com consciência de classe combater pela derrota do sionismo e do imperialismo desenvolvendo o programa da revolução social.

Em defesa da autodeterminação do povo palestino!

Por um movimento de frente única anti-imperialista para derrotar o Estado Sionista!

Fora os Estados Unidos do Oriente Médio!

O Partido Operário Revolucionário (POR) deu máxima atenção a cada conflito do Estado sionista de Israel com os palestinos. Trata-se de um longo percurso iniciado antes e depois de a ONU, em 1948, decidir pela criação do Estado Sionista. O folheto “Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário”, de 2014, reúne um conjunto de formulações que expressa vários momentos de confrontação sangüinária. Reproduzimos esse conjunto no livro “Socialismo ou Barbárie”, de dezembro de 2015.

Agora, com a retomada da guerra sionista contra os palestinos da Faixa de Gaza, o POR dá continuidade às respostas e formulações programáticas. Agregamos, neste número do Jornal Massas, alguns dos documentos do folheto que ajudam a estabelecer a linha internacionalista sobre a questão palestina. Agregamos, ainda, um documento de 2002, que se encontra no Jornal Massas, nº 236. Essa publicação demonstra o cuidado do POR com os acontecimentos internacionais da luta de classes.

Chamado do Partido Operário Revolucionário à luta anti-imperialista

Introdução do folheto da Palestina

4 de setembro de 2014

A ofensiva militar de Israel à Faixa de Gaza, iniciada no dia 7 de julho e encerrada em 26 de agosto, mais uma vez projetou internacionalmente a situação de confronto permanente, na Palestina, entre a burguesia sionista e o povo palestino. O acordo de retirada das tropas israelenses e de cessar-fogo, sem dúvida, é provisório. As pequenas concessões de Israel às exigências do Hamas não poderão ser sustentadas pela burguesia sionista e pouco ajudam aos palestinos de Gaza a sair da condição de prisioneiros de campo de concentração.

Temos insistido que o Estado sionista está obrigado a expandir seu território e a sufocar as aspirações nacionais dos palestinos. O confisco de terras na Cisjordânia logo após o cessar fogo em Gaza é mais uma confirmação da natureza colonialista do sionismo.

É certo que entre os palestinos se mantém a ilusória esperança de erguer um Estado soberano ao lado do de Israel. Não bastou a trágica experiência com o acordo de Oslo (setembro de 1993) e com a constituição da Autoridade Nacional Palestina (ANP) para se reconhecer que a burguesia israelense e o imperialismo não permitirão um Estado Palestino livre e soberano. Por sua vez, é completamente tarde a consecução da bandeira originária da OLP de um Estado único, democrático, laico e não racial. As esquerdas insistem em reerguê-la sem a devida explicação de como concretizá-la. Que força social destruirá o Estado sionista e edificará em seu lugar uma República democrática, portanto, burguesa, que abrigará judeus e palestinos irmanados?

A burguesia árabe do Egito, Síria, Jordânia e Arábia Saudita tentaram inviabilizar os planos do sionismo e do imperialismo por meio da guerra e foi derrotada. Passada a ascensão do nacionalismo, os governos árabes, em maior ou menor grau, se tornaram serviços dos Estados Unidos e demais potências imperialistas.

O movimento pequeno-burguês radical de libertação da Palestina, dirigido pelo Fatah, de Yasser Arafat, depois de sobreviver a grandes massacres, se sujeitou às condições de “paz”, impostas pelos Estados Unidos. Renunciou à resistência armada, ao Estado único palestino e à destruição do poder dos sionistas. Em troca, recebeu uma ANP mantida com recursos estrangeiros, sem liberdade para governar e sujeita à boa vontade de Israel.

O Fatah colocou a causa palestina na dependência dos Estados Unidos e da ONU. O que resultou no enfraquecimento da resistência que tomou a forma organizada de guerrilha a partir de 1957 e 1964, com a criação do Partido de Libertação Palestino (Fatah) e

da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), respectivamente.

A capitulação do Fatah comprometeu a unidade da OLP, em cuja base estava a posição programática de destruição do Estado sionista e constituição de um Estado único, democrático e laico. A aceitação da tese de dois Estados - concebida pelo imperialismo e imposta em 1947 pela ONU, a despeito dos palestinos - resultou na admissão de uma falsa solução para o choque entre o colonialismo sionista e o povo oprimido.

Israel fortaleceu o Estado racial-militarista. Sua poderosa máquina de guerra alcança todo o Oriente Médio. O expansionismo sionista é motivo de estado de guerra permanente na região. Se se busca a raiz do sionismo, se encontra o nacionalismo judaico da época do capitalismo imperialista. O Estado de Israel não foi uma criação do povo judeu, disperso em todo o mundo. Resultou da intervenção do imperialismo inglês e, em seguida, do norte americano.

Não há como desvincular o Estado de Israel da primeira e da segunda guerras mundiais. A referência da burguesia sionista é que essa conquista se viabilizou pela luta histórica do povo judeu pela preservação da identidade nacional, pela religião e pela resistência ao antisemitismo. Esses postulados perdem sentido quando o movimento sionista é separado da disputa das potências pela redivisão do mundo, que levou às duas guerras mundiais.

A Palestina não escapou ao traçado das fronteiras no Oriente Médio, imposto pela burguesia inglesa vitoriosa na guerra de 1914/18, em substituição ao império Otomano. Não por acaso, o sionismo se viabilizou no período de domínio inglês. A participação dos sionistas na Conferência de Paz de Paris (fevereiro de

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



1919), representado pelo líder sionista ligado aos ingleses, Chaim Weizmann, foi um sinal de que a bandeira de um Estado judaico se ergueria. A Palestina passou a ser governada pela Inglaterra e se oficializou que ali se edificaria a Pátria judaica.

Por detrás do movimento sionista, se postou o capital financeiro. O banqueiro inglês Lorde Rothschild recebeu a garantia do governo britânico de que seu empenho para viabilizar uma pátria para os judeus tomava corpo. A “Declaração de Balfour” – assim se denominou a carta do Secretário do Exterior, Arthur Balfour, de novembro de 1917 – se fincou como marco do imperialismo de apoio à causa do sionismo. Estavam dadas as condições materiais e políticas para ocupar a Palestina por meio da imigração massiva.

No início dos anos 20, criou-se uma organização armada – o Haganah – para responder à ira dos palestinos. Tornou-se inevitável o confronto violento dos palestinos contra os judeus estrangeiros que passavam a proprietários de suas terras, inicialmente compradas e logo mais confiscadas. Foi o começo de uma escalada militar dos colonizadores - seguia o curso dos antagonismos entre colonos judeus e palestinos e do Estado sionista, que tomou sua primeira forma com a “Assembleia Nacional Judaica”, com os países árabes.

O governo inglês chegou a aventar uma nova organização do Oriente Médio, na forma de uma Federação, da qual faria parte o novo país. Fracassou. Em 1925, os sionistas impulsionaram uma onda migratória de judeus poloneses e russos. O objetivo era compensar o enorme desequilíbrio populacional em favor dos palestinos. Logo na origem do processo (1920/21), a população judia não passava de 11%. Mesmo com tamanho esforço colonizador, os judeus continuaram como ultra minoria. Mas o seu extraordinário poder econômico, militar e cultural, comparado com o baixo desenvolvimento dos palestinos, se sobrepôs à imensa maioria árabe da região.

Não quer dizer que o imperialismo inglês não tenha manobrado com os árabes. Nem que a estabilidade do processo de imigração, a compra de terras e os confiscos tenham caminhado em linha reta. A resistência dos palestinos e os ataques mortíferos de ambos os lados se refletiam na conduta do governo inglês. Os interesses do imperialismo britânico ultrapassavam a Palestina. O apoio aos sionistas estava subordinado aos objetivos de dominação no Oriente Médio.

No início dos anos 30, os sionistas sentiram o terreno tremer sob seus pés. O governo inglês cogitou desativar as ondas migratórias. Um Mandato Real dava poderes para as autoridades responsáveis pela Palestina de controlar o ingresso de judeus. É necessário dizer que em 1933 a cúpula sionista ligada a banqueiros estabeleceu relações com os nazistas para que a Alemanha promovesse a emigração de judeus. Esse episódio não pode ser diminuído, embora tenha causado reação de uma parcela dos sionistas. Não é o caso de descrever até onde chegou o acordo com o Ministério da Economia da Alemanha e com os banqueiros judeus do tipo Max Warburg. O fundamental é que a busca de cooperação com os hitleristas correspondeu à dependência do movimento sionista ao capital financeiro, expressão do capitalismo imperialista.

O conflito sangrento entre palestinos e judeus, como constatamos, se iniciou sob o Mandato britânico. A invasão sionista do território somente poderia ser derrotada por um movimento de libertação nacional perante o imperialismo inglês. Os acontecimentos históricos mostram que o sionismo se tornou viável pela desintegração do império Otomano e pela subordinação do Oriente Médio aos vencedores da 1ª Guerra Mundial. A luta antissionista obrigatoriamente teria de ser anti-imperialista e vice-versa. No entanto, os chefes dos palestinos, bem como toda a feudal-burguesia árabe, colaboraram para a sujeição. O Conselho Supremo Muçulmano, uma forma de governo, funcionava sob a guarda do mandatário britânico.

No entanto, com o avanço da imigração e da expulsão dos palestinos de suas terras e casas, fermentaram-se o ódio e a rebelião no seio da população. Evidenciava para a nacionalidade oprimida que estava diante de uma investida colonizadora de longo alcance. A feudal-burguesia árabe pressentiu o perigo de uma longa dominação inglesa e da ocupação da Palestina pelos sionistas. Na segunda metade de 30, estouraram as rebeliões, desta vez contra o próprio domínio inglês. Mas sem um alcance capaz de libertar a região do controle imperialista. As monarquias do Oriente Médio objetivavam tão-somente preservar interesses de classe, compatíveis com o mando inglês. Um levante das massas árabes, portanto, não lhes era conveniente. A insubordinação aos ingleses de dirigentes ligados à população se deu sob a bandeira do Islã. O nacionalismo religioso tomava corpo na Palestina. Por essa via, a nação oprimida não poderia se levantar revolucionariamente contra a dominação inglesa e interromper o processo de invasão sionista.

O agravamento do conflito obrigou o governo britânico a dar alguma resposta. Não bastava ocupar a Palestina com uma força militar e decretar uma lei marcial. A casta árabe se mostrou disposta a sufocar o levante de meados de 30, mas precisava de um trunfo em troca. Constituiu-se a Comissão Peel para avaliar a situação e abrir um caminho de decompressão. Chegou-se à conclusão de que a tentativa de colocar sob um mesmo teto palestinos e judeus havia fracassado.

Como ter um só Estado, se a proporção era de quase um milhão de palestinos para cerca de quarenta mil judeus? Não era possível uma pátria judaica nestas condições. E já estava claríssima a impossibilidade de convivência pacífica entre as duas nacionalidades. Em julho de 1937, a Comissão Peel apresentou a solução: dividir a Palestina. Estabeleceu-se uma fronteira para dois Estados. Os sionistas aplaudiram. Era de seu interesse ter a posse e o monopólio de parte do território. Os árabes não poderiam aceitar a perda. Esse momento foi decisivo para a consolidação do projeto sionista.

No processo de redivisão imperialista do mundo, criava-se uma nova fronteira e um novo país, fruto da invasão forânea. O estrategista Ben-Gurion aproveitou a conquista para dar passos no sentido de estruturar o Estado judaico, a começar com a criação de uma força militar. A partir desse ponto, estariam dadas as condições para o expansionismo colonialista. Instalou uma revolta árabe generalizada. Os sionistas não estavam ainda em condições para vencê-la. Coube às forças do imperialismo inglês esmagá-la. No entanto, houve uma consequência nada agradável para os sionistas. Os britânicos foram obrigados a negociar com a feudal-burguesia árabe e a decisão de dois Estados seria provisoriamente congelada até meados de 1939.

O retorno à decisão da Comissão Peel se deu com alguns reparos. Garantia-se um Estado judaico, limitar-se-ia a imigração e em uma década se criaria o Estado Palestino. Nada disso foi cumprido no que diz respeito aos palestinos. A imigração era a principal método sionista para o início da colonização. Evidentemente, as lideranças judias não gostaram das mudanças na decisão original. Qualquer limitação ou empecilho ao processo de ocupação da Palestina retardou a implantação do esperado Estado judaico.

A conjuntura mundial era de guerra. O exército de Hitler já adentrava o território polonês. A questão judaica iria passar das mãos dos ingleses para as dos americanos. A derrota de Hitler, evidentemente, se tornou questão de vida ou morte não somente para os judeus em todo mundo, mas também em particular para a causa da pátria judaica na Palestina. O descontentamento dos sionistas chegou ao ponto de uma de suas frações militares organizar atentados terroristas contra autoridades inglesas. Mesmo sob a guerra, as relações continuaram difíceis. O que não impediu que os ingleses contribuíssem decisivamente para o fortalecimento das forças militares sionistas.

A partir de 1942, o governo dos Estados Unidos passou a dar atenção especial aos conflitos na Palestina. A 2ª Guerra Mundial iria promover uma nova repartição do mundo. O imperialismo norte-americano se tornaria definitivamente a potência hegemônica. Ditaria as novas condições no mundo e em especial no Oriente Médio. As vacilações da burguesia inglesa quanto à efetivação do Estado judaico estavam para ser superadas. Os americanos incentivaram os atentados sionistas contra os ingleses na Palestina. Estava claro que o imperialismo inglês já não tinha poder de decisão. O Comitê Anglo-Americano chegou a apresentar a proposta de um Estado binacional. Mas os sionistas sabiam perfeitamente que se tratava de mais uma manobra. As pressões contra a Inglaterra continuavam por meio dos atentados.

Os palestinos ficaram à margem. Em nada opinavam sobre o destino de sua pátria. A feudal-burguesia árabe se aproximou dos ingleses, apoiando a formação da Liga Árabe. O Oriente Médio continuava como espaço de disputa interimperialista. O domínio anglo-francês sofria uma transição com a nova ordem ditada pelos Estados Unidos. Os ingleses tinham de deixar a Palestina. O recuo da potência que dominou o mundo por um grande período histórico foi o de encontrar uma saída honrosa. Winston Churchill transferiu o poder sobre a Palestina para a ONU no início de 1947. Extinto o Mandato Inglês, o próximo passo seria o de criar definitivamente o Estado de Israel. O Estado binacional ficou para trás. A solução inicial de dois Estados foi apoiada por Josef Stalin. Sob a égide dos Estados Unidos, completou-se a unidade do imperialismo em torno dessa solução, com a chancela do estalinismo. Ainda hoje, há correntes stalinistas que explicam a convivência do Kremlin manejando o argumento de que Stalin estava pelo Estado binacional.

Sob a presidência do oligarca brasileiro Oswaldo Euclides de Souza Aranha, a Assembleia Geral da ONU aprovou a divisão da Palestina em dois Estados. Os 11 representantes dos países árabes votaram contra. A decisão deu posse definitiva para os sionistas de parte da Palestina e alargou o caminho do expansionismo israelense pelas armas.

A Declaração de Independência de Israel de maio de 1948, concebida por Ben-Gurion, é um dos monumentos grotescos da História. Em seguida, os Estados Unidos e a União Soviética reconheceram o Estado de Israel, que passou a funcionar como um enclave do imperialismo no Oriente Médio. O “novo” Estado foi inaugurado em meio a uma guerra entre a burguesia sionista e a feudal-burguesia árabe. Estabelecido o cessar fogo, os israelenses criaram a Força de Defesa de Israel, que centralizava o poder militar típico de um Estado capitalista, agora muito mais poderoso em armamento e tecnologia de guerra. Por cima, estavam postados os Estados Unidos que passaram a financiar e a apetrechar as forças sionistas colonizadoras. A cada conflito sangrento, o Estado sionista aproveitava para avançar em seu domínio territorial, expulsando parcelas crescentes de palestinos e provocando ondas de refugiados.

Israel haveria de passar ainda por uma prova definitiva. Em 1967, eclodiu a “Guerra dos Seis Dias”. Assim chamada em referência a rapidez com que as forças sionistas derrotaram o Egito, a Jordânia e a Síria. É correta a avaliação de que essa vitória mostrou que Israel havia se constituído em uma potência militar. Estava pronto para vencer a guerra de 1973 contra o Egito e a Síria. O nacionalismo árabe, encabeçado por Gamal Abdel Nasser, demonstrava sua incapacidade de enfrentar o sionismo amparado pelo imperialismo norte-americano. Não podia dirigir um levante revolucionário das massas árabes contra o Estado sionista, a começar no interior da própria Palestina. Essa condição permanece até hoje. É o que verificamos na ausência de uma direção revolucionária capaz de viabilizar o armamento geral da nação oprimida.

Depois das duas derrotas, a feudal burguesia árabe enterrou o nacionalismo, abandonou a bandeira de unidade árabe (pan-arabismo) e se submeteu ao imperialismo norteamericano, certamente em distintos graus. Mas as divisões internas no Oriente Médio permitiram que a resistência palestina liderada pelo Fatah/OLP se fortalecesse. A burguesia sionista teria de esmagá-la. O massacre no campo de refugiados de Sabra e Shatila pela falange cristã direitista, no Líbano no início dos anos 80, expressou o método do terrorismo de Estado a ser amplamente aplicado pelo governo de Israel. As forças armadas israelenses invadiram o Líbano para combater a OLP e o Hezbollah. Deram proteção à reação libanesa para assassinar refugiados indefesos. Nessa mesma década, explodiu uma revolta popular, impulsionada pela juventude palestina, que se denominou Intifada. A população oprimida ao tomar em suas próprias mãos a sua libertação expressou o método revolucionário por onde se derrotará o colonialismo sionista. É claro que o fato das massas usarem como arma apenas pedras e aquilo que se encontrava pelo caminho, o que marcou o seu resultado foi a brutal ação contrarrevolucionária dos militares israelenses. A Intifada indicou a necessidade do armamento geral das massas oprimidas. Mas nenhuma das forças da resistência palestina se dispõe a potencializar o método do levante armado da nação oprimida. Essa via conduz à revolução anti-imperialista e anticapitalista.

Nesse ponto esbarra a resistência das organizações nacionalistas, como o Hamas. A sua dependência a governos e forças árabes opositoras a Israel não lhe permite encarnar o programa anti-imperialista e anticapitalista. Conta com grande apoio da população como milícia armada. Heroicamente, enfrenta a poderosa máquina de guerra do Estado sionista. No confronto que durou 50 dias, o Hamas se projetou como a organização que de fato não abandonou a luta pela libertação dos palestinos. É necessário, por isso, apoiá-lo incondicionalmente na situação concreta de ocupação sionista, como a que acabou de ocorrer.

No entanto, está claro que o Estado sionista não será derrotado pela via do nacionalismo burguês ou pequenoburguês. O programa de um Estado único, laico e democrático, segundo os fundamentos de uma República burguesa, já não é possível. Como dissemos, as esquerdas indistintamente o levantaram em seus pronunciamentos de apoio aos palestinos. Embora a superação dos antagonismos entre judeus e árabes-palestinos passará por medidas democráticas, somente a revolução proletária restabelecerá a unidade territorial e social.

As massas oprimidas derrotarão a burguesia sionista derrotando a própria burguesia árabe que as mantém em estado de opressão. A bandeira que corresponde é a de uma República Socialista da Palestina, uma, livre e independente.

Os combates na Palestina pelo fim da opressão nacional é parte das tarefas democráticas e socialistas objetivamente colocadas em toda a região. As semelhanças econômicas, sociais e culturais dos povos do Oriente Médio, bem como a condição geral de região oprimida pelo imperialismo, exigem como resposta histórica a constituição dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

É impensável a derrubada do Estado sionista à margem da luta pela revolução mundial, sob a qual se libertarão países, regiões e continentes inteiros do domínio imperialista e da exploração capitalista.

O marxismo-leninismo-trotskismo nunca desprezou a chamada questão judaica e esteve à frente dos combates contra a reação antisemita, mas a assumiu como uma tarefa da revolução socialista. A caracterização de que o sionismo expressava o nacionalismo reacionário está plenamente confirmada. A criação do Estado judaico não poderia ter outra feição senão a do colonialismo em plena época de desintegração do capitalismo. Para se sustentar, foi edificado como um Estado racial-militarista. Será destruído pela revolução proletária.

O Estado sionista e o imperialismo norte-americano unidos contra o povo palestino

Publicado no Massas 236, de abril de 2002

Foto: 18 de outubro de 2023



A rebelião das massas palestinas (Intifada) e a resistência armada dos grupos nacionalistas-mulçumanos ao expansionismo de Israel obrigaram o governo sionista a expor seu terrorismo-militarista. É com a moderníssima máquina de guerra que o Estado sionista vem impondo ao povo palestino seu domínio, impedindo-o de existir em sua própria pátria. Os Estados Unidos armaram a burguesia sionista para não só sustentar o Estado de Israel criado artificialmente e imposto pela força econômica e das armas como também para que se expandisse e mantivesse sob seu jugo a população palestina, um povo pobre e sem meios militares.

O fascista Ariel Sharon expressa a história de massacres e subjugamento das massas palestinas, por meio dos quais se edificou o Estado títere da burguesia imperialista. Por isso, não é surpresa a ofensiva de terror militar e sangue sobre a população, que vem resistindo ao expansionismo e lutando pelo direito à pátria palestina, livre do domínio e opressão externos. O governo norte-americano atribui a guerra aos ataques suicidas dos homens bombas, ou seja, ao terrorismo dos movimentos armados. Mas, na realidade, há um povo inteiro em combate à opressão sionista e imperialista. O extraordinário espírito de sacrifício dos jovens que se dispõem a despedaçar para sustentar o combate à opressão sionista-imperialista encontra eco nas massas em luta.

O armamento geral da população palestina e dos trabalhadores dos países árabes é o caminho para se superar a via do terrorismo individual e vencer as forças da burguesia sionista-imperialista. Os movimentos de massa antiimperialista na Jordânia, Egito, Líbano e Síria constituem um avanço na resistência. Confrontam a política dos governos árabes e da feudal-burguesia que submetem

Nenhum acordo porá fim ao expansionismo sionista, sem o qual não pode sobreviver o Estado de Israel e atender aos interesses do imperialismo. Qualquer força externa do imperialismo estará a serviço da burguesia sionista. É uma farsa a ideia de que a ONU é neutra.

seus países ao colonialismo e sacrificam a vida dos trabalhadores.

Sob brutal repressão e ausência do partido revolucionário, as massas foram impedidas de tomar em suas mãos, a tarefa de lutar unitariamente contra os saqueadores. Mas na atual situação o recrudescimento da guerra sionista contra os palestinos, a invasão norte-americana do Afeganistão e o esperado ataque ao Iraque puseram em movimento as massas oprimidas contra as forças de opressão.

A classe operária internacional está chamada a colocar-se pela autodeterminação dos povos subjugados e pela derrota do imperialismo por meio da luta nacional e de classe.

A intervenção da ONU será a favor do sionismo-imperialismo

Correntes de esquerda e o próprio governo FHC defendem que o Conselho de Segurança da ONU envie uma força militar para se interpor entre os sionistas e os palestinos. Com essa intervenção, espera-se que os sionistas desocupem a Cisjordânia, Gaza e Golan, que se constitua um Estado palestino e que o Estado judeu seja reconhecido pela Liga Árabe.

Há uma fração da burguesia internacional temerosa de que a guerra dos sionistas provoque levantes generalizados das massas no Oriente Médio e que tenham repercussão por todas as partes. Assim, exige-se um acordo de paz imposto pelas forças externas, tendo à frente o imperialismo norte-americano, respaldado pela ONU.

A Arábia Saudita foi acionada com a proposta de recuo de Israel às fronteiras de antes da guerra de 1967, criação do Estado palestino e garantias para o Estado sionista. Trata-se de uma manobra para arrefecer a resistência palestina e enclausurá-la numa pequena faixa territorial.

Nenhum acordo porá fim ao expansionismo sionista, sem o qual não pode sobreviver o Estado de Israel e atender aos interesses do imperialismo. Qualquer força externa do imperialismo estará a serviço da burguesia sionista. É uma farsa a ideia de que a ONU é neutra.

O Estado palestino, independente e democrático não será gestado pelo intervencionismo dos saqueadores dos povos. Ao contrário, virá do movimento antiimperialista das massas operárias e camponesas palestinas e árabes. O combate ao militarismo

sionista, seu Estado e ao expansionismo colonialista sobre o território palestino é antiimperialista. É necessário, portanto, rechaçar o intervencionismo e defender a autodeterminação dos povos.

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

A resolução publicada abaixo foi escrita no calor dos ataques de Israel ao povo palestino, em 27 de dezembro de 2008. Foram três semanas de intenso bombardeio à Faixa de Gaza. Na noite de 3 de janeiro de 2009, começou a ofensiva por terra, com tropas e tanques israelenses entrando no território palestino. Estima-se que 1.110 palestinos foram mortos.

O Partido Operário Revolucionário fez intensa campanha em defesa da autodeterminação do povo palestino e contra o colonialismo sionista e imperialista. A resolução abaixo expressa as posições programáticas do marxismo-leninismo-trotskismo diante da questão Palestina.

Chamado do Partido Operário Revolucionário à luta anti-imperialista

Todo apoio à resistência do povo palestino Derrotar os invasores sionistas

Janeiro de 2009

1. A ofensiva militar de Israel contra a Palestina da Faixa de Gaza resulta em massacre da população. A mortandade de centenas de jovens e crianças testemunha até que ponto o sionismo está disposto a levar o genocídio ao povo palestino. Antes da invasão por terra, já havia cerca de 500 mortos. Com a invasão, rios de sangue estão sendo derramados.

Os sionistas se valem de um poderoso arsenal bélico. Há 60 anos, desde a implantação à força do Estado sionista, os palestinos vêm defendendo seu território com armas da “idade da pedra”, se comparadas com o aparato militar da burguesia judia, patrocinada pelos Estados

Unidos. Mais uma vez estamos diante da prepotência genocida de um Estado criado artificialmente pela potência vencedora da 2ª Guerra Mundial – os Estados Unidos. O extermínio de palestinos, provocado em poucos dias de bombardeios, indica o caminho da barbárie que o capitalismo vem percorrendo. Não por acaso, o mesmo se passa no Iraque, Afeganistão e outras partes do mundo. O cerco militar à Faixa de Gaza é parte das tendências bélicas que emergem da crise histórica do capitalismo.

2. A guerra sionista contra os palestinos foi desfechada no dia 27 de dezembro, depois de perdurar por alguns meses um acordo de cessar fogo com o Hamas. Pouco antes, militares israelenses atacaram posições de defesa do Hamas, matando seis de seus integrantes.

A partir daí a organização palestina reagiu lançando sobre Israel foguetes artesanais, cuja capacidade letal é ínfima. A provocação judia tinha a finalidade bem determinada de retomar a ocupação de Gaza e de destruir o controle do Hamas sobre essa região da Palestina. As autoridades sionistas e o imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos, esperavam impor ao Fatah, comandado por Mahmud Abbas, um acordo de capitulação. O controle da Faixa de Gaza pelo Hamas, organização muçulmana contrária à política conciliadora do Fatah, comparece como um obstáculo à estratégia expansionista do Estado judeu.

3. Os Estados Unidos, Israel e a burguesia mundial justificam o massacre com o argumento de que se trata de um direito à auto-defesa contra o terrorismo do Hamas. Nada mais falso. O Hamas se apoia em uma importante camada da população na luta por sua autodeterminação. Os palestinos vivem cercados por todos os lados pelo aparato militar sionista. O bloqueio econômico tem imposto fome e miséria à maioria. O dia a dia dos palestinos é de um inferno constante. Os acordos de Israel com governos árabes de sufocar a Palestina contribuem imensamente para bloquear o seu desenvolvimento econômico e social. O agressor é o Estado sio-

nista e não o Hamas. Quem pratica o terrorismo é Israel. Trata-se de um terrorismo institucionalizado e reconhecido pela burguesia mundial como justo. Acrescenta-se a infâmia histórica de se amparar a violência reacionária do Estado sionista com a falsa contraposição entre democracia e terrorismo. Basta que se contabilizem os ataques militares dos EUA e seus aliados à população no Iraque, Afeganistão e na própria Palestina para se ter a clara comprovação que a tal democracia do imperialismo pratica o terrorismo de Estado. O argumento dos generais sionistas de que é inevitável a morte de crianças e jovens porque o Hamas os usa como escudo expõe a barbárie. Atacam a população porque a população está em luta contra a opressão de Israel. Assim como os militares atacam a população no Afeganistão porque parte da população apoia a resistência dos Talibãs.

A história está repleta de exemplos de resistência dos povos oprimidos que para enfrentar o poderio militar dos colonialistas e do imperialismo recorrem à violência revolucionária. É necessário que os trabalhadores do mundo inteiro rechacem o terrorismo de Estado da burguesia e defendam o direito de resistência armada dos povos oprimidos.

4. Israel impôs um brutal cerco econômico e militar à Faixa de Gaza, contando para isso com a colaboração da burguesia árabe-egípcia. A única possibilidade do Hamas receber armas e suprimentos estava na fronteira com o Egito, por onde Gaza se interligava ao exterior por meio de túneis clandestinos. O governo egípcio permitiu ataques israelenses a posições do Hamas na sua fronteira. A chanceler israelense, Tzipi Livini, obteve anuência do Egito para a invasão. Essa colaboração indica o quanto a burguesia árabe do Oriente Médio foi domesticada pelos Estados Unidos. O esmagamento do Hamas e o fortalecimento do Fatah são necessários à domesticação. Israel tem impedido a edificação do Estado palestino graças ao Estado militarista do sionismo e à subserviência da feudal burguesia árabe. Israel e o imperialismo só admitirão um Estado palestino desarmado, submetido, fechado aos milhões de imigrantes palestinos e anexado às condições expansionistas do sionismo. É isso que está expressando o massacre de Israel contra as massas palestinas.

5. O governo Bush está por detrás de Israel. E Obama se esconde por detrás de Bush. O ataque mortífero de Israel aos palestinos é a demonstração mais completa de que os Estados Unidos, sob o comando dos Republicanos ou Democratas, não permitirão uma Palestina livre e independente. Parte dos governos europeus se perfila abertamente perante o imperialismo norte-americano. Parte faz hipocrisia de condenar o Hamas e o excesso de força usado por Israel. O governo brasileiro, como é dado à hipocrisia, alinhou-

-se à condenação de ambos os lados. Todos levantam a bandeira da paz sobre os cadáveres palestinos. O fato é que, no fundo, a burguesia mundial apoia o Estado militarista de Israel. As burguesias semicoloniais são incapazes de reconhecer o papel opressor do Estado sionista e o lugar de povo oprimido dos palestinos. A barbárie desfechada por esse enclave do imperialismo, criado em 1948, contra as massas palestinas e suas organizações de defesa nacional é a condição de implantação da política de dominação mundial dos Estados Unidos. Combater pela autodeterminação do povo palestino equivale a combater a opressão nacional exercida pelo imperialismo em todo o mundo. Não haveria possibilidade de surgimento do Estado de Israel se não fosse o poder econômico e militar dos Estados Unidos, como não há possibilidade de manutenção do Estado artificial sem esses mesmos recursos.

6. Qualquer condenação do Hamas por revidar à opressão sionista significa colocar-se do lado do imperialismo. Evidentemente, o Hamas não é uma organização revolucionária, que luta pela autodeterminação como parte do programa das transformações socialistas. Seus objetivos são nacionais e religiosos, portanto burgueses. No entanto, na sua luta contra o Estado de Israel e o imperialismo, expressa a revolta das massas palestinas contra a opressão e pelo direito de ter seu Estado. Certamente, esse objetivo histórico não poderá ser alcançado sem que a resistência de povo oprimido se transforme em revolução social, que terá de ser desencadeada em todo o Oriente Médio. É preciso não só rechaçar as posições dos Estados Unidos como também a de todos os governos que condenam o Hamas em nome de uma paz fictícia ou de uma paz sob a égide do sionismo.

7. As manifestações populares no Oriente Médio e em várias partes do mundo contra o massacre dos palestinos são o ponto de partida para derrotar a investida sionista. Não por acaso, o governo de Abbas foi o primeiro a reprimir os protestos coletivos na

Cisjordânia. É fundamental que os palestinos se unam sob a bandeira de derrota das forças invasoras. A ocupação pelos tanques israelenses da Faixa de Gaza permite um chamado de unidade armada das massas palestinas em geral. De Gaza a Cisjordânia, o chamado à vitória depende do armamento do povo e da guerrilha contra o poderio bélico de Israel. No Líbano, há pouco tempo, o Hezbollah impôs um recuo das forças de ocupação israelense, que significou uma derrota do objetivo sionista de destruição da resistência dessa organização. Certamente, as condições do Hamas e das massas palestinas são mais difíceis. Mas a disposição ao sacrifício em luta dos oprimidos constitui uma força social capaz de romper a divisão imposta pelo Fatah e seu governo. Os palestinos em luta contam com o apoio e a mobilização das massas exploradas do Oriente Médio, que estão em contraposição aos governos submetidos ao imperialismo. Os trabalhadores e a juventude do mundo inteiro devem se colocar em defesa da unidade dos palestinos e das massas do Oriente Médio para combater o avanço da reação sionista-imperialista e os governos árabes subservientes.

8.O Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional se coloca ao lado das massas palestinas e do Hamas para derrotar os invasores e impor o direito à autodeterminação do povo palestino. Tem claro que a autodeterminação só será alcançada pela revolução proletária que abra caminho pela conquista dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, como parte da revolução socialista mundial.

Trabalhadores e juventude, derrotar o Estado militarista de Israel é derrotar a opressão imperialista!

Viva o povo palestino!

(Extraído do Jornal Massas, nº 368, de 24 de janeiro de 2009, órgão do Partido Operário Revolucionário)

A ONU reconhece a Palestina como “Estado observador não membro”

Dezembro de 2012

Com uma declaração não se conquistará a soberania do povo palestino.

Somente as massas insurretas, enfrentando a opressão nacional e social poderão derrotar o Estado de Israel, romper com o imperialismo e criar as bases para a autodeterminação nacional.

A Assembleia Geral da ONU reconheceu a Palestina como “estado observador não membro” das Nações Unidas. A resolução contou com 138 votos a favor, 41 abstenções e 9 contra (Estados Unidos, Israel, Canadá, Palau, Micronesia, República Checa, Panamá, Nauru e as Ilhas Marshal).

A resolução se pronuncia em favor dos “direitos inalienáveis do povo palestino”, solicita que se avancem as negociações para pôr fim à ocupação iniciada por Israel em 1967 e que se garanta “um Estado Palestino independente, soberano, democrático” nas fronteiras (...).

O presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, perante a assembleia, disse que faz 65 anos que a ONU criou o Estado de Israel e que era seu “dever moral e histórico” reconhecer o Estado Palestino. Por outro lado, Israel informou que não respeitará a resolução.

A força se impõe à retórica da diplomacia

A resposta israelense não fez por esperar. No outro dia após ser aprovada a resolução, passou imediatamente à construção de

3 mil casas na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental. Os novos assentamentos se localizam no denominado setor E1, atualmente desabitado. Mas que tem uma importância estratégica porque corta pela metade a Cisjordânia e a isola de Jerusalém, cujo setor oriental é considerado pela ANP como a capital do futuro Estado palestino. Ao mesmo tempo, anunciou que reteria 460 milhões de dólares em impostos e tarifas que Israel arrecada em nome da ANP.

Embora esses recursos pertençam a ANP, o Protocolo de Paris (1995) determinou que seria Israel que cobraria as tarifas aduaneiras pelos produtos importados pelos palestinos e que chegam às suas mãos por meio dos portos israelenses. O que lhe deu uma poderosa arma de pressão contra o raquítico aparato administrativo palestino, que sequer tem controle de seu próprio orçamento.

Vários países se opuseram e exigiram que Israel voltasse atrás em suas novas medidas. Disseram que as ocupações são ilegais e violam o direito internacional. Mais hipócrita foi a Casa Branca, que embora pedisse que Israel reconsiderasse a medida, foi seu principal aliado contra a resolução da ONU.

O apoio total dos Estados Unidos a seu enclave no Oriente Médio esteve e estará sempre por cima de toda consideração moral e ética abstrata sobre o direito internacional. A força material expressa no poderio econômico e militar dos Estados Unidos transformará as belas palavras da ONU em papel higiênico. Não é o direito que poderá determinar a solução do conflito político e diplomático, mas o poder dos monopólios, das finanças e da técnica militar que os Estados Unidos patrocinam a Israel.

Um festejo desproporcional diante da vitória artificial

Ao conhecer o resultado da votação, milhares de palestinos saíram às ruas para festejar o que supõem um grande triunfo. Abbas foi recebido como herói nacional e chamou as duas principais frações, que disputam o controle político e territorial da Palestina, Al-Fatah (que ele dirige e governa a Cisjordânia) e o Hamas (que controla a faixa de Gaza), a conciliar-se. Passo que, segundo se informou, serviria para forjar a unidade nacional para alcançar a emancipação e independência do País.

No entanto, as proclamações triunfalistas ocultam uma contradição insolúvel. A resolução não significa outorgar aos palestinos os plenos direitos como Estado: só lhes dá acesso às diversas agências da ONU e aos tratados internacionais. O que pressupõe não gozar de nenhum direito como Estado, mas estar obrigado a cumprir as resoluções e tratados que impõem as potências.

Isto é, acaba impondo-lhes uma via legalista estéril à sua luta pela independência. Via pacífica que, no momento em que o mundo se encontra dividido entre um punhado de potências e que o acesso ao direito da autodeterminação das nações se choca com esses interesses, significa renunciar conquistá-la por meio da luta de classes e da insurreição das massas contra a opressão colonial e imperialista.

Quando Mahmoud Abbas declara que a resolução é uma grande vitória, prossegue com a capitulação histórica da ANP, que aceitou finalmente a formação de um Estado palestino sem forças armadas, sem recursos econômicos e impedido de fazer voltar milhões de palestinos às suas terras.

A resolução não significa uma ruptura dos acordos de Oslo (1993/1995), como quer fazer crer o Estado de Israel para justificar a nova ocupação de territórios. Israel saiu fortalecido do acordo porque obteve o seu reconhecimento como Estado sionista, enquanto que a recém-criada Autoridade Nacional Palestina (ANP), nunca pôde dispor da totalidade dos territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Quando Mahmoud Abbas declara que a resolução é uma grande vitória, prossegue com a capitulação histórica da ANP, que aceitou finalmente a formação de um Estado palestino sem forças armadas, sem recursos econômicos e impedido de fazer voltar milhões de palestinos às suas terras.

A resolução reforça o cerco ao redor do combatente Hamas. Fração que expressa a vontade radicalizada e determinada de uma grande parcela da população contra o expansionismo colonialista. E que lhe provê apoio e homens à resistência militar antissionista.

A unidade dos palestinos somente poderá constituir-se sobre a base de sua luta revolucionária pela autodeterminação contra a opressão sionista e imperialista. A ausência de uma direção revolucionária capaz de conduzir as massas palestinas à luta anti-imperialista impede consolidar a necessária unidade revolucionária da nação, reforça a desagregação fracional das correntes nacionalistas e islâmicas e culmina fragmentando a luta contra a expansão colonialista.

Reconhecimento soberano ou uma expressão das contradições interimperialistas?

O trágico para os palestinos é que se procura convencer de que um papel e uma simples votação formal por maioria e minoria poderá resolver o choque de interesses antagônicos entre o Estado sionista e os explorados e oprimidos palestinos. O direito burguês nunca foi senão a expressão na forma de lei da força material de cada país e de cada classe social frente a outros países e outras classes. Isto é, a administração compartilhada dos conflitos resultantes da imposição pela força desses interesses por meio dos mecanismos legais e institucionais das estruturas políticas, nacionais e internacionais, controladas pela burguesia imperialista.

A ONU não é uma representação de iguais nem muito menos um terreno para que as “forças éticas e morais, progressistas e democráticas” possam vencer, com suas palavras e reflexões, à reação mundial. Não, a ONU foi e continua sendo uma base de manobras

do imperialismo para fazer e desfazer tratados e acordos segundo seus próprios interesses. Evidentemente que não necessariamente conseguem no ritmo e nas formas que desejam, porque ainda nessa cova de bandidos também se reproduzem, claro que conjunturalmente, as contradições e conflitos interimperialistas, segundo as relações de força criadas pela situação política mundial. Isso explica o porquê hoje a ONU pode contrariar momentaneamente e formalmente a vontade imperial que os Estados Unidos exercem sobre o restante das nações.

A resolução é também uma saída diplomática ao conflito entre certos países que não querem o intervencionismo dos Estados Unidos no Oriente Médio, como a Rússia e a China.

O voto dos Estados Unidos contra a resolução expressa desse modo seu interesse de preservar esse território como sua exclusi-

va área de influência. E sabe que isso somente pode ser garantido pela imposição militar do Estado sionista sobre as massas e os territórios da Palestina. Um Estado palestino, ainda que raquítico, seria um campo fértil para a unificação das forças sociais e políticas que pretendem romper com a ingerência externa dos Estados Unidos.

Por outro lado, sua tibia queixa contra Israel por expandir suas colônias demonstra seu interesse em preservar o trabalhoso processo de evitar que estourem conflitos que possam prejudicar seus planos em relação ao Irã, criando as condições de um novo levante generalizado das massas árabes.

Os Estados Unidos estão dedicados a tentar frear uma nova escalada no conflito e uma nova invasão terrestre, porque prejudicaria sua política de alianças com o Egito e a Turquia, duas peças-chaves para garantir seus interesses na região. Uma matança de palestinos, quebraria o delicado equilíbrio com o novo presidente do Egito, Mohamed Morsi, da Irmandade Muçulmana. Nele se apoiou Obama para garantir uma trégua entre Israel e os palestinos, para disciplinar o Hamas, para conter a insurgência palestina e para evitar a erupção de um movimento árabe generalizado contra o imperialismo e Israel em apoio à Palestina.

Finalmente, uma nova rebelião palestina poderia arrastar a solidariedade ativa das massas egípcias que se projetaria no cenário político interno desse país, colocando em xeque Morsi e abrindo as portas para um novo levante das massas, como o de 2010/11.

A autodeterminação palestina somente será possível com a destruição do Estado sionista

Desde a divisão da Palestina, imposta pelas potências, o Estado de Israel não tem feito outra coisa senão expandir suas fronteiras,

ocupando parte do território palestino, com o apoio dos Estados Unidos. A opressão militar, colonial e imperialista serve à exploração assalariada e a opressão de classe. A luta da maioria oprimida pela autodeterminação das nações semicoloniais do Oriente Médio se inscreve por isso na estratégia revolucionária do proletariado contra o capitalismo.

A luta pela autodeterminação e a criação de um Estado palestino, com plenos poderes para dispor soberanamente de suas terras, recursos e orçamento, encontrariam rapidamente um terreno para projetar-se, pelo seu conteúdo e interesses, na luta anti-imperialista.

Por sua íntima vinculação com o imperialismo, a feudal-burguesia árabe tem sido historicamente incapaz de conquistar a autodeterminação nacional das nações árabes. A ANP, Hamas e outras organizações radicalizadas do nacionalismo islâmico, são por sua vez incapazes de consumir a tarefa de destruir o Estado sionista e de conquistar uma Palestina unificada.

A unidade da nação oprimida contra a opressão nacional e social somente poderá triunfar por meio da estratégia da revolu-

ção proletária e da solidariedade internacionalista do proletariado mundial. Organizando boicotes à indústria de guerra israelense, paralisando o transporte e a logística imperialista, ocupando fábricas, manifestando-se nas ruas contra os governos vassalos e chamando à luta coletiva das massas contra a repressão e opressão nacional. Isto é, pondo os esforços conjuntos do proletariado mundial a serviço da recuperação das tradições e exemplos de internacionalismo proletário. Rompendo, desse modo, com as barreiras ideológicas, éticas e nacionais que impedem a unidade internacionalista dos explorados e oprimidos contra seus inimigos e verdugos comuns.

Uma vez mais fica demonstrada a necessidade de um partido revolucionário mundial capaz de dirigir sob essas bandeiras as massas palestinas, árabes e israelenses. Reconstruir a IV Internacional seria o passo mais decisivo nesse caminho e para concretizar a unidade palestina sob um governo operário e camponês.

(Extraído do Jornal Massas, nº 446, órgão do Partido Operário Revolucionário)

A solução está em dois Estados?

28 de julho de 2014

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) emitiu uma nota sobre a invasão de Israel em Gaza. Relata a importância da presença de Antônio Lisboa, membro de sua executiva, nas manifestações ocorridas na Inglaterra. A nota convoca uma concentração e “caminhada” (passeata virou caminhada) partindo da Praça Oswaldo Cruz até o Parque Ibirapuera.

Segundo Leonardo Severo, que assina a nota, as manifestações massivas que ocorreram na Inglaterra “demonstram que cresce a consciência da Humanidade de que a paz só será possível com a construção de dois Estados, um palestino e um israelense, e a garantia do direito de retorno dos refugiados, conforme determina a resolução da ONU, constantemente desrespeitadas pelos sionistas.” Como se vê, a CUT levará esta bandeira para a “caminhada”.

Observa-se que não se trata de uma luta séria e consequente contra o sionismo e a bárbara opressão nacional. Trata-se de uma capitulação diante do Estado sionista.

A renúncia da “Organização para a Libertação da Palestina” (OLP) de constituir um Estado uno, democrático, laico e não-racial implicou reconhecer o Estado de Israel, sendo que este não admitiu a edificação de um Estado Palestino independente e soberano. A suposição de que a burguesia sionista acabará cedendo é completamente falsa. A sobrevivência de Israel depende da expansão territorial. Necessariamente, tem de anexar mais e mais parte do território de Gaza e Cisjordânia. Não por acaso, avançou por cima das fronteiras demarcadas pela ONU em novembro de 1947 e maio de 1948. Bastou a criação do Estado de Israel para que os sionistas expulsassem pelas armas os palestinos de suas terras e casas. A vitória nas duas guerras (“Guerra de Seis Dias” e a de “Yon Kipur”) serviu para a burguesia israelense – com apoio do imperialismo – avançar com suas fronteiras e encurralar os palestinos, que constituem a imensa maioria da população, na estreita Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Está claríssimo que a criação do Estado de Israel implicou e implica a submissão de todo um povo à grande burguesia sionista, que tem alcance mundial e que opera disciplinadamente desde os Estados Unidos. O traçado imposto pela ONU no pós-guerra, dividindo a Palestina, de fato, não previa dois Estados, mas sim o Estado sionista de Israel. Essa constatação está confirmada por 66 anos de totalitarismo e de massacres contra os palestinos.

Somente foi possível impor um Estado de fora para dentro da Palestina por meio de uma poderosa intervenção do imperialismo, ou seja, das potências e do capital financeiro. Não se resolveu a “diáspora judaica”, mas sim a necessidade do imperialismo criar um enclave no Oriente Médio. A artificial solução de pôr em pé um Estado por meios e métodos do imperialismo (domínio financeiro e guerra) resultou na expulsão dos palestinos de suas terras e em seu confinamento em uma pequena parte do território.

Os judeus perseguidos em várias partes do mundo – pelos “progroms” antisemita e pelo genocídio nazista – não poderiam resolver sua dispersão e se libertar da opressão criando um Estado opressor de todo um povo e reprodutor dos “progroms”, no caso anti-palestino. Em nome da sobrevivência do Estado judaico (sionista), se pratica a barbárie moderna bombardeio da população. Não se liberta um povo oprimindo outro.

O Estado sionista deve ser combatido com os métodos da revolução proletária. Esse é o ponto decisivo. Expressa a tarefa de reconquistar a Palestina, arrancando-a do controle da burguesia sionista e do imperialismo. Trata-se de recompor a unidade territorial. O que não é possível enquanto estiver em pé o Estado de Israel. Deixamos de reconhecer o direito dos palestinos de reivindicar um Estado? Absolutamente não! Deixamos de apoiar a luta do povo palestino se este estiver sob a bandeira de dois Estados? Absolutamente não! Mas diremos que não é possível um Estado livre e soberano ao lado do Estado sionista e que esta não é via da real solução democrática.

A pressão diplomática da Autoridade Nacional Palestina para que a ONU lhe faculte um Estado não expressa a luta pelo fim da opressão nacional. O que quer dizer que os palestinos continuam a ser enganados pela ala nacionalista que capitulou diante do imperialismo.

Os marxistas se viram diante da necessidade de se oporem à estratégia do movimento sionista de ocupar a Palestina e de instaurar um Estado judaico. E desfraldaram a bandeira de destruição do Estado sionista desde que este foi imposto como enclave do imperialismo. O expansionismo territorial, o processo de anexação e os massacres testemunham a inviabilidade de dois Estados. Ou se restabelecerá a unidade da Palestina sob um único Estado, sob uma única República, ou o Estado sionista continuará a exercer a opressão nacional.

É compreensível que a OLP tenha aspirado um único Estado democrático, laico e não-racial. Caso os palestinos prosperassem neste objetivo e vencessem a batalha, conquistariam uma República burguesa. Seria um progresso a destruição do Estado sionista, a reunificação territorial e o fim das hostilidades entre judeus e palestinos.

A sua fração majoritária – o Fatah – abandonou essa tarefa por considerá-la inviável. A viabilidade estaria nos dois Estados, preconizados originariamente pela ONU. A posição dos revisionistas da OLP se contrapôs à necessidade histórica de uma Palestina unida. O destino do povo palestino foi posto nas mãos dos Estados Unidos e da ONU.

A resistência do Hamas na Faixa de Gaza manteve acesa a luta por um Estado Palestino sem reconhecer o Estado sionista. Mas seu fundamento nacionalista-religioso não permite unificar as massas em um movimento revolucionário pela derrota do Estado de Israel e pela reunificação da Palestina. A sua dependência diante das forças burguesas árabes o torna refém de uma política incapaz de confrontar o imperialismo. O Hamas se nega a armar as massas em Gaza e fazer um chamado ao armamento geral dos palestinos. Essa é uma das consequências do nacionalismo árabe. Há que se considerar a tendência de sua direção política em se adaptar às posições da Autoridade Palestina. É o que demonstrou o acordo de maio de constituição de um governo de unidade nacional sob a condução do Fatah e de seu chefe Mahamoud Abbas.

O armamento geral dos palestinos expressa a política e a estratégia revolucionária do proletariado. A ausência do partido marxista-leninista-trotskista no seio dos explorados impossibilita levantar a bandeira de constituição de uma República Socialista, sob a qual se unificará a Palestina, se porá fim a toda forma de opressão (social, nacional, racial, religiosa) e se estabelecerá a harmonia entre palestinos e judeus. No entanto, essa é a via pela qual

virá no futuro a solução. As dramáticas contradições levarão os explorados a forjar uma nova direção que terá de formular a estratégia revolucionária de destruição do Estado sionista, de expulsão do imperialismo e de constituição de uma Palestina socialista, unida e independente.

A questão palestina, certamente, não está isolada do que se passa no restante do Oriente Médio. É parte das profundas contradições de classe e nacional. Não é o caso aqui de demonstrá-las. Apenas assinalamos a amplitude da questão palestina como um dos pontos sensíveis de choque das nações oprimidas (as semicolônias) com as nações opressoras (imperialismo). Os levantes de massa contra governos ditatoriais e sua tendência em se chocar abertamente com o imperialismo têm colocado as tarefas democráticas a plena luz. Uma delas é a da independência nacional perante o domínio das potências e o fim de todo tipo de opressão nacional. Corresponde à necessidade das forças produtivas se desenvolverem, liberando-se das travas dos monopólios e da feudal-burguesia árabe.

Voltamos a dizer que o nacionalismo árabe (seu ponto alto foi o pan-arabismo) caducou, embora continue influenciando as massas pela via da religião (islamismo). É preciso trabalhar sob o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio para se constituir uma direção marxista-leninista-trotskista. A Palestina deixará de ser um território de domínio da burguesia sionista no momento em que estiver enlaçada com o levante das massas árabes e das nações oprimidas pela independência diante do imperialismo e pela derrocada do capitalismo.

Há que rechaçar a tese dos dois Estados. Há que defender uma Palestina unida, sob uma República socialista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 481, órgão do Partido Operário Revolucionário)

Primeira manifestação em apoio ao povo palestino em São Paulo

Diante do agravamento dos ataques de Israel à Faixa de Gaza, após o ataque do Hamas em 7 de outubro, um ato de solidariedade ao povo da Palestina e contra o Estado Sionista de Israel foi realizado no dia 10 de outubro. O ato foi realizado no bairro da Bela Vista, região central de São Paulo, em frente ao Al Janiah, um espaço cultural criado por imigrantes sírios e palestinos.

Cerca de 150 pessoas compareceram, entre militantes e simpatizantes da causa palestina, ocupando completamente um lado da Rua Rui Barbosa, interrompendo temporariamente o tráfego de veículos. A manifestação contou com a participação de movimentos sociais e partidos políticos, e serviu como resposta aos ataques e à desinformação veiculada pela mídia burguesa, bem como às ações aéreas e medidas restritivas impostas pelo primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, na Faixa de Gaza naquela semana após os ataques do Hamas.

Nas intervenções, poucas organizações fizeram a conexão entre o Estado sionista, seus ataques ao povo palestino e o imperialismo estadunidense e europeu. Muitas críticas se limitaram às denúncias às atrocidades cometidas pelo Estado assassino de Israel, sem, contudo, fazer a análise e dar as respostas de classe para o conflito.

Logo no início das falas, a falsificação petista de que Lula estava pela defesa do povo palestino, na fala de Adriano Diogo (militante histórico do PT e ex-vereador de São Paulo), gerou insatisfação e conflito dentro do ato, o que beirou à implosão da manifestação. Não por coincidência, estava marcada outra manifestação em apoio ao povo palestino no dia seguinte no galpão do MST, em vez de se concentrar em uma manifestação unitária. A submissão

do caudilho petista às orientações do imperialismo de condenar o Hamas como grupo terrorista mostrou mais uma vez a falência do reformismo.

O Partido Operário Revolucionário (POR) esteve presente, distribuindo seu manifesto e empunhando a bandeira da Palestina, símbolo da resistência dos oprimidos no Oriente Médio contra o domínio imperialista e o enclave sionista. Destacou que o capitalismo está em estágio avançado de decomposição e que a barbárie se espalha globalmente. O conflito na Ucrânia, que completa um ano e oito meses, é outro exemplo. A ofensiva do Hamas em Israel representa a resistência palestina contra o Estado sionista apoiado e financiado pelo imperialismo. Expressa a inviabilidade da coexistência entre Israel e a Palestina. Portanto, é crucial que o proletariado e demais oprimidos se unam contra o imperialismo, apoiando incondicionalmente a autodeterminação do povo palestino, se colocando contra o colonialismo expansionista israelense e estabelecendo uma frente única anti-imperialista.

O POR enfatizou em sua intervenção que a queda do Estado sionista virá por meio da unidade do proletariado e da maioria oprimida, com a missão de estabelecer os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Esse combate envolve a luta anti-imperialista das nações oprimidas da região, sob um programa revolucionário. A edificação da Frente Única Anti-imperialista é um imperativo. A vanguarda com consciência de classe deve liderar os esforços para trabalhar pela derrota da guerra de dominação e o massacre conduzidos pelo Estado sionista na Faixa de Gaza.

Ato político no Galpão do MST

No dia 11, os agrupamentos palestinos de São Paulo, juntamente com representantes do MST, PT e PCdoB organizaram um ato, que responsabilizava Israel pelo genocídio do povo palestino. A manifestação ocorreu em local fechado, Galpão do MST, e contou com aproximadamente 200 pessoas. Iniciou com um jogral, que narrava a história de opressão dos palestinos. Em seguida, anunciaram as falas, que eram restritas aos membros de associações palestinas, deputados e vereadores e ao coordenação do MST. Fez parte dessa manifestação a campanha de ajuda humanitária aos palestinos, por meio da venda de bandeiras, faixas etc. e de um jantar com comidas típicas.

Os discursos tiveram como conteúdo central as denúncias dos 75 anos de opressão exercida por Israel, que foram reforçadas pela

ofensiva pós 7 de outubro à Faixa de Gaza.

Chamou atenção o fato dos organizadores cercearem a palavra ao POR, que esteve presente e distribuiu a Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e o Manifesto do partido. Certamente, porque a intervenção do POR distinguia das falas dos nacionalistas e reformistas, bem como das que expressavam os fundamentos obscurantistas. E levantava a bandeira da República Socialista, resultado da revolução proletária, como a única via capaz de impor a autodeterminação da nação palestina.

O ato concluiu sem nenhuma proposta de convocação de uma manifestação de rua. Ao contrário, encerrou com a apresentação de músicas palestinas.

São Paulo

Ato “Palestina Livre”

Aconteceu, na noite do dia 19/10, no Largo São Francisco, centro de SP, o ato “Palestina Livre”, convocado pela UNE, UBES, UEE e UPES, além de outras entidades estudantis e sindicais. O POR esteve presente, distribuindo seus panfletos e vendendo o Jornal Massas. Teve o direito a realizar uma intervenção - ver a transcrição da fala a seguir.

A linha política ditada pela direção do ato (PCdoB) era a de defesa da paz, e pela formação de um corredor humanitário para prestar socorro às vítimas do massacre. Esteve presente também a lamentação quanto ao veto da proposta apresentada pelo Brasil no Conselho de Segurança da ONU. Como se vê, trata-se de uma linha governnista, coincidente com a defendida por Lula na imprensa e nos organismos internacionais. Vale lembrar que o presidente cometeu o crime de condenar tanto o Hamas, quanto o Estado de Israel, como se pudessem ser colocados em pé de igualdade.

A fala do POR destoou na manifestação, pois foi a única a colocar a necessidade de defesa do Hamas, sem apoiar a sua política, além de levantar o problema do armamento das massas, como condição para transformar a resistência em luta de libertação nacional. Essa linha política, que corresponde aos revolucionários diante do massacre em Gaza, chocou com o pacifismo pequeno-burguês do PCdoB.

O POR não deixou de se diferenciar do Hamas, que é uma organização de caráter nacionalista burguês, defensora de uma política obscurantista. Porém, o POR explicou a particularidade da situação, que torna imperativa a defesa do Hamas, já que o não cumprimento dessa tarefa conduz a uma frente objetiva com o imperialismo sionista.

O PCdoB se viu obrigado a responder ao pronunciamento do POR, “lembrando” que aquele ato era em defesa da paz e da ajuda humanitária. Outro membro do mesmo partido estalinista também fez uma menção indireta à linha do POR, defendendo a necessidade de termos “responsabilidade” diante da vida de crianças, mulheres, idosos etc.

Na verdade, criminosa, do ponto de vista de classe, é a posição governnista e capituladora do PCdoB, já que a condenação de ambos, Hamas e Israel, como fez Lula, iguala a violência dos opressores à resistência dos oprimidos. “Irresponsável” é a atitude dos estalinistas do PCdoB, e de todos os reformistas e centristas, que acabam se embocando com o imperialismo ao não responder à ofensiva israelense de liquidação do Hamas.

Em sua intervenção, o POR ainda destacou a necessidade da

constituição de uma Frente Única Anti-imperialista, além de se posicionar pela consigna estratégica de uma República Socialista no Oriente Médio. Do ponto de vista prático, o partido indicou a necessidade de erguer as manifestações massivas, ligando a defesa das reivindicações elementares dos explorados com a luta anti-imperialista.

Pronunciamento do POR no ato “Palestina Livre”

Companheiros, nós estamos diante de um verdadeiro banho de sangue na Palestina. Não é possível que não seja erguida, assim como acontece no mundo todo, uma resistência unificada, massiva e combativa ao massacre imposto pelo Estado sionista na Faixa de Gaza, na Palestina. Não é possível! É preciso constituir uma frente unitária de todos os explorados da América Latina para dizer não a esse massacre. É preciso que seja erguido um movimento a partir das nossas reivindicações, ligando esse combate às reivindicações anti-imperialistas.

Está em curso uma ação do Estado de Israel para liquidar o Hamas. Nós, do POR, como uma organização marxista, temos todos os desacordos que se possam imaginar com a política do Hamas. Mas, nesse momento, quando Israel volta suas armas contra o Hamas, que foi eleito pelo seu povo, não se pode fazer frente com o Estado sionista atacando o Hamas simultaneamente. Quem vai ter de acertar as contas com o Hamas, exercendo a autodeterminação, são os próprios palestinos. Agora, o que cabe não é apoiar a sua política, mas defender o Hamas e os palestinos contra o massacre que está em curso.

Daí a importância de erguermos a luta unitária no mundo inteiro, as manifestações massivas e defender o armamento das massas para enfrentar a opressão imperialista. Não há outra forma de responder ao ataque de Israel, se não for transformando essa luta em uma luta de libertação nacional. Nós, do Partido Operário Revolucionário, estamos defendendo que se constitua uma poderosa frente única anti-imperialista, para expulsar o colonizador sionista e para organizar as massas. A unidade pacífica de judeus e palestinos naquela região depende da formação de uma República Socialista - esse é o nosso norte estratégico e temos de começar agora, enfrentando a guerra em Gaza.

Viva a luta do povo palestino! Pelo direito à autodeterminação nacional, e não à matança provocada por Israel!

São Paulo

Mais uma vez a frente de esquerda!

No dia 19 de outubro, realizou-se na sede da CSP-Conlutas, a primeira Plenária Nacional Sindical e Popular de Oposição de Esquerda. O intuito da plenária era consolidar a frente de oposição de esquerda. Nesse sentido, os discursos foram para demonstrar que o governo Lula é um governo de conciliação de classes e que a formação da frente de oposição, permitirá “colocar para os trabalhadores uma alternativa”. A essência era a “alternativa dos trabalhadores”, cobrar do governo Lula/Alckmin, porém para não cair de vez nos braços do reformismo, o palavreado da unidade na ação para exigir que o governo rompa com a burguesia e cumpra as reivindicações foi o mais utilizado.

Essa linha, como a experiência demonstra, acaba se dirigindo às eleições. O POR se coloca por uma oposição revolucionária ao governo de Lula. Não há ambiguidade. Mas, não deixamos de trabalhar pela frente de luta concreta, como se passa no momento diante da guerra do Estado sionista de Israel contra os palestinos da Faixa de Gaza.

Diante dos ataques à Palestina, foram muitas falas de apreço e solidariedade ao povo palestino. Foram aprovados um texto e a participação no ato pró-Palestina no domingo, dia 20 de outubro. A mobilização contra o massacre dos palestinos é um dever revolucionário. Um posicionamento diante do governo Lula é obriga-

tório. Não concordamos que Lula tem uma posição “vacilante”. Imediatamente aos ataques do Hamas em Israel, resultando em mortes de militares e civis, o presidente da República taxou de ato terrorista. O fato de Lula não mencionar o Hamas, como pretendia o diplomata israelense e as forças políticas alinhadas aos Estados Unidos, não indica vacilação, mas sim cumplicidade com a campanha sionista e do imperialismo. Já no seu primeiro Manifesto, o POR denunciou claramente o posicionamento de Lula.

Apesar de a reunião tratar de conteúdos diversos, o POR deixou claro que, desde os primeiros momentos do governo burguês de frente ampla, defendeu a formação de uma oposição revolucionária ao governo, que não se confundiria com a oposição direitista e não se orientaria por interesses eleitorais, que certamente movimentarão as correntes que hoje convocam a oposição de esquerda. Em relação à Palestina, estamos pela organização de uma Frente Única Anti-imperialista, como forma de responder concretamente ao massacre que vem sendo promovido pelo Estado sionista. A Plenária poderá cumprir seu objetivo de luta, se realizar um bom trabalho de mobilização para o Ato em defesa dos palestinos. De nossa parte, contribuiremos com o máximo esforço, sem que seja necessário compartilhar com a bandeira de oposição de esquerda.

Ceará

Atos de solidariedade aos palestinos em Fortaleza



Na capital cearense, foram realizados dois atos, o primeiro no dia 13/10, na Praça do Ferreira, no centro da cidade, convocado pelo bloco classista e combativo, integrado pelo POR, RECC, GEAP e Coletivo Carcará (Nova Democracia) e o segundo no bairro do Benfica, no

dia 18/10, convocado pelas centrais CUT, Conlutas, Intersindical e partidos democratizantes (PT, PSOL, PCB etc.).

O ato do dia 13, convocado pelo bloco classista, foi preparado pela plenária aberta ocorrida no dia 11/10 com correntes e movimentos que discutiram a necessidade de uma resposta pública aos bombardeiros israelenses em Gaza, especialmente diante ao silêncio das esquerdas em Fortaleza. A plenária realizou uma rica discussão sobre a situação na Palestina e encaminhou o ato no centro da cidade com a participação de ativa, em sua maioria professores e estudantes.

O ato do dia 18, realizado na praça da Gentilândia. Se tivesse sido bem convocado pelo grande número e peso das entidades que assinaram a convocatória do ato. As organizações reformistas e colaboracionistas tiveram como meta realizar apenas um ato simbólico, o que ficou visível pelo fato de não mobilizarem sequer suas bases, enviando ao ato apenas ‘representações’. Destacaram-se em algumas falas o papel importante do governo Lula na mediação do conflito, obscurecendo o fato de que o governo burguês de frente ampla condenou o Hamas e seus ataques como ‘terroristas’, tal como exigia a Casa Branca e a União Europeia.

O POR interveio nos dois atos com seu manifesto, com suas bandeiras e usando da palavra no carro de som. Coube aos poristas a iniciativa da convocação da plenária do bloco classista para a realização do primeiro ato; em ambos, o POR defendeu as bandeiras de frente única anti-imperialista, fim dos bombardeios sobre Gaza e o direito de autodeterminação aos palestinos.

A resposta proletária à crise em Gaza, expressão da crise mundial capitalista, exige a luta permanente pela construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O POR trabalha com firmeza para a realização desse objetivo.

Pronunciamento do Partido Operário Revolucionário

Eu sou do Partido Operário Revolucionário. Nós estamos aqui também construindo essa atividade coletiva. Queria, portanto, fazer uma saudação a todos os companheiros e as correntes que estão nessa atividade pública.

Tal como tem acontecido em outras capitais, é preciso que os trabalhadores de Fortaleza, do estado do Ceará, também se ponham nas ruas em movimento em solidariedade ao povo palestino que é vítima de uma opressão imperialista impiedosa, uma opressão cruel por parte do Estado de Israel, que é um enclave imperialista no Oriente Médio, imposto por vontade do imperialismo norte americano, após a segunda guerra mundial.

Nós gostaríamos de começar dizendo, companheiros e companheiras, que, neste exato momento, o departamento de Estado dos Estados Unidos está enviando um segundo porta-aviões para a região onde acontece a guerra e o ministro de estado dos Estados Unidos fez uma visita a todos os países da região buscando alinhar esses governos a uma única linha, que é a linha de destruir o Hamas e entregar Gaza ao comando da Autoridade Nacional Palestina. Portanto, nesse momento, por mais que haja divergências entre nós que somos trabalhadores, que temos as nossas divergências nossas linhas políticas do Hamas, nossa solidariedade e nossa

posição tem de ser a de bloco na luta com o Hamas, contra o imperialismo israelense.

Esta carnificina que estamos vendo, essa limpeza étnica, ela é expressão da crise mundial do capitalismo, ela é parte de um processo de decomposição social profunda que tem levado a uma guerra comercial dos Estados Unidos com a China, que tem implicado no avanço da Otan sobre as fronteiras russas, o que ocasionou na guerra da Ucrânia.

Não temos de separar a guerra entre Israel e Hamas, entre Israel e a palestina, e a guerra na Ucrânia, a guerra comercial e a crise econômica

Pernambuco

Recife: Ato em defesa da Palestina

O ato em defesa da Palestina em Recife ocorreu em 19 de outubro. Organizado pela Aliança Palestina, marchou pelas ruas do centro da cidade. Houve participação de centenas de pessoas, incluindo partidos e movimentos populares. Não houve participação dos sindicatos, a única central presente foi a CSP-Conlutas. O Sindicato dos Rodoviários, que normalmente participa de atos, desta vez, se restringiu a emprestar o carro e seus assessores do PSOL, mas não houve fala em nome do sindicato.

Liana Cirne, vereadora do PT, disse que o Hamas não representa o povo palestino, e sim a Autoridade Nacional Palestina. O PT condena o Hamas, assim como fez Lula, o que vai ao encontro do pressuposto imperialista do “direito de Israel se defender”, valendo de todo seu poderio militar para esmagar a Faixa de Gaza. Os oradores favoráveis a essa linha política parabenizaram os esforços do governo Lula em conduzir um acordo de paz na ONU. O PSOL condenou as ações terroristas do Hamas, junto com a condenação aos anos de opressão de Israel contra o povo palestino. Assim como o PT, o PSOL defende a coexistência pacífica dos Estados palestino e israelense, além disso, ambos diferenciam o Hamas do povo palestino, partindo da condenação ao “terrorismo”.

Esse posicionamento comum do PT e PSOL demonstra acordo no sentido de que é indiferente a violência exercida pelo oprimido e a do seu opressor. Trata-se do velho pacifismo burguês e pequeno burguês, que, no final das contas, favorece a violência do opressor, ou seja, do Estado sionista de Israel contra as massas palestinas que estão com o Hamas.

Em contraposição à política de condenação ao Hamas, a fala de uma representante da Aliança Palestina apontou que o Hamas é uma organização militar, construída como forma de autodefesa de um povo que teve seu território ocupado. Acertadamente, ela chamou atenção para a necessidade de não se cair nas armadilhas colocadas pela imprensa burguesa, que massivamente propagandeiam o direito do Estado de Israel se defender do Hamas, justificando a guerra que está varrendo um povo. O ato foi concluído com um chamado da Aliança à construção de um Comitê em Defesa da Palestina.

O POR atuou na convocação do ato, a Aliança Palestina nos convidou para fazer um vídeo, além disso, participamos do ato com manifesto, jornal Massas e fala. Defendemos o apoio incondicional ao direito à autodeterminação do povo palestino. A ação do Hamas, que foi eleito pelo povo palestino, expressa o desespero de um povo que é massacrado em seu próprio território a mais de 70 anos. Esta opressão nacional também é sentida aqui no Brasil, com o Marco Temporal, que ataca o direito à terra dos povos indígenas.

O POR se coloca contra o genocídio do povo palestino, organizando os explorados a se levantarem nas ruas contra o avanço da opressão capitalista. Nenhuma ilusão nos acordos de paz da burguesia e seus governos, o prolongamento da guerra na Ucrânia demonstra a incapacidade dos capitalistas promoverem a paz. É preciso que as organizações de massa, centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos populares convoquem a maioria oprimida para combater o avanço das tendências bélicas. Pela construção da frente anti-imperialista. A defesa dos palestinos e o combate contra a liquidação do Hamas pelas forças israelenses

mundial, porque é um processo único. E a solução que os trabalhadores têm de dar é ganhar as ruas, de maneira geral, para defender o povo palestino, mas também apontar a perspectiva da revolução proletária, da revolução social, para enterrar esse sistema capitalista.

Para encerrar, porque sem revolução proletária, sem superar esse sistema, não é possível construir uma sociedade livre de todas as formas de opressão, entre elas a odiosa opressão nacional.

Saudação do Partido Operário Revolucionário!

se coloca no terreno da luta de classes mundial e do programa da revolução social. A derrocada do Estado sionista virá por meio da unidade do proletariado e da maioria oprimida sob a tarefa de estabelecer os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Pronunciamento do Partido Operário Revolucionário

Boa noite, companheiros. Inicio essa fala saudando os camaradas da Aliança Palestina que organizaram esse ato tão importante, porque nesse momento ninguém pode ficar indiferente ao massacre que está sendo cometido em Gaza, o genocídio em Gaza do povo palestino. Por isso, saudamos os companheiros da Aliança Palestina, saudamos também os companheiros de todas as correntes e partidos que se somaram a esse ato.

Esse momento é muito importante para darmos um grande grito contra o genocídio do povo palestino que acontece sob a cumplicidade internacional dos governantes. É muito importante que a gente esteja na rua num momento em que o Imperialismo faz uma ampla campanha para distorcer os fatos, para tratar os palestinos como terroristas ao mesmo tempo em que oculta os mais de 70 anos de terrorismo promovido pelo Estado de Israel. Esse é o momento da gente se unificar, chamando uma Frente Única Anti-imperialista pela autodeterminação do povo palestino. Basta de massacre em Gaza! Basta de genocídio do povo palestino!

Também é um momento para refletirmos sobre quem vai ser capaz de libertar a Palestina, porque não podemos confiar nas soluções que venham pelas mãos da burguesia seja ela de que lado for. Sabemos que a solução da ONU dos dois Estados tem significado o progressivo massacre e roubo das terras dos palestinos. O que se coloca é a defesa do fim do Estado de Israel e a defesa de um Estado palestino, laico e socialista e isso não vai vir pela mão das burguesias, vai vir pelas mãos dos oprimidos com os seus métodos de autodefesa, com o armamento das massas para defender as suas vidas. Não é uma escolha: confiar na burguesia vai dar continuidade ao genocídio. Por isso chamamos uma Frente Única Anti-imperialista e manifestamos apoio incondicional e irrestrito ao povo palestino que encontra os meios de se defender mesmo diante do cerco, mesmo diante do apartheid, mesmo quando lhe é negado ser um Estado e ter seu próprio exército regular. Por isso, não vamos cair na campanha hipócrita de condenar o Hamas enquanto se coloca que só os israelenses são civis e os palestinos não.

É importante também a gente lembrar de outros genocídios, porque amanhã é o último dia de prazo para Lula vetar o Marco Temporal que é um novo patamar do genocídio dos povos indígenas. O que os povos indígenas sofrem aqui é a opressão, é o genocídio, por isso exigimos a derrubada integral do Marco Temporal! Exigimos a defesa do direito de autodeterminação dos povos originários, seja no Brasil, seja em Gaza.

Viva a resistência do povo palestino! Pelo fim do Estado terrorista de Israel! Fora Estados Unidos do Oriente Médio! Porque sabemos que esse apoio dos Estados Unidos não tem nada a ver com o apoio aos judeus que sofreram com o holocausto, é a criação de um enclave para favorecer seus interesses econômicos no Oriente Médio. Esse é o chamado do Partido Operário Revolucionário. A nossa saudação à Aliança Palestina, a todos que estão nas ruas nesse dia e o chamado para formamos uma Frente Única Anti-imperialista em defesa da autodeterminação do povo palestino e cerrar fileiras contra o Marco Temporal e o genocídio dos povos indígenas no Brasil.

FORMAÇÃO POLÍTICA

Grupo de Estudos do Marxismo: Imperialismo, Estado sionista e a luta do povo palestino

No dia 17, terça-feira, o Grupo de Estudos do POR discutiu a questão da Palestina frente aos ataques do Estado sionista, trazendo aos contatos e simpatizantes que participaram uma visão classista dos problemas, bem como seus fundamentos políticos e históricos. O encontro, que acontece semanalmente de forma virtual, contou com 20 participantes de diversos estados do país. Abrimos a discussão com informes dos atos pró-Palestina que participamos e com a propaganda do livro “Socialismo ou Barbárie”, editado pelo POR, onde encontramos as principais formulações para se compreender o problema atual.

As primeiras colocações trataram do problema geral, da ação do Hamas no dia 7; a intensificação da opressão por parte de Israel, já que essa opressão nunca cessou desde que os planos da burguesia sionista de criação de um Estado próprio foram viabilizados pelo imperialismo, tendo à frente inicialmente a Inglaterra e depois os EUA; o massacre da população; a campanha asquerosa da mídia; o apoio dos EUA e da União Europeia etc. foram alguns dos temas comentados nesta primeira rodada. Foi feita também uma intervenção para separar de forma clara a luta contra o sionismo do antissemitismo, mostrando que a confusão entre esses conceitos é obra do imperialismo, como forma de mascarar as ações genocidas de Israel. Em seguida, passou-se a discussões de fundo sobre o problema.

Um camarada do POR expôs o papel histórico do imperialismo na criação do Estado sionista. Destacou que os planos para essa criação germinaram no final do século XIX e ganharam força na partilha do mundo feita entre as potências vencedoras na Primeira Guerra. Em 1917, o Secretário britânico de assuntos estrangeiros, Balfour, emitiu uma carta ao banqueiro Rothschild expressando as intenções do governo britânico em formar tal Estado. Um trecho da carta foi lida: “Caro Lord Rothschild, Tenho o grande prazer de endereçar a V. Sa., em nome do governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia quanto às aspirações sionistas, declaração submetida ao gabinete e por ele aprovada: O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um Lar Nacional para o Povo Judeu, e empregará todos os seus esforços no sentido de facilitar a realização desse objetivo, entendendo-se claramente que nada será feito que possa atentar contra os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, nem contra os direitos e o estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país.”.

A discussão feita no grupo foi de que, para compreender uma posição classista em relação ao conflito e à bandeira levantada pelo POR de constituição de uma Frente Única Anti-Imperialista, era necessário compreender que o Estado de Israel é uma criação própria da fase imperialista do capitalismo, a fase última e de transição para um modo de produção superior comunista. Essa fase é caracterizada fundamentalmente como de predomínio do capital financeiro. Essa caracterização é importante, pois deixa claro que o Estado sionista é um produto do capital financeiro, monopolista, o que fica claro nesta carta endereçada a uma família de banqueiros, uma das mais ricas e poderosas da época.

Esse movimento do imperialismo não foi recebido com flores em todas as partes, pelo contrário, enfrentou grande resistência dos países árabes e teve que ser postergado, embora as movimentações tivessem continuado. Foi só na Segunda Guerra Mundial, com o estabelecimento definitivo da hegemonia dos EUA, que a questão voltou à tona. Sob a máscara da ONU, o Estado de Israel, em solo palestino, foi criado. Assim, fez parte da nova partilha

do mundo da Segunda Guerra, um enclave necessário para as potências imperialistas, no Oriente Médio. Foi destacado por outro camarada que esse acontecimento não passou sem resistência por parte dos países árabes da região, seja em nível da institucionalidade, com o voto contrário dos 11 países árabes que estavam na cúpula da ONU que tomou a decisão, seja pelas guerras travadas ao longo do tempo contra Israel. No entanto, verificou-se que ao longo da história houve uma subordinação cada vez maior desses países ao imperialismo estadunidense, o que nos traz a realidade atual, onde países como a Arábia Saudita serve de braço da política ianque na região. Esse tema contou com a contribuição de militantes poristas e simpatizantes.

Na discussão de como se desenvolveu o problema depois da criação do Estado sionista, foram feitas colocações que explicaram como a resistência palestina se desenvolveu, através de organizações como a Organização de Libertação da Palestina (OLP) e do Fatah, que em sua capitulação ao imperialismo deram lugar ao Hamas, que hoje protagoniza a resistência. Foi feita uma caracterização do Hamas, eleito pelas massas em 2006 para governar a Faixa de Gaza, como um grupo nacionalista e fundamentalista, que se apoia no método do terror. No entanto, essa caracterização não deve se confundir em nada com a campanha do imperialismo que serve de motor para que Israel destrua essa organização e anexe definitivamente Gaza. Pelo contrário, os poristas deixaram bem claro, no estudo, que estão pela defesa do Hamas, sem se confundir com sua política, pois o Hamas é a expressão concreta da resistência palestina nesse momento. Um camarada falou: “a única crítica que se pode fazer ao Hamas neste momento é por não terem armado as massas para enfrentar a reação sionista, através da tática da guerrilha”. Isso separa o POR da maioria das correntes e dos falsos discursos humanitários, pacifistas, que condenam os dois lados e tentam separar o Hamas dos civis, como fez o governo Lula, por exemplo.

Também foi colocado o problema da autodeterminação da Palestina, que hoje não cabe nas ideias de dois Estados convivendo pacificamente, muito menos de um único Estado naquela região onde pudessem conviver muçulmanos e judeus. Aí, foi apontada a inconsequência de quem defende essas saídas, sem mostrar qual a força material, política, que seria capaz de implementar tal solução, afinal, as forças imperialistas foram as responsáveis pelo problema, jamais serão capazes de trazer uma solução progressiva. As burguesias árabes, como dissemos, não são capazes de lutar por uma solução. Resta apenas a única força material e revolucionária na época de decomposição do capitalismo, a do proletariado, unido e organizado, com o programa da revolução proletária e seu partido, poderá dar uma solução, que significa uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Como havia muitos simpatizantes iniciantes no marxismo, foi importante explicar que essa posição programática não significa paralisia frente ao problema imediato. Neste ponto, explicamos a importância de se levantar a luta em todos os países, contra suas próprias burguesias, com a tarefa de levantar a Frente Única Anti-Imperialista.

O estudo encerrou com o chamado para que os presentes participassem das atividades organizadas pelo POR, como o curso de formação em São Paulo, no dia 22, bem como das atividades gerais do movimento, levantando as bandeiras que correspondem ao conteúdo de classe do problema.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR) da Argentina, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Defender o direito dos palestinos à resistência. É preciso derrotar a política genocida do Estado sionista de Israel

20 de outubro de 2023

A grande imprensa, as rádios, jornais e TV's estão colonizados pelos EUA e Israel, e defendem incondicionalmente sua política colonialista em nome do "direito de se defender" contra o povo palestino, que está sendo bombardeado indiscriminada e sistematicamente, arrasando seus bairros, cortando o fornecimento de combustível, eletricidade, água, alimentos, remédios e outros elementos essenciais. Gaza está sob bloqueio terrestre, aéreo e marítimo há 16 anos. Rotulam o Hamas e os palestinos como terroristas que devem ser aniquilados.

Esses meios de comunicação escondem permanentemente a política expansionista do Estado de Israel, que foi ocupando violentamente os territórios palestinos, desalojando seus habitantes e expulsando-os. Escondem os milhares de mortos e os ataques permanentes. Suas prisões estão cheias de lutadores. Escondem todas as atrocidades israelenses perpetradas durante décadas, sob a proteção dos EUA e das grandes potências europeias.

Ocultam as extraordinárias mobilizações de solidariedade com a causa palestina no mundo inteiro, exigindo o fim dos ataques bestiais e condenando seus crimes.

Mostram constantemente imagens de mortos, feridos e sequestrados israelenses, para reforçar a ideia de que o Estado de Israel é vítima e que tem o direito de se vingar de um ataque desse tipo, que expôs a incapacidade dos seus serviços de inteligência e das suas forças repressivas.

Esse trabalho sistemático da mídia, a todo momento, busca disciplinar a população, alinhá-la ao imperialismo para que apoie suas ações brutais. Exercem uma enorme pressão, especialmente sobre a classe média, que se horroriza, se sensibiliza e culpa o Hamas pela guerra que lhes parece ter começado agora.

Buscam disciplinar autoridades e políticos, exigindo que se manifestem em defesa de Israel. Grande parte dos politikeiros burgueses faz isso voluntariamente, repetindo o tempo todo que defendem os EUA e Israel. Nestes meios de comunicação, combatem qualquer explicação sobre a origem desta guerra, sobre os seus antecedentes, sobre como vive o povo palestino, acusam quem o tenta fazer de ser antissemita, de querer justificar a ação do Hamas. Qualquer crítica ao Estado de Israel e seus crimes é censurada e duramente reprimida.

Este setor declaradamente pró-imperialista deve ser combatido sem complacência. Suas posições são claras, transparentes. Mas há um outro setor que é tanto ou mais perigoso que é o da mídia ligada ao nacionalismo burguês, ao "progressismo", que denuncia as atrocidades do sionismo e as condições subumanas a que a população palestina está submetida, mas que "condena toda violência", de qualquer tipo, igualando a violência do opressor mais sanguinário com a violência dos oprimidos, dos subjugados, humilhados, torturados e esmagados mil vezes. Esse discurso em nome das vítimas ajuda a esconder a natureza de classe da violência, e que apela ao pacifismo, deve ser combatido duramente porque paralisa a resposta ao opressor.

Já o conhecemos muito bem. Foi instrumentalizado para nos fazer crer que o terrorismo de Estado da ditadura e do governo que a precedeu foi a resposta ao terrorismo dos grupos armados e não para esmagar a classe operária, o campesinato, a juventude,

suas organizações políticas, sociais e sindicais, o melhor de sua vanguarda. A política que esconde a opressão e a natureza de classe da repressão também deve ser derrotada. É fundamental defender o direito à violência do oprimido, o direito de resistir até que o opressor seja derrotado. Violência que já dura mais de 7 décadas.

Há outros setores que exigem ajuda humanitária, o que é correto, que exigem o direito à autodeterminação, que as resoluções da ONU e os acordos assinados sejam respeitados, que deve haver uma coexistência pacífica entre os povos árabe e judeu. Mas estão paralisados pelo pacifismo diante da realidade de que a situação é cada vez mais grave. Que essa convivência se mostrou impossível com esse enclave militar introduzido pelo imperialismo para controlar a região. Um Estado racista que deve ser destruído.

Movimentos judeus saem às ruas para repudiar o regime sionista e defender o povo palestino. Denunciam que Gaza é um gueto e que estamos assistindo ao seu processo de aniquilação. Que os seus antepassados judeus, que os nazistas tentaram desumanizar nos campos de concentração, as vítimas dos pogroms na Europa de Leste, os rebeldes do gueto de Varsóvia, se levantariam hoje indignados perante o colonialismo racista do Estado de Israel e o genocídio praticado por ele. E gritam: não em nosso nome!

Ao mesmo tempo, as instituições que dizem representar o povo judeu defendem a política do apartheid e o esmagamento e eliminação do Hamas e da população palestina. São os mesmos aliados dos governos de direita, os que foram cúmplices da ditadura mais sinistra da Argentina.

São necessárias a mobilização permanente e a mais ampla campanha para pôr fim ao massacre na Faixa de Gaza, contra os bombardeios e a ocupação militar. Contra o bloqueio do fornecimento de energia elétrica, água, alimentos, remédios e outros suprimentos essenciais.

É fundamental insistir que nenhuma paz é possível enquanto o Estado de Israel existir e que também não haverá autodeterminação para o povo palestino. Que a tendência é continuar anexando violentamente as terras que restam. A extraordinária simpatia e solidariedade aos palestinos de Gaza, que se manifesta em todo o mundo e, em particular entre os povos árabes, deve ser organizada para rechaçar os governos colaboracionistas, exigir que entreguem armas ao povo palestino e a seus próprios povos para enfrentar a barbárie, estruturando uma frente anti-imperialista, sob a liderança política da classe operária, que acabe com a opressão, derrube esse Estado genocida e estabeleça um que expresse os oprimidos palestinos e judeus, expulsando o imperialismo.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA
POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Artigo publicado no Jornal Massas, do Partido Operário Revolucionário (POR) Bolívia, seção do CERQUI

Risco de generalização do conflito freia momentaneamente a invasão terrestre da Faixa de Gaza, mas não o bombardeio criminoso

A estratégia política de apresentar os verdugos sionistas como vítimas dos palestinos não produz os efeitos esperados

17 de outubro de 2023

O risco de uma invasão terrestre da Faixa de Gaza transformar a atual “guerra” israelense contra o povo palestino numa guerra no Médio Oriente, envolvendo diretamente o Irã e arrastando outros países árabes da região, tem atrasado a decisão do Estado Sionista de Israel lançar a ofensiva terrestre. Soma-se a isto a recusa de boa parte da população palestina em abandonar os seus locais de residência e os hospitais saturados de doentes e feridos e que servem de refúgio a muitos deslocados pela destruição de infraestruturas civis em consequência dos bombardeios sistemáticos que o exército israelense prossegue.

A administração Biden e outros governos europeus, que se manifestaram em apoio ao ataque israelense à Faixa de Gaza, alertaram agora o governo de Netanyahu de que uma invasão poderia ser “um grande erro”. O custo político para a estabilidade da região ameaça ser muito elevado.

A escalada da tensão política na região e no mundo é indubitável e muitos analistas militares afirmam que se esta guerra Israel-Hamas se tornar uma guerra no Oriente Médio, estaríamos perante a iminência da eclosão de uma Terceira Guerra Mundial.

As gigantescas mobilizações em apoio ao povo palestino mostram que a intenção política de apresentar os algozes como vítimas para justificar um massacre se esgota muito rapidamente. Em Londres, desafiando a proibição de manifestações pró-palestinas, aprovada pelo governo, uma mobilização gigantesca ganhou às ruas, a maior desde a Segunda Guerra Mundial, segundo alguns observadores. Vastos setores das massas não acreditam na história de que os algozes sionistas são vítimas, sabem que este é um conflito que não é resolvido há 70 anos, que por trás do Estado sionista estão os interesses da burguesia imperialista norte-americana e que é um conflito marcado pela desapropriação e extermínio da população palestina pelo Estado Sionista, cuja força de ataque são os colonos de extrema-direita, cuja mentalidade racista, supremacista branca e messiânica está fora de qualquer dúvida e que, sob a proteção do exército israelense, realizam sistematicamente ações terroristas contra a população palestina.

A roupagem religiosa do conflito destina-se a desviar a atenção dos interesses subjacentes que estão em jogo. O Estado Sionista e os seus aliados procuram obter vantagem política ao identificarem o ataque do Hamas como um ataque ao “Povo de Deus” e que os judeus têm direitos ancestrais sobre o território desde os tempos

de Moisés e Abraão; personagens bíblicos da mitologia hebraica. A história bíblica menciona a existência de tribos israelense que viviam na região, mas não existia um Estado-nação como o conhecemos hoje. Essas tribos eram frequentemente nômades e não tinham um território soberano próprio.

Tudo isto esconde a mão do sionismo, movimento político criado no final do século XIX, por grandes capitalistas europeus e norte-americanos interessados em ter um enclave de acordo com seus interesses na região, que se tornava cada vez mais importante devido à produção de hidrocarbonetos. Antes disso, judeus e palestinos coexistiam pacificamente naquele território, até a chegada dos sionistas. O Judaísmo é uma confissão religiosa, o Sionismo é um movimento político, uma expressão do nacionalismo judaico, de extrema direita, racista e fascista.

Por sua vez, o Hamas não é um partido operário, é um grupo político, islâmico e jihadista, não defende a socialização dos grandes meios de produção, nem a criação de um Estado Operário, pelo contrário, afirma que um eventual Estado Palestino deveria ser um Estado confessional muçulmano, ou seja, o Hamas tem uma ideologia nacionalista muçulmana, expressão política de certos setores da burguesia árabe. Ao ser confrontado com o imperialismo e o seu instrumento regional, o Estado Sionista, tornou-se a expressão da nação oprimida. Tanto o Estado israelense, como os colonos judeus e o Hamas recorrem ao terror como método de ação política. O primeiro para impor os interesses e objetivos do imperialismo norte-americano e europeu, ou seja, garantir a exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra barata em benefício dos grandes capitalistas, e o segundo para dirigir a rebelião da nação oprimida que procura libertar-se das cadeias da opressão imperialista. POR-CERQUI expressa o seu apoio incondicional à luta do povo palestino pela sua libertação das cadeias da opressão imperialista. A luta do povo palestino é a luta de todas as nações oprimidas que enfrentam o saque e a exploração imperialistas. A derrota definitiva do imperialismo envolve a derrota do Estado Sionista e o estabelecimento dos Estados Socialistas Árabes Unidos do Oriente Médio.

(Extraído do Jornal Massas, nº 2765, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

106 anos da Revolução de Outubro de 1917

Os 106 anos da Revolução Russa ocorrem em meio a mais dilacerante crise do capitalismo do pós Segunda Guerra Mundial. Destacam-se a guerra na Ucrânia, a guerra comercial dos Estados Unidos com a China, a elevação dos conflitos na África e, neste preciso momento, a guerra do Estado sionista de Israel contra os palestinos da Faixa de Gaza. Os confrontos militares na Ucrânia que perfazem 19 meses e o bombardeio das Forças de Defesa de Israel (IDF) sobre os palestinos expressam as tendências bélicas mais profundas do capitalismo em decomposição.

A invasão da Ucrânia em 24 de fevereiro de 2022 como resposta da Rússia ao processo de integração de uma das mais importantes ex República Soviética à União Europeia e à OTAN estremeceu a Europa, uma vez que se colocou a possibilidade de um confronto mais amplo envolvendo a aliança imperialista montada pelos Estados Unidos. A aliança da Rússia com a China indicou, por sua vez, uma fratura na ordem mundial, que se manifestou na forma de antagonismo à hegemonia norte-americana. A guerra na Ucrânia trouxe o espectro das armas nucleares; impulsionou a escalada militar não só na Europa como também na Ásia. Pôs à luz do dia suas ligações com a guerra comercial e as disputas em torno ao controle de Taiwan, tensionando a política norte-americana de barrar a ascensão econômica da China, que a coloque como potência mundial.

As divergências e os crescentes conflitos forçaram novos alinhamentos em que se põem, de um lado, a aliança imperialista sustentada militarmente pela OTAN; e, de outro, a aliança da Rússia e China que se veem premidas a se submeterem à colonização norte-americana.

Nesse marco de ruptura, observa-se o esgotamento da ordem mundial que emergiu da Segunda Guerra, em que houve uma nova partilha do mundo e uma acomodação circunstancial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) à hegemonia dos Estados Unidos. Acomodação esta da qual passou a fazer parte a República Popular da China, que se constituiu sobre a base da revolução de 1949. O fim da guerra da Coreia em 1953 ocorreu nas condições de extenuação da Segunda Guerra, que suplantou a barbárie da Primeira Guerra. Observa-se que a acomodação de forças estabelecida pelos acordos de Ialta e Potsdam era provisória, uma vez que a União Soviética saiu fortalecida e a vitória do Partido Comunista na China compareceram imediatamente como um obstáculo no interior da nova ordem ditada pelos Estados Unidos.

A “Guerra Fria” e a criação da OTAN se apresentaram como se desenvolveria a estratégia da nova aliança imperialista, alicerçada nos Estados Unidos e Inglaterra, de combate às conquistas históricas do proletariado e às tendências revolucionárias em nível mundial. Os Estados Unidos reorganizaram as forças do imperialismo, que se cindiram na Primeira e Segunda Guerra Mundial, voltadas a recuperar o terreno perdido para a Revolução Russa e as revoluções que se seguiram. Todos os passos dados para impulsionar a “Guerra Fria” deixaram claro a impossibilidade da coexistência pacífica entre a URSS e o novo bloco das potências. Ou as revoluções proletárias avançariam em escala mundial, ou os objetivos contrarrevolucionários da “Guerra Fria” se imporiam pela força.

A Revolução Cubana de 1959 alertou os Estados Unidos sobre os perigos que corriam sua dominação na América Latina. A crise dos mísseis de 1962 expôs a dimensão que tomava a “Guerra Fria”, diante da possibilidade de uma conflagração entre os Estados Unidos e a URSS. As guerras de independência na África após a Segunda Guerra, principalmente entre os anos de 1950 e 1970, contaram com o envolvimento das potências imperialistas e da URSS. A longa guerra do Vietnã, que se iniciou por sua independência

diante da França, 1954, foi seguida na guerra contra a intervenção dos Estados Unidos, que foi de 1965 a 1975.

Em 1948, a ONU aprovou a criação do Estado sionista de Israel. Os árabes se contrapuseram e foram à guerra, que se estendeu de 1948 a 1949. A vitória dos sionistas somente foi possível devido ao apoio financeiro e militar do imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos. Estabeleceu-se um curso de colonização violenta contra a população palestina. A guerra de 1967 de Israel com o Egito, Jordânia e Síria. A vitória sionista teve como consequência a anexação territorial e expansão das fronteiras de Israel. Finalmente, a guerra Yom Kippur, em 1973, consolidou a ampliação das fronteiras israelenses e comprimiu os palestinos em dois territórios separados, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. A derrota dos árabes serviu aos interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio e ao impulso da “Guerra Fria”.

O poder imperialista no Oriente Médio passou da Inglaterra para as mãos dos Estados Unidos. A implantação do Estado sionista resultou da estratégia norte-americana de instalar um enclave na região. No fundo dos conflitos, se encontra a riqueza petrolífera. A tomada do poder pelos nacionalistas islâmicos no Irã em 1979 atingiu os interesses norte-americanos, que incentivou a guerra com o Iraque, iniciada em 1980 e concluída em 1988. Dois anos depois, os Estados Unidos intervêm no conflito entre o Iraque e Kuwait, dando lugar à guerra do Golfo Pérsico. O governo norte-americano aproveitou o atentado às Torres Gêmeas de 2001 para invadir o Afeganistão. Como decorrência do que se denominou “guerra ao terrorismo”, os Estados Unidos vão à guerra contra o Iraque, em 2003. A guerra civil na Síria de 2011 não foge a esse marco de crise no Oriente Médio. Intervêm tanto os Estados Unidos quanto à Rússia, pondo em destaque a questão do direito à autodeterminação do povo curdo. Em conexão, no norte África, em 2014, o imperialismo aciona uma guerra civil e intervêm para destruir o regime nacionalista.

Na Europa, o processo de restauração capitalista desembocou na guerra civil na Iugoslávia, impulsionada pelas forças capitalistas do imperialismo. A intervenção da OTAN em 1995, bombardeando a Bósnia e Herzegovina, e, em seguida, em 1999, atacando Belgrado, capital da Sérvia, decidiu a favor da desintegração da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Essa conflagração emerge após o desmoronamento da URSS, em dezembro de 1991.

A Rússia restauracionista assistiu ao intervencionismo militar do imperialismo no processo de destruição de conquistas fundamentais do proletariado, a despeito da tentativa de um acordo de conciliação. Nesse período da década de 1990, a Rússia reagiu ao movimento de independência da Chechênia por meio de uma longa guerra civil. Entre 1991 e 1993, desencadeou o confronto armado com a Geórgia, que não permitia a separação de Ossétia do Sul e Abecásia. A coincidência da guerra entre as duas ex Repúblicas Soviéticas, Azerbaijão e Armênia, que durou de 1991 a 1994, fez parte da situação convulsiva que se gestou no processo de restauração e liquidação da URSS. Evidentemente, o imperialismo não só se valeu da crise na Eurásia para expandir seus interesses, como também alimentou as guerras na região.

A restauração impulsionou as tendências centrífugas e colocou uma nova partilha no vasto território em que se assentava a URSS. É nessas condições que eclode a crise na Ucrânia na segunda metade da década de 2000. Está presente o intervencionismo dos Estados Unidos em aliança com as potências da União Europeia. Uma das medidas fundamentais do imperialismo para erguer suas trincheiras na Eurásia foi a de incorporar as ex Repúblicas Soviéticas à União Europeia, e, assim, à OTAN. O avanço da contrarrevolução

no Leste Europeu concluiu com o ingresso da Polônia, Hungria e República Checa na OTAN, em 1999. Cinco anos depois, foi a vez da Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Esse quadro demonstra por que se tornou inevitável a guerra na Ucrânia, que tem subjacente o antagonismo entre os interesses da Rússia restauracionista e os das potências imperialistas.

Esses acontecimentos desintegradores da ordem mundial do pós Segunda Guerra, tomados de conjunto e localizados no tempo, permitem reconhecer duas grandes etapas: de um lado, a reconstrução das forças produtivas que foram maciçamente destruídas na Segunda Guerra, a sedimentação da hegemonia dos Estados Unidos, o recrudescimento da “Guerra Fria”, as dificuldades de sustentação do “socialismo em um só país”, o declínio dos países europeus que foram incorporados na órbita do Kremlin e a própria desintegração da URSS; e de outro, o esgotamento da partilha do mundo, a retomada da crise econômica mundial, a emergência da guerra comercial, o impulso às guerras regionais, o agravamento do intervencionismo imperialista, o novo patamar de choque dos Estados Unidos e aliados com a Rússia e a China e a escalada militar chefiada pela OTAN.

Observa-se que a tendência predominante é a da escalada militar, das guerras e do crescente intervencionismo do imperialismo. Distintamente das duas guerras mundiais anteriores em que se confrontaram potências europeias, Japão e Estados Unidos, desde a “Guerra Fria” se estabeleceu um terreno de ampla aliança imperialista contra a ex URSS e a China. Uma vez que a URSS foi liquidada, a confrontação se concentrou na Rússia e China. Não bastaram o predomínio das forças restauracionistas e a maior das vitórias do imperialismo que foi a destruição da URSS, de forma que se interrompeu o processo de transição do capitalismo ao socialismo iniciado pela Revolução Russa de 1917, para o imperialismo frear a escalada militar. Atingindo seu ponto mais alto da hegemonia do pós guerra, os Estados Unidos entraram em declínio.

A crise econômica de 2008 se iniciou na maior potência, arrasou a Europa e configurou seu caráter mundial. Sua dinâmica expôs a necessidade dos Estados Unidos de protegerem suas forças produtivas, avançando o seu domínio sobre territórios da ex URSS e limitando a projeção da China. O protecionismo norte-americano e sua agressividade na disputa de mercados e de ampliação do controle de regiões até então, em certa medida, independentes vêm arrastando o mundo para uma maior desintegração. É sintomático que a guerra da Ucrânia, gestada e mantida pelas potências ocidentais, trouxe o espectro das duas guerras mundiais. O realinhamento de importantes países em torno ao eixo da China potencia a confrontação e o intervencionismo dos norte-americanos. Não há lugar para uma nova potência econômica e militar se colocar lado a lado dos Estados Unidos, sem que se fortaleça o seu declínio e provoque reações que abalam a ordem mundial regida pós Segunda Guerra.

O envio pelos Estados Unidos de duas das mais poderosas esquadras navais às imediações de Israel, para apoiar a guerra do Estado sionista na Faixa de Gaza, é um sinal de que estão perdendo influência no Oriente Médio, principalmente para a China. Nem bem os ataques de Israel à Faixa de Gaza assumiram a proporção de massacre, começaram as manifestações das massas árabes e apareceram os receios dos governantes de irem adiante com a aproximação de um número maior de países árabes com o Estado sionista, principalmente a Arábia Saudita. Israel e os Estados Unidos ameaçam o Irã, a Síria e o Líbano com a escalada militar, de forma que não se limite à ofensiva genocida dos sionistas sobre os palestinos da Faixa de Gaza.

Somente tem sentido retomar a Revolução Russa nos seus 106 anos para organizar a luta do proletariado, sob sua estratégia revolucionária e sob o programa da revolução social. É com essa arma que a classe operária e os demais trabalhadores, tendo à frente uma vanguarda com consciência de classe, enfrentam a guerra na Ucrânia, a guerra na Faixa de Gaza, a guerra comercial dos Esta-

dos Unidos com a China, a escalada bélica e as ameaças de uma terceira guerra mundial. Para isso, é imprescindível reconhecer os retrocessos provocados pela restauração capitalista, derrocada da URSS, liquidação da III Internacional pela burocracia estalinista e desintegração da IV Internacional, que foi golpeada pelo revisionismo pequeno-burguês de sua direção. Esse reconhecimento passa, obrigatoriamente, pela compreensão histórica e assimilação programática da luta da IV Internacional, sob a direção de Trotsky, contra as forças restauracionistas que se abrigaram no seio do Estado Operário e, portanto, da URSS.

Não se pode defender a Revolução Russa sem defender o Programa de Transição da IV Internacional e trabalhar pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. Nunca houve uma crise de direção tão ampla e profunda, como a que compareceu no pós guerra e no avanço da contrarrevolução restauracionista. Os explorados vêm décadas e décadas se manifestando e se rebelando em toda a parte, sem contar com os partidos revolucionários.

Próximo de completar 106 anos, em 25 de outubro, as massas protagonizam gigantescas mobilizações pelo fim dos bombardeios sobre Gaza e contra a sua ocupação militar. No âmago da revolta anti-imperialista e antissionista, se encontra o ódio aos Estados Unidos, reconhecidamente responsável por todas as guerras e intervenções. Objetivamente, emerge o programa do Partido Bolchevique, liderado por Lênin, e da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, bem como a rica experiência da luta do proletariado para tomar o poder, constituir o Estado Operário, expropriar a burguesia, criar as bases da propriedade social, nacionalizar a economia, estabelecer o planejamento centralizado, edificar o monopólio do comércio exterior, acabar com a opressão nacional e unir as nacionalidades sob a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. E, evidentemente, emerge das profundas contradições do capitalismo em decomposição o programa dos Quatro Primeiros Congressos da III Internacional, baseado na experiência da Revolução de Outubro e no desenvolvimento programático e teórico do marxismo. A luta da classe operária para retomar o processo de transição do capitalismo ao socialismo exige a construção dos partidos revolucionários, sobre os quais se reconstituirá a IV Internacional.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), mesmo em condições embrionárias, vem se destacando por assimilar as lições das revoluções proletárias e das contrarrevoluções. Em meio à decomposição do capitalismo, da contrarrevolução restauracionista e das guerras, o CERQUI se empenha por desenvolver no seio do proletariado e da maioria oprimida a estratégia e a tática da revolução proletária.

Viva os 106 anos da Revolução Russa!

Construir os partidos marxista-leninista-trotskistas!

Reconstruir a IV Internacional!

Organizar a classe operária e demais trabalhadores para enfrentar com o programa da revolução social as guerras de dominação e a escalada militar!



No momento em que a Revolução Russa cumpre 106 anos e o capitalismo de nossos dias se revolve em guerras, como a da Ucrânia e da Faixa de Gaza, a exposição de Trotsky sobre a concepção marxista-leninista da guerra imperialista exige estudo e assimilação coletivas. Essa publicação vem no sentido de clarear e fundamentar a linha internacionalista desenvolvida pelos marxista-leninista-trotskistas, que lutam para que o proletariado se emancipe da dominação burguesa e marche em direção da revolução social.

Lênin e a Guerra Imperialista¹

Trotsky, 30 de dezembro de 1938

“Sempre aconteceu”, escreveu Lênin em 1916, “que após a morte dos líderes revolucionários populares entre as classes oprimidas, seus inimigos tentam assumir seus nomes para enganá-los”. A história confirmou isso em relação ao próprio Lênin, mais cruelmente do que com qualquer outra pessoa. A atual doutrina oficial do Kremlin e a política do Comintern em relação à questão do imperialismo e da guerra liquidam todas as conclusões a que chegou Lênin e que trouxe ao partido entre 1914 e 1918.

Em agosto de 1914, quando eclodiu a guerra, a primeira questão que surgiu foi se os socialistas dos países imperialistas tinham de assumir a “defesa da pátria”. O problema não era se os socialistas individualmente cumpririam ou não suas obrigações militares: não havia alternativa; a deserção não é uma política revolucionária. O cerne da questão era: os partidos socialistas deveriam apoiar politicamente a guerra, votar a favor do orçamento militar, renunciar à luta contra o governo e fazer agitação pela “defesa da pátria”? A resposta de Lênin foi: Não! O partido não deve fazê-lo, não tem o direito de fazê-lo, não porque seja uma guerra, mas porque é uma guerra reacionária, uma luta bestial entre os senhores de escravos para conseguir uma nova divisão do mundo.

A formação dos estados nacionais no continente europeu ocupou toda uma época, que começou aproximadamente com a Grande Revolução Francesa e terminou com a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871. Durante essas décadas dramáticas, as guerras eram predominantemente de caráter nacional. A guerra travada pela criação ou defesa dos Estados nacionais, necessários ao desenvolvimento das forças produtivas e da cultura, assumiu naquele período um caráter histórico profundamente progressista. Os revolucionários podiam apoiar politicamente as guerras nacionais; mais do que isso, eram obrigados a fazê-lo.

Entre 1871 e 1914, o capitalismo europeu, apoiado nos Estados nacionais, não só floresceu como sobreviveu, transformando-se em capitalismo monopolista ou imperialista. “O imperialismo é a fase do capitalismo em que, depois de ter avançado o mais longe possível, começa a declinar”. A causa da decadência está no fato de que as forças produtivas estão presas aos marcos da propriedade privada e nos limites do Estado nacional. O imperialismo procura dividir e redividir o mundo. Às guerras nacionais, seguem-se as guerras imperialistas, de caráter completamente reacionário e expressam o impasse, a estagnação e a decadência do capital monopolista.

O mundo, entretanto, continua sendo muito heterogêneo. O imperialismo coercitivo das nações avançadas só pode existir porque em nosso planeta ainda existem nações atrasadas, nacionalidades oprimidas, países coloniais e semicolônias. A luta dos povos oprimidos pela sua unificação e independência nacionais é duplamente progressista: por um lado, prepara as condições favoráveis ao seu próprio desenvolvimento; por outro, ataca o imperialismo. Essa é a razão particular

pela qual, numa luta entre uma república civilizada, imperialista, democrática e uma monarquia atrasada e bárbara de um país colonial, os socialistas estão totalmente do lado do país oprimido, apesar de sua monarquia, e contra o país opressor, apesar de sua “democracia”.

O imperialismo esconde seus objetivos peculiares – a conquista de colônias, mercados, fontes de matérias-primas e esferas de influência – com ideias como “a salvaguarda da paz contra os agressores”, “a defesa da pátria”, “a defesa da democracia”, e assim por diante. Essas ideias são completamente falsas. Todo socialista tem a obrigação de não as apoiar, mas, ao contrário, as desmascarar perante o povo. “A questão de qual grupo deu o primeiro golpe militar ou começou a guerra”, escreveu Lênin em março de 1915, “não tem importância para determinar a tática dos socialistas. A conversa fiada sobre a defesa da pátria, a rejeição da invasão do inimigo, o fato de que a guerra é defensiva etc., implica por parte de ambos os bandos um completo engano ao povo”. “Durante décadas”, explicou Lênin, “três bandidos (a burguesia e os governos da Inglaterra, Rússia e França) se armaram para despojar a Alemanha. Por que deveríamos nos surpreender, então, que os dois bandidos (Alemanha e Áustria-Hungria) tivessem atacado antes que os três bandidos recebessem as novas armas que haviam encomendado”?

O significado histórico objetivo da guerra é de importância decisiva para o proletariado. Que classe a conduz e para que fins? Esta é a coisa decisiva e não os subterfúgios diplomáticos pelos quais o inimigo pode sempre ser mostrado como um agressor. Igualmente falsos são os apelos dos imperialistas às palavras de ordem da democracia e da cultura. “[...] A burguesia alemã engana a classe operária e as massas trabalhadoras [...] quando declara que está travando uma guerra em benefício da [...] liberdade e da cultura, a fim de libertar os povos oprimidos pelo czarismo. As burguesias inglesa e francesa [...] enganam a classe operária e as massas trabalhadoras quando declaram que estão travando uma guerra [...] contra o militarismo e o despotismo alemães”. Uma superestrutura política deste ou daquele tipo não pode mudar os fundamentos econômicos reacionários do imperialismo. Ao contrário, é o fundamento que subordina a superestrutura. “Nos nossos dias... é tolice pensar em uma burguesia progressista, um movimento burguês progressista. Toda a ‘democracia’ burguesa [...] tornou-se reacionária”. Essa caracterização da “democracia” imperialista constitui a pedra angular da concepção leninista.

Como nenhuma das facções imperialistas faz guerra em defesa da pátria ou da democracia, mas para partilhar o mundo e escravizar as colônias, um socialista não tem o direito de preferir um bandido a outro. É absolutamente inútil tentar “determinar, do ponto de vista do proletariado internacional, se a derrota de um dos dois grupos de nações beligerantes seria um mal menor para o socialismo”. Já nos primeiros dias de setembro de 1914, Lênin caracterizou o significado da guerra para cada um dos países imperialistas e para todos os grupos de nações: “A luta pelos mercados e pela pilhagem de terras estrangeiras, a ânsia de decapitar o movimento revolucionário do proletariado e de pisotear a democracia dentro de cada país, a necessidade de enganar, dividir e esmagar os proletários de todos os países, a necessidade de incitar os escravos assalariados de uma nação contra os de outra em benefício da burguesia; esse é o único significado real da guerra”. Quão longe tudo isso está da doutrina atual de Stalin, Dimitrov e Cia.^{1,2}

Mais ainda do que em tempos de paz, durante a guerra, a política de “unidade nacional” implica o apoio à reação e à perpetuação da

1 *Lênin e a Guerra Imperialista*. *Fourth International*, janeiro de 1942. Quando este artigo foi publicado em *Fourth International* foi erroneamente datado de janeiro de 1939 e cerca de quatro parágrafos da primeira edição [norte-americana] foram omitidos, mantendo os erros e omissões. Aqui publicamos pela primeira vez o texto completo em inglês [na edição norte-americana]; os parágrafos faltantes foram traduzidos [para o inglês] por Marilyn Vogt do *Biulleten Opozitsi* Nº 74 de fevereiro 1939. Uma edição resumida deste artigo aparece, em outra tradução, na biografia de *Stalin* escrita por Trotsky.

2 *Georgi Dimitrov* (1882-1949): búlgaro que viveu na Alemanha. Atraiu a atenção mundial em 1933, quando os nazistas o prenderam e o colocaram em julgamento, junto com outros, acusando-o de ter atado fogo no *Reichstag*. No julgamento, defendeu-se corajosamente e foi absolvido. Tornou-se cidadão soviético e serviu como secretário executivo do Comintern de 1934 a 1943; foi o principal apoiador da política da Frente Popular, adotada em 1935, no VII Congresso do Comintern. Foi primeiro-ministro da Bulgária de 1946 a 1949.

barbárie imperialista. No entanto, negar esse apoio, que é o dever elementar de todo socialista, é apenas o aspecto negativo ou passivo do internacionalismo. Só isso não basta. A tarefa do partido do proletariado consiste em fazer “ampla propaganda, tanto no exército como no campo de batalha, pela revolução socialista e a necessidade de dirigir as armas não contra nossos irmãos, escravos assalariados de outros países, mas contra os governos e partidos reacionários e burgueses de todos os países. É absolutamente essencial organizar células e grupos ilegais nos exércitos de todos os países para disseminar propaganda nas várias línguas. A luta contra o chauvinismo e o ‘patriotismo’ dos filisteus e da burguesia de todos os países deve ser implacável”.

Uma luta revolucionária em tempo de guerra pode levar à derrota do próprio governo. Essa conclusão não assustou Lênin. “Em todos os países a luta contra o próprio governo, que está travando uma guerra imperialista, implica a agitação revolucionária para a derrota daquele país. É justamente isso que se entende pela linha da teoria dita ‘derrotista’. Os inimigos inescrupulosos tentaram interpretá-la como significando que Lênin aprovava a colaboração com o imperialismo estrangeiro para derrotar a reação nacional. Na realidade, referia-se à luta paralela dos operários de cada país contra o seu próprio imperialismo, que é o seu inimigo fundamental e mais imediato. “Para nós, russos, do ponto de vista dos interesses das massas trabalhadoras e da classe operária da Rússia – escreveu Lênin a Shlyapnikov³ em outubro de 1914 – não há a menor dúvida, e a esse respeito não podemos vacilar que o mal menor seria a derrota do czarismo, sem demora, na guerra atual”.

É impossível combater a guerra imperialista suspirando pela paz no estilo dos pacifistas. “Uma das formas de enganar a classe operária é o pacifismo e a propaganda abstrata em favor da paz. No capitalismo, especialmente em sua fase imperialista, as guerras são inevitáveis”. Se os imperialistas concertam a paz será apenas um descanso antes de uma nova guerra. Só a luta revolucionária de massas contra a guerra e o imperialismo que o origina pode garantir uma paz verdadeira. “Sem algumas revoluções, a chamada paz democrática é uma utopia de classe média”.

A luta contra as paralisantes e enfraquecidas ilusões do pacifismo constitui o elemento mais importante da doutrina de Lênin. Ele rejeitou com particular hostilidade a exigência de “desarmamento, evidentemente utópico sob o capitalismo”.

“A classe oprimida que não tenta aprender a usar armas e não tenta obtê-las não merece ser tratada melhor do que um escravo”. E mais adiante: “Nossa consigna deve ser o armamento do proletariado para derrotar, expropriar e desarmar a burguesia [...] Somente depois de ter desarmado a burguesia é que o proletariado poderá jogar fora todas as suas armas sem trair sua missão histórico-mundial”. Isso leva à conclusão de que Lênin levanta em dezenas de artigos: “O slogan ‘paz’ está errado. A consigna deve ser transformar a guerra nacional em uma guerra civil”.

Durante a guerra, a maioria dos partidos operários dos países capitalistas avançados ficou do lado de suas respectivas burguesias. Lênin chamou a essa tendência de social-chauvinismo: socialismo em palavras e chauvinismo de fato. A traição ao internacionalismo não caiu do céu; foi a inevitável continuação e desenvolvimento da política de adequação reformista. “O conteúdo político-ideológico do oportunismo e o do social-chauvinismo são idênticos: colaboração de classes em vez de luta de classes, apoio ao governo ‘próprio’ quando está em dificuldade, em vez de usar suas dificuldades para a revolução”.

O período de prosperidade capitalista imediatamente anterior à última guerra – de 1909 a 1913 – ligou muito estreitamente as camadas superiores do proletariado ao imperialismo. Nos bolsos da aristocracia e da burocracia sindical há suculentas migalhas dos grandes lucros obtidos pela burguesia imperialista das colônias e dos países atrasados em geral. Consequentemente, seu patriotismo foi determinado por um interesse direto na política imperialista. Durante a guerra, que pôs a nu todas as relações sociais, “os oportunistas e chauvinistas viram-se investidos de um poder gigantesco por causa da sua aliança com a burguesia, com o governo e com os estados-maiores”.

No socialismo, a tendência intermediária, e talvez a mais difundida, era o chamado centro (Kautsky et al). Em tempos de paz, eles vacilaram entre o reformismo e o marxismo; enquanto continuavam a se esconder atrás de amplas frases pacifistas, tornaram-se quase sem exceção cativos do social-chauvinismo. No que diz respeito às massas, elas foram pegadas de surpresa e enterradas por seu próprio aparato, criado por elas ao longo de décadas. Depois de caracterizar sociológica e politicamente a burocracia operária da Segunda Internacional, Lênin não parou no meio do caminho. “A unidade com os oportunistas é a aliança dos trabalhadores com sua ‘própria’ burguesia nacional, e implica dividir as fileiras da classe operária revolucionária mundial”. Daí se deduzia a conclusão de que os internacionalistas tinham de romper com os social-chauvinistas. “Na época atual, é impossível realizar os objetivos do socialismo, é impossível conseguir uma verdadeira fusão internacional dos trabalhadores sem romper decisivamente com o oportunismo [...], bem como com o centrismo, “essa tendência burguesa medida no socialismo”. Até o nome do partido precisou ser trocado. “Não é melhor deixar de lado o nome dos social-democratas, que foi sujo e degradado, e voltar ao velho nome marxista dos comunistas”? Era hora de romper com a Segunda Internacional e construir a Terceira.

* * *

O que mudou nos vinte e quatro anos que se seguiram? O imperialismo assumiu um caráter ainda mais violento e opressor. O fascismo é a sua expressão mais completa. As democracias imperialistas tornaram-se muito mais degradadas e evoluíram natural e organicamente para o fascismo. A opressão colonial torna-se mais intolerável à medida que as nacionalidades oprimidas despertam e seu desejo de independência nacional cresce. Em outras palavras, todas as características que Lênin apontava como fundamento de sua teoria da guerra imperialista agora assumiam um caráter mais nítido e evidente.

Com certeza, os comunistas-chauvinistas apontarão para a existência da URSS, que supostamente provoca uma mudança completa na política do proletariado internacional. A isso pode-se responder brevemente: antes do surgimento da URSS já existiam nações oprimidas, colônias etc., cuja luta também merecia apoio. Se os movimentos revolucionários e progressistas dentro das fronteiras do próprio país pudessem ser apoiados enquanto apoiavam a própria burguesia imperialista, a política de social-patriotismo seria, em princípio, correta. Não haveria razão, então, para fundar a III Internacional. Este é um aspecto da questão, mas há também outro. A URSS existe há vinte e dois anos. Durante dezessete anos, os princípios de Lênin mantiveram toda a sua força. Foi há apenas quatro ou cinco anos que a política comunista-chauvinista tomou forma. Portanto, o argumento da existência da URSS é falso.

Se há um quarto de século Lênin considerava que a deserção dos socialistas para o lado de seu imperialismo nacionalista, sob o pretexto da defesa da cultura e da democracia, era social-chauvinismo e social-traição, do ponto de vista dos princípios leninistas, hoje, a mesma política é muito mais criminoso. Não é difícil adivinhar como Lênin teria caracterizado os atuais líderes do Comintern, que reviveram toda a retórica da Segunda Internacional, sob as condições de uma decomposição ainda mais profunda da civilização capitalista

É um paradoxo maligno que os degenerados epígonos do Comintern, que transformaram suas bandeiras em um trapo sujo com que limpam as pegadas da oligarquia do Kremlin, chamem de “renegados” àqueles que permaneceram fiéis aos ensinamentos do fundador da Internacional Comunista. Lênin tinha razão. As classes dominantes não apenas perseguem os grandes revolucionários em vida, mas também se vingam deles após sua morte com medidas mais refinadas, tentando transformá-los em ícones cuja missão é preservar a “lei e a ordem”. É claro que ninguém é obrigado a confiar nos ensinamentos de Lênin. Mas nós, seus discípulos, não permitiremos que ninguém zombe desses ensinamentos, transformando-os precisamente em seu oposto!

(Extraído da obra *Escritos, Leon Trotsky, tomo X, 1938-39, vol.1, Editorial Pluma*)

3 Alexandre G. Shlyapnikov (1883-1937): Velho bolchevique, membro do Comitê Central desde 1915 e primeiro comissário do trabalho no governo soviético. Ele era um líder da Oposição dos Trabalhadores, uma tendência sindicalista dentro do Partido Bolchevique que se opunha à Nova Política Econômica e pedia que os sindicatos recebessem o poder. Foi expulso do partido, retratado, readmitido e expulso novamente em 1927.